

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486079

Portaria nº 57 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Segurança Pública, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-ALFA), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Segurança Pública (SUPEL-COSEG) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Camila Caroline Rocha Peres, matrícula n.º *****454.

II - Equipe de Apoio:

a) Matheus Breves Chixaro Lobo, matrícula n.º *****032; e

b) Ingrid Tainara Xavier Pedroza, matrícula n.º *****608.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486308

Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão de Obras, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CPLO), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão de Obras (SUPEL-COBR) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Eralda Etra Maria Lessa, matrícula n.º *****483.

II - Equipe de Apoio:

a) Johnnescley Anes de Moraes, matrícula n.º *****669;

b) Roberta Arroio, matrícula n.º *****701;

c) Nadiane da Costa Laia, matrícula n.º *****769; e

d) Guilherme Guimarães dos Santos Ferreira, matrícula n.º *****004.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designado como pregoeiro substituto o servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

Protocolo 0059486375

Portaria nº 59 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui a Comissão Especial de Licitações, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas; e

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

RESOLVE:

Art. 1º Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-CEL), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar Comissão Especial de Licitações (SUPEL-COESP) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Bruna Gonçalves Apolinário, matrícula n.º *****033.

II - Equipe de Apoio:

a) Letícia Helen Almeida Ferreira, matrícula n.º *****088;

b) Charles Cunha Menezes Júnior, matrícula n.º *****795; e

c) Marina Sampaio Mouzinho Borges, matrícula n.º *****500.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidor indicado no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

Márcia Rocha de Oliveira Francelino

Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)

AVISO DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras, nomeada pela **Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025**, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, regida pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais e regulamentares aplicáveis à espécie, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, modo de disputa **FECHADO**, na forma de execução **INDIRETA**, tendo por finalidade a qualificação de empresas e a seleção da proposta mais vantajosa, conforme condições e exigências contidas neste Edital e seus Anexos consignando o que se segue:

CONCORRÊNCIA Nº.: 90028/2025/SUPEL/RO

AUTORIZAÇÃO PROCESSO Nº.: 0009.014152/2024-95/DER/RO

OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.

PROJETO/ATIVIDADE: 2106.1515 – **FONTE:** 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 – **ELEMENTO DE DESPESA:** 4.4.90.51

VALOR ESTIMADO: R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos).

RECEBIMENTOS DAS PROPOSTAS: até o dia 24 de junho de 2025, às 09h59m (horário oficial de Brasília).

ABERTURA DAS PROPOSTAS: dia 24 de junho de 2025, às 10h (horário oficial de Brasília).

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: eletronicamente através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras.

UASG: 925373

CONTRATAÇÃO PREFERENCIALMENTE ME/EPP: SIM

RETIRADA DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO: O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV (www.gov.br/compras). Outras informações através do e-mail: cplo@supel.ro.gov.br, bem como presencialmente na sede da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL, sito a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243.

Porto Velho/RO, 23 de abril de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da COOBR/SUPEL/RO

CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025

OBJETO: Contratação de empresa especializada de engenharia para elaboração de projeto básico, executivo e execução do reforço estrutural da ponte sobre o Rio da Vala na RO-005 km-40, Ramal Aliança/Nova Aliança - município de Porto Velho/RO.

EDITAL DE LICITAÇÃO

CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO

PREÂMBULO

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, através da Comissão de Obras, nomeada pela **Portaria nº 58 de 23 de abril de 2025**, regido pela [Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021](#) e suas alterações, [Decreto nº 28.874/2024](#), [Lei Complementar nº. 123/06](#) e alterações e pelas demais normas legais, torna público ao conhecimento dos interessados que encontra-se autorizada, a realização do certame, na modalidade **CONCORRÊNCIA**, na forma **ELETRÔNICA**, no regime de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, do tipo **TÉCNICA E PREÇO**, modo de disputa **FECHADO**, na forma de execução **INDIRETA**, com sessão de abertura de recebimento das propostas marcada para o dia **24 de junho de 2025**, às **10h** (horário oficial de Brasília), realizada através da plataforma de licitações COMPRASGOV, endereço eletrônico www.gov.br/compras. Tem por finalidade a seleção de propostas e qualificação de empresas visando **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.**, especificados neste Edital, de conformidade com as peças que a compõem, para atender o **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**.

1. DA FORMALIZAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada através do **Processo Administrativo Nº 0009.014152/2024-95 /DER/RO**, e destina-se a garantir os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo, da segurança jurídica, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade, da celeridade, da economicidade e do desenvolvimento nacional sustentável, assim como as disposições do Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942 (Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro).

2. DA AQUISIÇÃO E RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS ANEXOS

2.1. O Edital, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico – Financeiro, Os Cadastros Técnicos (Memorial Descritivo/Projetos Executivos), referente à obra e demais atos convocatórios encontram-se disponíveis para conhecimento e retirada dos interessados no site da SUPEL endereço eletrônico www.rondonia.ro.gov.br/supel e no site do COMPRASGOV www.gov.br/compras.

2.1.1. Caso não seja possível o acesso aos arquivos por meio do portal da SUPEL, bem como por meio do portal do COMPRASGOV, os licitantes poderão obter os projetos, em dias úteis, das 07h30min às 13h30min, junto a Comissão de Obras, situado a Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO – Fone: (69) 3212-9243. Outras informações através do e-mail: cplo@supel.ro.gov.br.

3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos necessários para a execução das obras licitadas, são provenientes de recursos consignados no orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**, no valor global de **R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos)**, sendo que a despesa correrá por conta da seguinte programação: **R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos)**, no Projeto/Atividade: **2106.1515**, Fonte de Recurso 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103 e Elemento de Despesa: **4.490.51** no decorrer do exercício, já consignado no Orçamento do **Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO**, no exercício de 2025.

4. DO VALOR ESTIMADO

4.1. O Valor máximo que o ESTADO DE RONDÔNIA se propõe a pagar pelo Projeto, é de **R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos)**, onde os preços máximos serão aqueles consignados na planilha orçamentária, parte integrante deste edital, sob pena de desclassificação da proposta.

5. DO OBJETO

5.1. Constitui objeto desta licitação a **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia**, conforme especificações constantes do Termo de Referência.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar desta CONCORRÊNCIA os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

6.2. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados, inobservância que poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

6.3. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:

- a) Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- b) Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de;
- c) Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;
- d) Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

- d.1) Será realizada pesquisa junto ao CEIS (CGU), junto ao CNJ (Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa) e no Portal Transparência (www.portaltransparencia.gov.br/cnep), para aferição de eventuais registros impeditivos de participar de Licitações ou de celebrar Contratos com a Administração Pública;
- e) Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;
- f) Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;
- g) Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

6.4. Da participação de Consórcios:

6.4.1. Poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar, do Termo de Referência, do Edital, dos Projetos, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor Acervo Técnico de execução de obras ou serviços de características condizentes ao objeto da licitação. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

6.4.1.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;

6.4.1.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;

6.4.1.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;

6.4.1.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;

6.4.1.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

6.4.1.6. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.

6.4.1.7. O consórcio deverá apresentar:

- a) Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- b) Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.
- c) Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.

6.4.1.8. O prazo de duração do consórcio deverá coincidir com a data do recebimento definitivo pela Administração das obras/serviços objeto do contrato administrativo licitado.

6.4.1.9. O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.

6.4.1.10. O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.

6.4.1.11. A empresa vencedora fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".

6.4.1.12. O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;

6.4.1.13. O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;

6.4.1.14. A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.

6.4.1.15. A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

6.5. Da participação de empresas de cooperativas:

6.5.1. Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;

II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;

III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;

IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.

7. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

7.1. Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

8.1. Até 03 (três) dias úteis que anteceder a abertura da sessão pública, qualquer pessoa e licitante poderá solicitar ESCLARECIMENTOS, PROVIDÊNCIAS OU IMPUGNAR o instrumento convocatório deste Edital, devendo o licitante mencionar o número da CONCORRÊNCIA, o ano e o número do processo licitatório, manifestando-se **PREFERENCIALMENTE** via e-mail: cplo@supel.ro.gov.br (ao transmitir o e-mail, o mesmo deverá ser confirmado o recebimento pela Comissão de Contratação, pelo telefone (069) 3212-9243, para não tornar sem efeito), ou ainda, protocolar o original junto a Sede desta Superintendência, no horário das 07h30min às 13h30min, de segunda-feira à sexta-feira, situada na Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira – Edifício Rio Pacaás Novos – 2º Andar, CEP 76.801-470, Porto Velho/RO.

8.2. A decisão da Presidente quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site www.gov.br/compras, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial (www.rondonia.ro.gov.br/supel) no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.

8.3. Caso seja acolhida a impugnação contra o Ato Convocatório, será designada nova data para a realização do Certame.

8.4. Decairá do direito de impugnar os termos deste edital, por falhas ou irregularidades, o proponente/licitante que não o fizer até o terceiro dia útil que anteceder à data de realização da sessão pública da licitação, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.

8.5. A impugnação feita tempestivamente pelo proponente/licitante não o impedirá de participar do Certame.

9. DO CREDENCIAMENTO NO SISTEMA E DA EFETIVA PARTICIPAÇÃO

9.1. A CONCORRÊNCIA será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.

9.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação nesta CONCORRÊNCIA deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do Portal de Compras do Governo Federal COMPRASGOV (www.gov.br/compras).

9.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao Estado de Rondônia, ao provedor do sistema ou a SUPEL/RO, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

9.4. O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes a CONCORRÊNCIA.

9.5. A participação na CONCORRÊNCIA se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.

9.6. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.

9.7. COMO CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO NA CONCORRÊNCIA, A LICITANTE ASSINALARÁ “SIM” OU “NÃO” EM CAMPO PRÓPRIO DO SISTEMA ELETRÔNICO, RELATIVO ÀS SEGUINTE DECLARAÇÕES:

a) Condições de participação:

a.1) Ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

a.2) Declaração que a proposta econômica compreenderá a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal de 1988, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data da sua entrega em definitivo.

b) Declarações para fins de habilitação:

b.1) De que atende aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.

b.2) Inexiste impedimento à habilitação e comunica a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante.

b.3) De que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

b.4) Ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

b.5) Cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal de 1988, que proíbe o trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos.

c) Declarações de cumprimento à legislação trabalhista:

c.1) De que observa os incisos III e IV do art. 1º e cumpre o disposto no inciso III do art. 5º, todos da Constituição Federal de 1988, que veda o tratamento desumano ou degradante.

c.2) De que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis.

d) Profissionais organizados sob a forma de cooperativa:

d.1) De que participa da licitação sob a forma de cooperativa, que atende ao disposto no art. 16 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

9.8. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS DE PREÇO E TÉCNICA, E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. A participação na Concorrência dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, as propostas de preço e técnica e os documentos de habilitação em suas respectivas etapas, conforme exigências do Edital.

10.2. Os envios das propostas de preço e técnica e dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerão por meio de chave de acesso e senha intransferíveis.

10.3. Quando for o caso, as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

10.3.1. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

10.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da licitação, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica, de preços e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

10.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após os procedimentos de abertura da sessão pública.

10.7. Os documentos que compõem as propostas de preço e técnica do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da Comissão de Contratação e para acesso público após o encerramento do envio de lances, bem como a documentação referente a habilitação do licitante classificado será disponibilizada ao encerramento da fase de habilitação.

10.8. Os documentos complementares às propostas, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital e já apresentados, se houver, serão encaminhados pelo licitante melhor classificado após o encerramento das respectivas fases no prazo definido pela Comissão de Contratação, de no mínimo 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação, podendo ser prorrogado.

10.9. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

10.9.1. Nestes casos, a licitante deverá encaminhar a documentação original ou a cópia autenticada exigida, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados da data da solicitação da Comissão de Contratação, via sistema.

10.10. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

10.11. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por Tradutor Juramentado, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

10.12. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

10.13. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

11. DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

11.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, obrigatoriamente a Proposta Técnica e a Proposta de Preço, que permanecerão em sigilo até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública, conforme abaixo:

11.1.1 - Proposta Técnica a ser inserida no sistema e composta dos documentos técnicos exigidos, conforme **ITEM 15.22 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**.

11.1.2 - A Proposta de Preços a ser apresentada, deverá estar em conformidade com **ITEM 15 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**:

11.1.2.1 - A proposta comercial, com valores monetários em reais, deverá respeitar as especificações constantes do **TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**;

11.1.2.2 - A proposta somente poderá conter duas casas decimais e será feito arredondamento para menos caso seja vencedora uma proposta com mais casas decimais.

11.1.2.3 - Não será aceita proposta de preço com valor superior ao máximo admitido para a licitação.

11.1.2.4 - Verificada proposta de preço com valor superior ao máximo fixado no **item 4 deste Edital**, a mesma será DESCLASSIFICADA.

11.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

11.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

11.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

11.5. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

11.6. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma da CONCORRÊNCIA, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

12. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

12.1. DA PROPOSTA TÉCNICA: Deverá ser apresentada a Proposta Técnica, numerada, assinada por quem de direito, em uma única via, digitada em papel que identifique o licitante, em linguagem clara e objetiva, sem erros e rasuras ou entrelinhas e sua elaboração deverá ser apresentada podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A4. Deverão ser objetivas e consistentes, limitando-se, cada um, em 40 páginas e conter informações e documentos com base no detalhamento estabelecido no Termo de Referência (critério pontuação proposta técnica) com a seguinte disposição:

12.1.1. Índice, contendo o título de cada capítulo e o número da respectiva página;

12.1.2. Apresentação da Proposta, com o nome da empresa, o objeto da proposta, o número do edital e outras informações relevantes para a apresentação da Proposta Técnica.

12.1.3. Corpo da Proposta, onde deverão ser expostos:

12.1.4. Conhecimento do Problema: Deverá ser demonstrado o conhecimento, por parte da licitante, do (s) trecho(s) e da(s) região(ões) onde está(ão) inserido(s), abordando os aspectos inter-relacionados entre ambos, além de análise das soluções técnicas previstas.

12.1.5. Plano de Trabalho: Deverá ser demonstrado conhecimento dos objetivos do Termo de Referência, dos dados existentes e do conhecimento do problema, expostos de forma resumida, analisando-se os aspectos executivos relevantes a serem considerados.

12.1.6. Capacidade Técnica da Proponente: Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA e/ou CAU, de modo a comprovar a execução dos serviços especificados para a presente contratação.

12.1.7. Capacidade da Equipe Técnica: Experiência profissional nas funções definidas adiante, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

12.2. Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas ao Anteprojeto da Administração.

12.3. Caso seja apresentado projeto com solução ou metodologia diversa do Anteprojeto de engenharia, no intuito de entregar produto com melhor desempenho e eficiência benéfica da execução, a contratada deverá apresentar um estudo de vantajosidade técnica, com base nos seguintes parâmetros técnicos:

- a) Durabilidade da obra comprovadamente igual ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- b) Características geométricas, de segurança e conforto equivalente ou superior a solução técnica do anteprojeto.
- c) Grau de Interferências no tráfego durante a execução das obras equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- d) Grau de Interferências ambientais equivalente ou menor que as interferências dadas pela solução técnica do anteprojeto.
- e) Grau de interferência de áreas atingidas e necessidade de desapropriações não previstas no anteprojeto.
- f) Grau de Interferências na vizinhança (acessos a propriedades, ruídos, poeira, travessias entre outros) equivalente ou menor que as interferências pela solução técnica do anteprojeto.
- g) Grau de manutenção da solução proposta.

12.4. Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

12.5. A apresentação do projeto básico e a verificação da compatibilização com o anteprojeto do certame não exclui a responsabilidade do contratado perante a administração pública pela elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, bem como pelas etapas subsequentes.

12.6. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos, não sendo possível o pleito de aditivos decorrentes de falhas ou omissões nos projetos.

12.7. A empresa, ao final da obra, deve apresentar a fiscalização do DER o projeto “*as built*”.

12.8. Os subcritérios de aceitabilidade estão contidos no Termo de Referência, parte integrante do Edital de Licitação.

12.9. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO (item 15.20 do termo de referência)

O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e da Proposta de Preços, observando a seguinte fórmula:

a) $NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$

b) NF = Nota final da proposta.

c) PTF = Pontuação técnica final.

d) NPF = Nota de preço final.

e) Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891/77, da ABNT.

f) A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

g) Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados

12.10. CRITÉRIOS PARA PROPOSTA DE PREÇO (item 15.21 do termo de referência)

Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a IN SEGES/MGI, de 02 de fevereiro de 2023, do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

I - Procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

a) $NPF = 100 \times (X1 / X2)$

b) NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

c) X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

d) X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

12.11 CRITÉRIOS PARA PROPOSTA TÉCNICA

A análise da pontuação técnica deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

A Habilitação Técnica será avaliada através dos itens que demonstrem a capacidade da licitante em desenvolver os serviços objeto do Edital (Conhecimento dos Serviços a Realizar e Plano de Trabalho), os quais serão pontuados segundo os critérios de pontuação definidos nas seções a seguir.

Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, e deverão estar padronizados de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT. (15.22.3 do TR)

A pontuação a ser atribuída aos Licitantes obedecerá aos critérios abaixo estabelecidos, onde as notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos (duas decimais), de acordo com os critérios da NBR-5891, ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

12.12. CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 60,00 PONTOS

Capacidade Técnica da Proponente: Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA, de modo a comprovar a execução dos serviços elaboração Projetos em Obras de Artes Especiais.

Capacidade da Equipe Técnica: Experiência profissional nas funções definidas no quadro abaixo, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

12.13. REFERENTE A EXPERIÊNCIA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS

Pontuação por número de atestados de projetos similares já realizados pela empresa:

Quadro 01 - Experiência da Licitante

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	20,00
3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	30,00

12.14. QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS

Análise da formação e experiência da equipe, pontuação por número de atestados de projetos similares elaborados pelo profissional:

Quadro 02 - Experiência do Profissional

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	20,00
3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	30,00

12.15. PROPOSTA TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 20,00 PONTOS

A pontuação relativa ao conhecimento dos serviços a realizar será atribuída em função da análise dos tópicos relacionados a seguir:

- a) Coerência;
- b) Clareza;
- c) Objetividade;
- d) Inter-relacionamento entre atividades;

A avaliação dos itens do Conhecimento dos Serviços a Realizar será procedida a partir de quesitos técnicos em três níveis de abordagem, a saber:

- a) Não abordado/Erroneamente abordado - 0%, da nota de cada quesito;
- b) Abordado parcialmente - 50%, da nota de cada quesito;
- c) Abordado totalmente - 100%, da nota de cada quesito.

Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, no formato A-4, fonte Arial 11, espaço simples entre linhas e 6 (seis) pontos entre parágrafos e no máximo 40 (quarenta) páginas, podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A-4 ou A-3. As páginas deverão apresentar as margens padronizadas de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.

12.16. CONHECIMENTO DO TRECHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS

Deverá ser apresentado uma descrição sucinta da região atravessada pela rodovia, citando a localização do trecho, as localidades atendidas, infraestruturas existentes, condições de Acessos e Apoio logístico, abordando os Aspectos Físicos e Meio Ambiente.

Deverá ser apresentado uma abordagem das condições gerais atuais do trecho: tais como: extensão, identificação dos pontos de passagem, condições de trafegabilidade, pontos críticos, histórico das intervenções ocorridas e sua eficácia, concluindo com a informação de se as mesmas estão ou não adequadas à região;

Apresentar ainda uma abordagem relativa as dificuldades construtivas identificadas na região, atrelado a isto, deverá ser apresentado uma análise crítica sobre a realidade local, fazendo um paralelo entre a situação existente em campo e o projeto existente.

12.17. PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS

Deverá ser detalhado o Plano de Trabalho a utilizar na realização das tarefas inerentes a elaboração de projeto, de modo a atender a todas as atribuições estabelecidas pelo DER neste Termo de Referência e anexos constantes do Edital.

A Licitante deverá indicar a estrutura organizacional concebida para a realização dos serviços e o seu organograma, sendo dividido em: Organograma, Funções e Atribuições das Equipes e Tempo de Permanência.

Deverão ser relacionados os recursos materiais que a empresa mobilizará para realizar os serviços, indicando as instalações de campo, escritórios, laboratórios, residências, com indicação de localização e área mínima desejável, veículos e equipamentos de informática, de topografia e de laboratório.

Quadro 03 - Pontuação da proposta técnica

Requisitos		Pontos
1	Conhecimento do trecho	
1.1	Aspectos gerais das estruturas existentes e da região	2,00
1.2	Aspectos de drenagem	2,00
1.3	Aspectos geotécnicos e estruturais	3,00
1.4	Aspectos ambientais	3,00
2.0	Plano de trabalho	
2.1	Metodologia	2,00
2.2	Cronograma para execução dos serviços	3,00
2.3	Utilização da equipe por serviço	2,00
2.4	Organização para execução dos serviços	3,00
	TOTAL	20,00

12.18. ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

O valor considerado será acumulado das obras ou serviços de engenharia já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação.

Quadro 04

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos (Tipo A)
> R\$1.000.000,00	20,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	5,00
< R\$250.000,00	0,00

Serão considerados os serviços apresentados referente a supervisão de obras e serviços de engenharia, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra ou serviço cadastrado no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0(zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora

estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei 8.666/1992).

A **PTF (Pontuação Técnica final)** será de no máximo **100 pontos** e será a soma das seguintes pontuações:

- a) CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 60,00 PONTOS
- b) PROPOSTA TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 20,00 PONTOS
- c) ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

13. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**, na respectiva fase, contendo a Carta de Apresentação dos Documentos de Habilitação, devidamente assinada pelo representante legal (**ANEXO VII**) a seguir informada:

13.1. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA (Item 18.4 do Termo de Referência)

13.1.1. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;

13.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social e última alteração (se houver) em vigor, devidamente registrado, onde se possa identificar o administrador, em se tratando de sociedades comerciais e no caso de sociedade por ações, acompanhados de documentos que comprovem a eleição de seus administradores;

13.1.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

13.1.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores.

13.1.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

13.1.6. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802/2023;

13.1.7. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

13.1.8. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.9. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.

13.1.10. As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

13.1.11. Declaração do licitante de que, caso seja vencedor, contratará pessoas privadas de liberdade, em regime semiaberto ou egressos nos termos do Decreto nº 25.783, de 1º de fevereiro de 2021, que regulamenta a Lei Estadual nº 2.134, de 23 de julho de 2009 (**ANEXO XIII** e **ANEXO XIV**), acompanhada de declaração emitida pela Gerência de Reinserção Social da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS, que dispõe acerca de pessoas aptas à execução de trabalho.

13.2. DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Item 18.3 do Termo de Referência)

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, através do cartão do CNPJ, que também servirá para fins de comprovação do enquadramento como Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte;
- b) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal relativa a Tributos Federais e à dívida Ativa da União e prova de regularização perante o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, através de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- c) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Estadual;
- d) Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Pública Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- e) Prova de regularidade fiscal perante ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF - FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei;
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) e/ou, no caso de estarem os débitos garantidos por penhora suficiente ou com a exigibilidade suspensa, será aceita a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas, que tenha os mesmos efeitos da CNDT;
- g) Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica através do portal <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>, comprovando que a empresa não foi declarada inidônea ou não se encontra suspensa de licitar ou contratar com a administração pública estadual.
- h) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

13.3. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA FINANCEIRA (Item 18.4 do Termo de Referência)

13.3.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor central do Fórum da sede da empresa Licitante, com data não anterior a 90 (noventa) dias antes da data de apresentação dos Documentos de Habilitação quando não determinado no corpo da certidão.

13.3.2. Para comprovar a boa situação financeira da LICITANTE, essa deverá apresentar o BALANÇO PATRIMONIAL com demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua

substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

12.3.2.1. Os documentos retromencionados limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

13.3.3. Com base nos dados constantes no **BALANÇO PATRIMONIAL** apresentado, a Comissão de Obras verificará se a licitante atende aos seguintes requisitos:

- a) A comprovação de boa situação financeira da empresa através dos Índices de Liquidez Geral (LG), e Liquidez Corrente (LC), que deverão ser iguais ou maiores a 1,00 (um inteiro);
- b) A licitante deverá comprovar possuir, sob pena de inabilitação, possuir capital mínimo ou Patrimônio Líquido mínimo, igual ou superior a 10% (dez por cento) do valor estimado do edital, ou seja, no mínimo o valor de **R\$ 51.999,70 (cinquenta e um mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta centavos)**.

13.3.4. As LICITANTES constituídas no exercício de 2025, para comprovar a sua boa situação financeira, com vistas aos compromissos que terá que assumir caso lhe seja adjudicado o objeto da licitação, obedecidas às formalidades e exigências da lei, apresentarão **BALANÇO PATRIMONIAL DE ABERTURA**, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado, para que a Comissão de Obras, possa verificar se a licitante possui:

Capital Social, de no mínimo a **R\$ 53.800,91 (cinquenta e três mil, oitocentos reais e noventa e um centavos)**, correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado para contratação, nos termos do art. 69, § 4º da Lei 14.133/21.

13.3.5. É facultada a Comissão de Obras usar da prerrogativa da realização de diligência prevista em lei, para fins de aferição dos compromissos assumidos pelo licitante que importem diminuição da capacidade operativa ou absorção de disponibilidade financeira, calculada esta, em função do patrimônio líquido atualizado e sua capacidade de rotação, conforme § 3º do art. 69 da Lei 14.133/21.

13.4. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA (Item 18.5, 18.6 e 18.7 do Termo de Referência)

13.4.1. Comprovação de registro ou inscrição da licitante junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), dentro de seu prazo de validade para abertura da presente licitação, observando as normas vigentes estabelecidas pelo Conselho de Engenharia e Agronomia – CREA, Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR);

13.4.2. Apresentação do Acervo Técnico (CAT) do profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, detentor de Atestado de Responsabilidade Técnica – ART/CREA ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT/CAU, por **execução de obra ou serviço de características semelhantes ao objeto da licitação**.

13.4.3. A comprovação de que o responsável técnico que responderá pela execução do objeto, pertence ao quadro da empresa, deverá ser comprovada através de uma das seguintes formas:

- a) Carteira de Trabalho;
- b) Certidão do CREA/CAU;
- c) Contrato social;
- d) Contrato de prestação de serviços;

- e) Contrato de Trabalho registrado na DRT;
- f) Termo, através do qual o profissional assuma a responsabilidade técnica pela obra ou serviço licitado e o compromisso de integrar o quadro técnico da empresa, no caso de o objeto contratual vir a ser a esta adjudicada.

13.4.4. Atestado de Capacidade Técnica (ACT) em nome da licitante emitido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, onde **comprove ter experiência na elaboração de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação, sendo consideradas as atividades que possuem valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação**, para fins de contratação, contendo, no mínimo, a execução dos serviços abaixo relacionados, admitindo-se somatório de atestados sequenciais, mesmo que realizados em períodos distintos:

Tabela 01 - Quantidade exigida do total estimado da contratação

CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL		
SERVIÇO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	QUANTIDADE (*)
	Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural	229,50 m ²
*As quantidades exigidas correspondem aproximadamente a 50% dos quantitativos da obra licitada.		

Obs.: A elaboração deste quadro de quantidades foi realizada considerando que a ponte a ser projetada terá dimensões aproximadas de: 10,20 m de largura e 45,00 m de extensão, totalizando 459,00 m², dos quais 50% do quantitativo corresponde a 229,50 m².

- a) Os atestados serão aceitos somente quando houver a indicação do nº da ART e/ou RRT que lhe deu origem ou acompanhado do acervo técnico do profissional, referente ao atestado apresentado.
- b) Os atestados e os acervos apresentados pelas empresas deverão ser destacados os itens que comprovarão as exigências.
- c) Relação explícita, bem como, declaração formal de disponibilidade das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para a realização do objeto da presente licitação, e, ainda, a qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos (**ANEXO VIII** ou a critério da licitante).
- d) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme preconiza o inciso IV do Art. 63. da Lei nº 14.133/2021.

13.5. DA VISITA TÉCNICA

13.5.1. A empresa interessada deverá apresentar atestado de visita ou declaração formal de conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

13.5.2. A licitante interessada poderá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

13.5.3. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 62, da Lei n.º 14.133/21.

13.5.4. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

13.5.5. Quaisquer informações em relação à visita poderão ser obtidas junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

13.5.6. Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do telefone (69) 99222-9333 – Edifício Rio Jamary - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

13.5.7. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

13.5.8. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação a declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame

13.5.9. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita.

13.5.10. Caso a licitante não queira participar da visita, deverá apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme Declaração de conhecimento do local de serviços.

13.6. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas;

13.6.1. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 12.6., os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens elencados no item 12 deste Edital, para fins de habilitação.

13.6.2. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

13.6.3. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

13.6.4. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

13.6.5. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

14. DA ABERTURA DA SESSÃO E FASE DE JULGAMENTO

14.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico COMPRASGOV, na data, horário e local indicados neste Edital.

14.2. A Comissão de Contratação verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que contenham vícios insanáveis ou que não apresentem as especificações técnicas exigidas no Projeto Básico.

14.3. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

14.4. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

14.5. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

14.6. Será adotado o modo de disputa **FECHADO**, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

14.7. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, o licitante deverá indicar os sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

14.8. Em todo caso, deverá ser garantido o pagamento do salário normativo previsto no instrumento coletivo aplicável ou do salário-mínimo vigente, o que for maior.

14.9. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do **ITEM 17 DESTE EDITAL**.

14.9.1. Eventual postergação do prazo a que se refere o item 14.9 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

14.10. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

14.11. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Presidente Substituto da Comissão persistir por tempo superior a 00:10 (dez minutos), a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24:00 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.gov.br/compras.

14.12. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021 e legislação correlata, especialmente

quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF; e

b) **Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).**

14.13. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

14.13.1. A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

14.14. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

14.14.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

14.14.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

14.14.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

14.15. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

14.16. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que foram utilizados os seguintes acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho no cálculo do valor estimado pela Administração:

14.16.1. O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

14.17. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

14.18. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

14.19. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o item **15. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO do Edital.**

14.20. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

15. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

15.1. Encerrada a etapa de avaliação das propostas técnicas, a Comissão de Contratação examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus documentos complementares. Será desclassificada a proposta ou lance vencedor, que apresentar preço final superior ao preço máximo fixado pela Administração.

15.2. Havendo indícios de inexequibilidade, somente será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

15.2.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

15.2.2. Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

15.3. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

15.3.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

15.3.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

15.3.3. No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

15.3.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

15.4. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

15.4.1. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, 24:00 (vinte e quatro horas) de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

15.4.2. A Comissão de Contratação poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de até 24:00 (vinte e quatro horas), sob pena de não aceitação da proposta.

15.4.3. O prazo estabelecido poderá ser prorrogado pela Comissão de Contratação por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo, e formalmente aceita pela Comissão.

15.4.4. Dentre os documentos passíveis de solicitação pela Comissão de Contratação, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como: marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pela Comissão de Contratação, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

15.5. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

15.5.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

15.5.2. Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

15.5.3. Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

15.5.4. Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

15.5.5. Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

15.6. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

15.6.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

15.6.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

15.7. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

15.8. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro:

15.8.1. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO PARA PROPOSTA DE PREÇO (item 15 do termo de referência)

15.8.1.1. Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a IN SEGES/MGI, de 02 de Fevereiro de 2023, do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

"III - procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = 100 \times (X1 / X2)$$

NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;

X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e

X2 - Valor global proposto pelo licitante classificada."

15.8.2. RESULTADO FINAL DA PONTUAÇÃO (item 15.20 do termo de referência)

15.8.3. O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e de Preços, observando a seguinte fórmula:

$$NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$$

NF = Nota final da proposta.

PTF = Pontuação técnica final.

NPF = Nota de preço final.

15.8.4. Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

15.8.5. A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

15.8.6. Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

15.9. Encerrados os prazos estabelecidos no **ITEM 14 deste EDITAL**, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

15.10. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

15.10.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

15.10.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

15.10.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

15.10.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

15.11. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

15.11.1. Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

15.11.1.1. Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

15.11.1.2. Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

15.11.1.3. Desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

15.11.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

15.11.2.1. Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

15.11.2.2. Empresas brasileiras;

15.11.2.3. Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

15.11.2.4. Empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

15.12. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, nos processos cadastrados a partir de 14/10/2024, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI Nº 79.

15.13. Subsidiariamente a utilização do subitem 15.13, caso necessário, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal

oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:

- a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site sorteador.com.br (ou outro compatível);
- b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 15.14.;
- c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;
- d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.
- e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>
- f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo.

15.14. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

15.14.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

15.14.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

15.15. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

15.16. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **24 (vinte quatro) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

15.17. Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

15.18. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

15.19. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

15.20. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

15.21. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

15.22. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

15.23. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, a Comissão de Contratação examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

16. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (item 17 Termo de Referência)

16.1. Para julgamento, será adotado o critério de **TÉCNICA E PREÇO**, observados o valor máximo aceitável para adjudicação, os prazos para fornecimento, as especificações técnicas, parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições definidas neste Edital.

16.2. A Comissão de Contratação anunciará o licitante detentor da proposta ou lance de menor valor/ maior vantajosidade imediatamente após a fase de aceitação das propostas ou, quando for o caso, após negociação e decisão pela Comissão de Contratação acerca da aceitação do lance de menor valor/ mais vantajoso.

16.3. Se a proposta de menor valor/menor vantajosidade não for aceitável ou se o licitante desatender às exigências habilitatórias, a Comissão de Contratação poderá examinar a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a verificação das condições habilitatórias do proponente, na ordem de classificação, ordenada e sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

16.4. No caso de discordância entre valores numéricos e por extenso, prevalecerão estes últimos e, entre preços unitários e totais, os primeiros.

16.5. Serão desclassificadas as propostas que conflitem com as normas deste Edital ou da legislação em vigor.

16.6. Serão rejeitadas as propostas que:

16.6.1. Sejam incompletas, isto é, não conterem informação(ões) suficiente(s) que permita(m) a perfeita identificação do material licitado;

16.6.2. Contiverem qualquer limitação ou condição substancialmente contrastante com o presente Edital, ou seja, manifestamente inexequíveis, por decisão da Comissão de Contratação.

16.6.3. Apresentar preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

16.7. Caso não sejam apresentados lances, será verificada a conformidade entre a proposta de menor preço e valor estimado para a contratação.

16.8. Da sessão, o sistema gerará Termo de Julgamento, no qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes.

16.9. Constatando o atendimento das exigências previstas no Edital, o licitante será declarado vencedor, sendo homologado o procedimento e adjudicado o objeto da licitação pela autoridade competente.

16.10. Após a habilitação, poderá a licitante ser desqualificada por motivo relacionado com a capacidade jurídica, regularidade fiscal, qualificação econômico-financeira, qualificação técnica e/ou inidoneidade, em razão de fatos supervenientes ou somente conhecidos após o julgamento.

17. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA FINANCEIRA (PROPOSTA FINAL)

17.1. Deverá o licitante atualizar a proposta com os descontos ofertados de forma homogênea, **mantendo-se a proporção de desconto para cada item em relação a Planilha Original da Licitação**, a fim de evitar jogo de planilhas.

17.1.1. Deverá estar assinada e se possível, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legalmente credenciado e pelo responsável técnico indicado pela empresa com registro atualizado no Conselho Regional de Engenharia, e Agronomia (CREA), observando o contido na Lei nº 5.194, de 24.12.66 e nas resoluções nº 218/73 e 282/83 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia – CONFEA, e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU/BR.

17.2. A Planilha Atualizada deverá ser anexada após o término da sessão de lances e deverá estar assinada pelo representante legal da empresa e por seu responsável técnico, contendo os seguintes documentos:

17.2.1. Carta endereçada à Comissão de Obras, em papel timbrado da empresa, contendo: nome, endereço, número da Concorrência, conforme modelo (**ANEXO IV**), devidamente assinada pelo representante legal da licitante, relacionando ainda, os seguintes itens:

- a) Preço global em valor numérico e por extenso;
- b) Prazo de execução dos serviços;
- c) Prazo de validade da Proposta, que deverá ser de no mínimo de **90 (noventa)** dias.
- d) A empresa deverá indicar, em sua Proposta de Preços, **o Banco, Agência e número da Conta Corrente**, onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso esta seja vencedora deste certame.

17.2.2. Planilha Orçamentária baseada nos projetos executivos, especificações e exigências constantes deste Edital, constando:

- a) Unidade, Quantitativos, Preços Unitários, Subtotais e Totais;
- b) Especificação clara dos serviços a serem executados de acordo com a Planilha do órgão requisitante;
- c) Nos preços unitários propostos e apresentados na Planilha Orçamentária pela licitante, deverão estar computados todas as despesas necessárias, inclusive custo de materiais, de transportes, de instalações, depreciações, mão-de-obra, impostos, encargos sociais e trabalhistas, remunerações, etc., que constituirão a única, exclusiva e completa remuneração dos serviços;
- d) Nos itens considerados como verbas globais, poderá, a critério da Comissão de Contratação, e surgindo necessidade, ser solicitado ao licitante, o detalhamento específico do item, para melhor análise;
- e) **Será exigida das proponentes a apresentação:**
 - e.1)** Todas as composições unitárias de custos de todos os itens;
 - e.2)** Todos as CPU, deverão ser idênticos ao lançado na Planilha Orçamentária apresentada pela empresa;
 - e.3)** Composição do BDI: O BDI a ser utilizado não poderá apresentar índice superior àquele praticado pelo DER/RO, que no caso em tela Construção de OAE - **45,03% (quarenta e cinco**

vírgula zero três por cento), conforme Anexo Tabela de Preços de Consultoria, os tributos IRPJ e CSLL não devem integrar o cálculo por se constituírem tributos de natureza direta e personalíssima. (ANEXO IX ou a critério da licitante).

- f) A exigências contidas na alínea “e.2” deste item não constitui objeto de **DECLASSIFICAÇÃO** de proposta. Havendo erro a licitante será convocada a qualquer tempo para proceder com as correções, sob pena de sanções previstas na Lei nº 14.133/2021. As correções não poderão ensejar alteração no valor original da Proposta.
- g) **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO** contendo: distribuição das etapas ou serviços ao longo do prazo de execução, valores da etapa de execução ao longo do tempo, percentuais parciais e percentuais acumulados e acumulado mensal e acumulado geral.
- h) Detalhamento dos Encargos Sociais (ES) (**ANEXO XI** ou a critério da licitante).;

17.3. Será concedido um prazo de até 24 (vinte e quatro) horas úteis, sob pena de desclassificação do licitante.

18. DO RECURSO

18.1. A Comissão de Contratação declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo 10 (dez minutos), para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

18.2. A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública desta licitação, implica decadência desse direito, ficando a Comissão de Contratação autorizado a adjudicar o objeto à **LICITANTE VENCEDORA**.

18.3. Havendo quem se manifeste, caberá a Comissão de Contratação verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

18.3.1. Nesse momento a Comissão de Contratação não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

18.3.2. A falta de apresentação das razões de recurso, em campo próprio do sistema, também importará a decadência do direito de recurso e, via de consequência, a adjudicação do objeto da licitação à **LICITANTE VENCEDORA**.

18.4. A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, com base no art.º 165 da Lei nº 14.133/21, ficando as demais **LICITANTES**, desde logo, intimadas a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

18.5. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

19. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

19.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e esgotados os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

20. DA REVOGAÇÃO E ANULAÇÃO

20.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório, por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

20.2. O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

20.3. Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

20.4. Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

21. DAS CONDIÇÕES PARA ASSINATURA DO CONTRATO

21.1. A adjudicatária terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, que se dará por meio de correspondência eletrônica e-mail, com confirmação do recebimento, para providenciar o cadastramento no sistema SEI, e assinar digitalmente o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação.

21.2. O subitem acima deverá ser desconsiderado caso seja outra a decisão da autoridade competente que não a homologação do processo licitatório ou outra for sua decisão.

21.3. Caso a licitante vencedora não atenda ao prazo previsto no item “20.1”, ensejará a aplicação das sanções estabelecidas no item sanções administrativas deste instrumento, reservando-se o CONTRATANTE, o direito de convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pela primeira classificada, inclusive quanto ao preço, ou revogar a licitação, independentemente das sanções previstas para a licitante vencedora neste instrumento.

21.4. Administração divulgará em sítio eletrônico oficial, em até **25 (vinte e cinco) dias úteis** após a assinatura do contrato, os quantitativos e os preços unitários e totais que contratar e, em até **45 (quarenta e cinco) dias úteis** após a conclusão do contrato, os quantitativos executados e os preços praticados, conforme exposto no Art. 94, § 3º, da Lei 14.133/21.

22. DA GARANTIA CONTRATUAL

22.1. A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

22.2. As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

22.2.1. Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

Av. Farquar, nº 2986, Bairro Pedrinhas, Palácio Rio Madeira - Ed Pacaás Novos - 2º andar, CEP 76801-470, Porto Velho/RO –Fone: (69) 3212-9243.

22.2.2. Seguro-garantia; (ANEXO VI)

22.2.3. Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil. (ANEXO V).

22.2.4. Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

22.3. A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do Termo de Contrato.

22.4. Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

22.5. Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

22.6. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

22.6.1. Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;

22.6.2. O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;

22.6.3. A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;

22.6.4. O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.

22.6.5. O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Termo de Referência e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.

22.6.6. O seguro-garantia deverá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso à auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

22.6.7. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

22.6.8. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
- b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

22.7. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

22.8. O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

22.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

22.10. A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

22.11. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

22.12. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

22.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

22.14. A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

23. DOS PRAZOS

23.1. Prazo de execução dos serviços:

23.2. O prazo previsto para execução total dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

23.3. Prazo de vigência contratual:

23.3.1. O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias**, contados a partir da data de publicação do contrato, com eficácia à divulgação no o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tendo início e vencimento em dia de expediente.

23.3.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila, conforme § 5º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

23.3.3. Em caso de paralisação da execução da obra, por mais de um mês a Administração deverá divulgar, em sítio eletrônico oficial e em placa a ser afixada em local da obra de fácil visualização pelos cidadãos, aviso público de obra paralisada, com o motivo e o responsável pela inexecução temporária do objeto do contrato e a data prevista para o reinício da sua execução, conforme §§ 6º e 7º do art. 115 da Lei 14.133/2021.

23.3.4. Havendo ordem de paralisação do contrato, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

23.3.5. Serão expedidas Ordens de Serviços por este DER para cada etapa que compõem o objeto contratual deste instrumento.

23.3.6. As prorrogações dos prazos de execução e da vigência do contrato, caso necessárias, serão precedidas da solicitação e correspondente adequação do cronograma físico-financeiro, bem como de justificativa e autorização da autoridade competente para a celebração do ajuste, devendo ser formalizada nos autos do processo administrativo.

23.3.7. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regulamente.
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

23.3.8. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 104 da Lei Nº 14.133/21.

23.4. Dos prazos para a elaboração dos projetos básico e executivo:

23.4.1. Prazo de início: os serviços deverão ser iniciados no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos após recebimento pela empresa da Ordem de Serviço para a elaboração dos projetos emitida pelo DER-RO;

23.4.2. O Cronograma Físico-Financeiro é parte integrante do Termo de Referência, sendo que ele representa as quantidades de serviços a ser executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesses cronogramas de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião assinatura do contrato ou de outro documento hábil.

24. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

24.1. São obrigações da contratada além daquelas exigidas em **Lei 14.133/21**:

“Art. 45. As licitações de obras e serviços de engenharia devem respeitar, especialmente, as normas relativas a:

I - disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas;

II - mitigação por condicionantes e compensação ambiental, que serão definidas no procedimento de licenciamento ambiental;

III - utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais;

IV - avaliação de impacto de vizinhança, na forma da legislação urbanística;

V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas;

VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.”.

24.2. Constituem obrigações da CONTRATADA também as especificadas no **ITEM 23 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** deste Edital.

25. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

25.1. O regime jurídico desta contratação confere ao contratante as prerrogativas do Art.104 da Lei nº 14.133/2021.

“CAPÍTULO IV - DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 104. O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;

III - fiscalizar sua execução;

IV - aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste;

V - ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:

a) risco à prestação de serviços essenciais;

b) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

§ 1º As cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

§ 2º Na hipótese prevista no inciso I do caput deste artigo, as cláusulas econômico-financeiras do contrato deverão ser revistas para que se mantenha o equilíbrio contratual.”.

25.2. Constituem obrigações do CONTRATANTE, além da constante do Art. 115 da Lei nº 14.133/2021, as especificadas no **ITEM 22 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I** deste Edital.

26. DA SUBCONTRATAÇÃO

26.1. Será admitida a subcontratação do objeto licitatório, conforme previsto no **ITEM 12 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital.**

27. DA GESTÃO DO CONTRATO E FISCALIZAÇÃO

27.1. Conforme art. 117 da Lei nº 14.133/21, a execução do contrato decorrente do presente certame deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, dessa forma, o referido Contrato terá como Gestor, o Gerente de Administração e Finanças, que será assistido e subsidiado por um ou mais Fiscais Administrativos e um Fiscal Técnico, por ele designado, **conforme ITEM 26 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital.**

28. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

28.1. O objeto deste Edital será recebido em conformidade com o art. 140, da Lei nº 14.133/21, descrito no **ITEM 09 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital.**

29. DO PAGAMENTO E MEDIÇÕES

29.1. O pagamento, decorrente da prestação dos serviços, objeto deste Edital será efetuado conforme disposto no **ITEM 21.2 E 21.4 DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital.**

30. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

30.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 24 E SEUS SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

31. DO REAJUSTAMENTO

31.1. Ficam aquelas estabelecidas no **ITEM 27 E SEUS SUBITENS DO TERMO DE REFERÊNCIA - ANEXO I deste Edital**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

32. DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS

32.1. Os contratos poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

I - unilateralmente pela Administração:

a) quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;

b) quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos em lei;

c) As alterações unilaterais não poderão transfigurar o objeto da contratação;

II - por acordo entre as partes:

a) quando conveniente a substituição da garantia de execução;

b) quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

c) quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

d) para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.

d.1) Será aplicada às contratações de obras e serviços de engenharia, quando a execução for obstada pelo atraso na conclusão de procedimentos de desapropriação, desocupação, servidão administrativa ou licenciamento ambiental, por circunstâncias alheias ao contratado.

32.2. Se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

32.3. O contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento), nos termos do art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.

33. DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

33.1. O fornecedor terá seu contrato cancelado quando:

33.1.1. Descumprir as condições do contrato;

33.1.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

33.1.2.1. O cancelamento do contrato, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do Órgão.

34. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 34.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.
- 34.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.
- 34.3.** Homologada a licitação o adjudicatário receberá a Ordem de Serviços para o início da obra.
- 34.4.** Caso o adjudicatário não preste o serviço ou forneça o(s) bem(s), objeto do certame, de acordo com a sua proposta, serão convocados os licitantes remanescentes, observada à ordem de classificação, para execução do serviço.
- 34.5.** É facultado a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO ou a AUTORIDADE COMPETENTE, em qualquer fase do julgamento promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo e a aferição do ofertado, bem como solicitar a órgãos competentes a elaboração de pareceres técnicos destinados a fundamentar as decisões.
- 34.6.** Qualquer solicitação de prorrogação de prazo para execução dos serviços, decorrentes desta licitação, somente será analisada se apresentada antes do decurso do prazo para tal e devidamente fundamentada.
- 34.7.** Uma vez convocado, a recusa injustificada do adjudicatário em prestar os serviços, dentro do prazo estabelecido neste edital, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas
- 34.8.** Na hipótese acima referida será convocado novo adjudicatário, observada a ordem de classificação nesta licitação.
- 34.9.** Constituem motivos para rescisão do contrato ou instrumento equivalente, todos aqueles listados pela Lei 14.133/2021, no artigo 138.
- 34.10.** Será dada vista aos proponentes interessados tanto nas propostas comerciais como dos documentos de habilitação apresentados na sessão.
- 34.11.** A presente Licitação somente poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado; ou anulada, em todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente comprovado.
- 34.12.** É vedado ao fornecedor retirar sua proposta ou parte dela após aberta a sessão da licitação.
- 34.13.** O licitante deverá examinar detidamente as disposições contidas neste Edital e seus documentos complementares, pois o simples registro de proposta financeira junto ao sistema eletrônico de licitação utilizado, submete-a à aceitação incondicional de seus termos, independente de transcrição, bem como representa o conhecimento do objeto em licitação e a observância dos preceitos legais e regulamentares que a regem, não sendo aceita alegação de desconhecimento de qualquer pormenor.
- 34.14.** No caso de eventual divergência entre o Edital de Licitação e seus documentos complementares, prevalecerão as disposições do primeiro.
- 34.15.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus documentos complementares, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 34.16.** Cada licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação, sendo-lhe exigível, ainda, em qualquer época ou

oportunidade, a apresentação de outros documentos ou informações complementares que se fizerem necessários, a fim de completar a instrução do processo.

34.17. É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se o autor às sanções legais e administrativas previstas no Capítulo II-B – DOS CRIMES EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.

34.18. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

34.19. O Instrumento Convocatório é parte integrante do Contrato.

35. ANEXOS

35.1. Integram esta Concorrência, os seguintes anexos:

ANEXOS	
ANEXO I	TERMO DE REFERÊNCIA
ANEXO II	PLANILHA ORÇAMENTÁRIA
ANEXO III	CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO
ANEXO IV	CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)
ANEXO V	CARTA FIANÇA (MODELO)
ANEXO VI	SEGURO GARANTIA (MODELO)
ANEXO VII	CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).
ANEXO VIII	RELAÇÃO E DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE (MODELO).
ANEXO IX	COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).
ANEXO X	COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).
ANEXO XI	PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS. (MODELO)
ANEXO XII	MINUTA DE CONTRATO
ANEXO XIII	DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
ANEXO XIV	DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO
ANEXO XV	MATRIZ DE RISCOS

Porto Velho/RO, 23 de abril de 2025.

ERALDA ETRA MARIA LESSA
Presidente da COOBR/SUPEL/RO



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

TERMO DE REFERÊNCIA

1. IDENTIFICAÇÃO

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER/RO.

UNIDADE REQUISITANTE: Coordenadoria de Projeto e Planejamento e Orçamento de Obras - DER/RO.

2. DA INTRODUÇÃO E BASE LEGAL

O presente Termo de Referência foi elaborado com base no [Estudo Técnico Preliminar nº 16](#) e [Solicitação de Contratação de Serviços](#), nos termos da Lei Federal Nº 14.133, de 1º de abril de 2024, bem como o Decreto Estadual nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, e ainda, demais legislações vigentes inerentes ao objeto em tela, assim definindo o conjunto de elementos que nortearão o procedimento licitatório, conforme os princípios licitatórios.

3. DO OBJETO E ELEMENTOS CARACTERÍSTICOS

3.1. **DO OBJETO:** Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.	UNIDADE	01

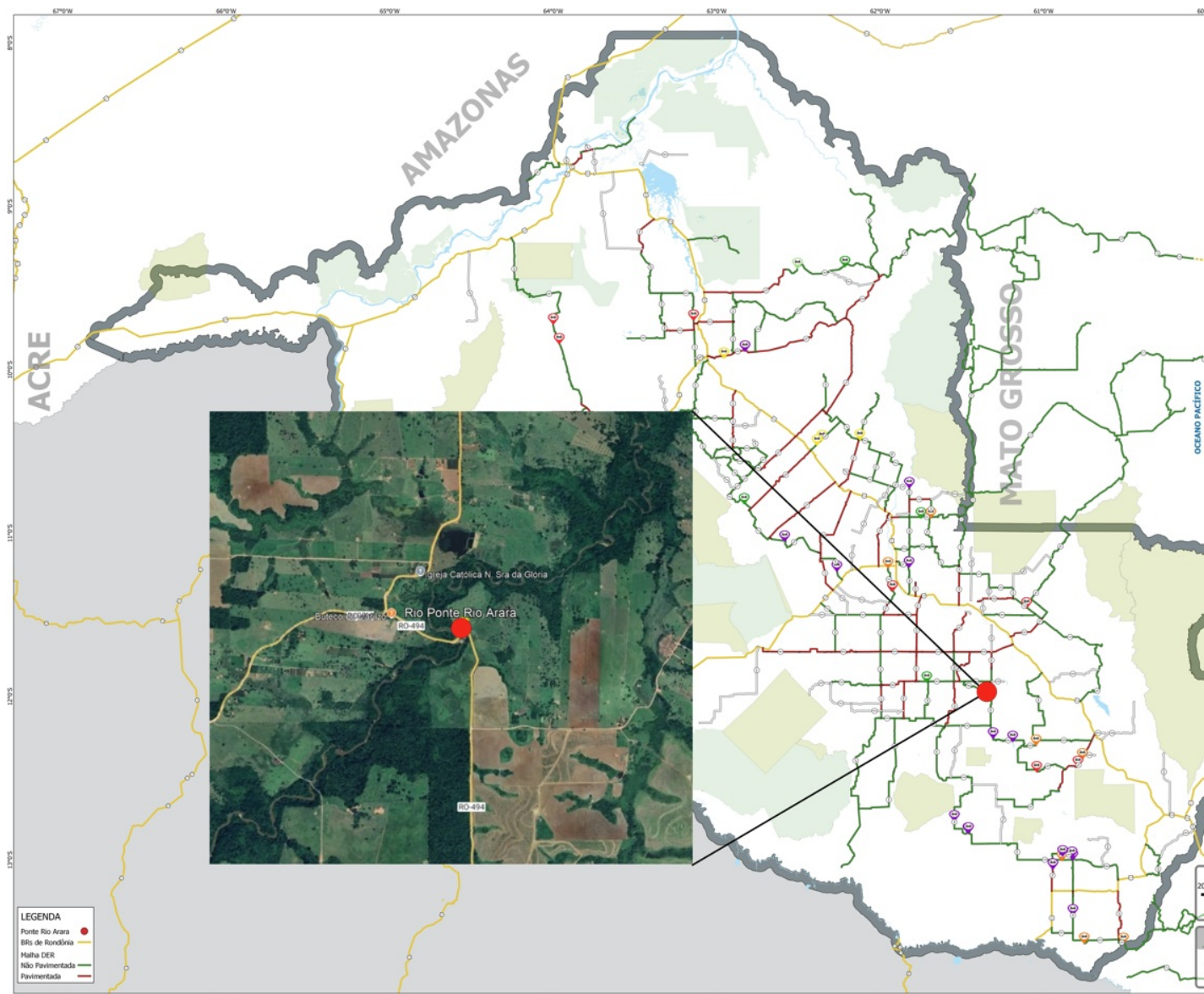
3.1.1. **Das informações essenciais:**

Ponte sobre o Rio Arara

- **Rodovia:** RO-494.
- **Trecho:** Entre RO-491/RO-495
- **KM:** Km 18,20
- **Coordenadas:** 11°59'20,187"S 61°19'15,558"W
- **Município:** Primavera de Rondônia
- **Extensão aproximada:** 45,00 m
- **Seção aproximada a ser projetada:** 10,20 m.
- [Estudos Hidrológico](#)
- [Estudo Topobatimétricos](#)

3.1.1.1. A Figura 01 apresenta o mapa de localização da ponte em questão:

Figura 01 - Mapa de Localização.



3.1.1.2. A prática de execução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

3.1.1.3. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa vencedora para a execução do objeto são previstas no Edital.

3.1.1.4. Escopo básico para elaboração do projeto executivo e as suas especificações gerais da ponte em concreto estrutural encontra-se na Nota Técnica 29 (0056085320).

3.2. DA ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES

3.3. O orçamento completo atualizado deste serviço, contendo os respectivos quantitativos, acompanhados dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte estão inserido neste processo na Planilha Orçamentária anexa ao processo.

3.4. Os preços unitários utilizados no documento supracitado foram os praticados pelo Sistema de Custos Rodoviários NOVO SICRO – Mês base janeiro/2025 - Rondônia.

3.5. As demais peças técnicas utilizadas para a composição orçamentária do custo final, como os preços unitários referenciais, as memória cálculo e os documentos que lhe dão suporte estão inseridos neste processo, em:

- [Planilha Orçamentária - Janeiro/2025.](#)
- [Tabela de BDI](#)
- [Relatório de Consolidação](#)

3.6. DA NATUREZA DO OBJETO

3.6.1. Conforme já explanado no item acima, o objeto deste Estudo Técnico Preliminar trata-se da **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.**

Segundo os incisos XI, XII e XVIII art. 6º da Lei nº 14.133/2021:

"XI- serviço: atividade ou conjunto de atividades destinadas a obter determinada utilidade, intelectual ou material, de interesse da Administração;

XII - obra: toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;

[...]

XVIII - serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual: aqueles realizados em trabalhos relativos a:

- estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- pareceres, perícias e avaliações em geral;
- assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição deste inciso;"

3.6.2. Portanto, o objeto em questão se enquadra no inciso XVIII da Lei de Licitações, sendo um **serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual** relativo à projetos básicos e projetos executivos. Além disso, trata-se de um **serviço especial**, uma vez que a contratação de uma empresa para elaborar um projeto de ponte é um serviço técnico profissional especializado. Esse tipo de serviço envolve conhecimento técnico específico e exige profissionais habilitados e envolve estudos complexos e cálculos estruturais avançados.

4. DESCRIÇÃO/JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

4.1. O Governo do Estado de Rondônia, por meio do Departamento Estadual de Estradas e Transportes - DER/RO, possui a obrigação legal de promover a expansão e zelar pelas rodovias do Estado, consideradas bens públicos por determinação legal (Lei nº 10.406/02 - Código Civil), além da Lei de Responsabilidade Fiscal atribuir ao administrador público a obrigação de conservá-los e/ou preservá-los.

4.2. A Lei Complementar nº 965/2017 estabeleceu no art.98, alterada pela LC nº 1.060/2020, que a finalidade do DER tem por promover, administrar, supervisionar e fiscalizar as obras rodoviárias e os transportes do Estado de Rondônia, competindo-lhe:

I - elaborar, executar e fiscalizar todos os serviços técnicos e administrativos concernentes a estudos, projetos, especificações, orçamentos, locação, construção, reconstrução e melhoramento das estradas de rodagem estaduais, inclusive pontes e demais obras de arte especial;

[...]

4.3. Visando ainda garantir o exposto no art. 1º da Lei nº 9.503, de 23/09/1997, vejamos:

"§ 2º O trânsito, em condições seguras, é um direito de todos e dever dos órgãos e entidades componentes do Sistema Nacional de Trânsito, a estes cabendo, no âmbito das respectivas competências, adotar as medidas destinadas a assegurar esse direito."

4.4. Ainda, é importante considerar os seguintes pontos acerca das obras de infraestrutura na rodoviárias do Estado de Rondônia:

4.5. **Estado da malha viária:** O Sistema Rodoviário de Rondônia está composto por rodovias federais, estaduais e municipais, possuindo aproximadamente 27,5 mil km de rodovias, das quais aproximadamente 3.382 km estão pavimentadas. As rodovias estaduais de Rondônia são importantes para a economia e integração da região, pois são elas que interligam os municípios fora do eixo da BR 364 e garantem fluidez dos transportes e escoamento de produções.

4.6. **Crescimento econômico:** Rondônia tem apresentado um crescimento econômico expressivo nos últimos anos, impulsionado principalmente pela expansão da agropecuária, indústria e serviços. Esses setores têm gerado um aumento significativo no fluxo de bens, serviços e pessoas pelas estradas do estado, o que ocasiona uma sobrecarga na malha rodoviária existente e a necessidade de construção e ampliação de novas vias. Além disso, Rondônia tem se destacado como um importante polo de produção agropecuária, sendo responsável pela produção de grãos, como soja e milho, e carnes, como bovina e suína, com grande impacto na economia nacional. O escoamento dessa produção depende da qualidade e capacidade das estradas e rodovias do estado, o que reforça a necessidade de investimentos em obras rodoviárias. O estado de Rondônia também tem investido em políticas públicas que visam atrair novos investimentos e empreendimentos para a região, como incentivos fiscais e programas de financiamento. Essas medidas tendem a trazer novos fluxos de transporte e comércio para o estado, o que reforça ainda mais a necessidade de investimentos em obras rodoviárias para garantir a infraestrutura adequada para o desenvolvimento econômico sustentável do estado.

4.7. **Segurança viária:** segurança viária é uma das principais preocupações no planejamento de obras rodoviárias. Segundo dados do Departamento Estadual de Trânsito (DETRAN), o estado de Rondônia registrou uma média de 9.579 acidentes de trânsito por ano entre 2018 e 2021, com uma média de 375 mortes por ano no mesmo período. Os registros de acidentes em rodovias de jurisdição estaduais representam 10,98 % da média geral, com um percentual de 16,13% da média geral referente a óbitos. Esses números mostram que é essencial investir em melhorias na infraestrutura rodoviária do estado para aumentar a segurança viária e reduzir o número de acidentes e mortes nas estradas. Isso pode incluir a construção de novas rodovias, duplicações de trechos já existentes, readequação de curvas e sinalização adequada. Além disso, as obras rodoviárias podem contribuir para a redução do tempo de viagem e a melhoria da qualidade do transporte de cargas, o que também pode resultar em maior segurança viária, uma vez que caminhões em boas condições e em velocidade adequada reduzem os riscos de acidentes.

4.8. **Condições climáticas:** As condições climáticas podem influenciar significativamente a durabilidade das obras rodoviárias. As condições climáticas podem afetar a segurança e a qualidade das rodovias em Rondônia e incluem as chuvas intensas, que podem causar erosão do solo, deslizamentos de terra e enchentes, comprometendo a estabilidade das encostas e das pontes.

4.9. Neste contexto, o DER, como órgão executivo da Política Estadual de Estradas e Transportes do Estado, deve utilizar técnicas modernas e procedimentos racionais e otimizados para a expansão de sua infraestrutura rodoviária, bem como garantir a preservação ambiental e maior vida útil às obras já executadas, visando proporcionar um transporte mais eficiente, sustentável, seguro e confortável aos usuários das rodovias rondonienses. A contratação de projeto executivo com fito a gerar peças técnicas para balizar a construção de uma nova ponte no local demonstra a preocupação do órgão em dispor de projetos executivos completos e bem elaborados para que as obras sejam executadas com acurácia.

4.10. Há de se observar que a malha viária estadualizada é extensa e atende a todos os municípios do estado, o que resulta em um raio de abrangência para manutenção de grande extensão, nas quais as obras de arte especiais são de extrema importância pois são responsáveis por promoverem integração regional e condicionar, em especial, o tráfego de caminhões e máquinas, contribuindo com o agronegócio, proporcionando deslocamentos de máquinas durante a safra, bem como o escoamento final da produção agrícola, além disso, também exercem papel fundamental no que diz respeito ao transporte escolar e abastecimento dos municípios. Portanto, levando em consideração as funções econômicas e sociais exercidas por uma ponte, retirá-la de serviço ou restringir sua carga máxima aceitável gera perturbações no devido andamento das rodovias, acarretando prejuízos à população em geral. A interdição de uma ponte, além de gerar transtornos, pode vir a ser a causa de acidentes, comprometendo a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares nas localidades atingidas.

4.11. A contratação de uma empresa especializada em engenharia para a elaboração de um projeto executivo de ponte sobre o Rio Arara, na rodovia RO-494, é de extrema importância, dado o estado crítico da estrutura existente e as diversas implicações técnicas, ambientais e econômicas. A atual ponte de madeira apresenta condições alarmantes, comprometendo a segurança dos usuários e gerando riscos materiais significativos, especialmente para o agronegócio local. Em face dessa situação, torna-se imprescindível a construção de uma nova ponte em concreto armado, que atenda a requisitos de segurança, durabilidade e eficiência, e que seja capaz de suportar as necessidades estruturais e ambientais da região.

4.12. De acordo com a última Ficha de Inspeção Cadastral (0051778718) da ponte sobre o Rio Arara, foram observados danos consideráveis na estrutura de madeira, incluindo desalinhamento de pilares, presença de fungos, fissuras e emendas nas peças estruturais. Além disso, algumas chapas de ferro estão quebradas, evidenciando a fragilidade dos elementos que compõem a estrutura. Esses danos indicam não apenas a necessidade urgente de reparos, mas também a inviabilidade de uma recuperação eficaz da ponte com a estrutura atual, pois os danos são extensos e comprometem a segurança e funcionalidade da ponte. De acordo com normas de engenharia, estruturas de madeira, quando em tal estado, apresentam riscos elevados de falhas estruturais e colapsos, especialmente quando expostas às intempéries e ao desgaste contínuo.;

4.13. A decisão de contratar uma nova empresa para o desenvolvimento de um projeto executivo de uma ponte em concreto estrutural é justificada, entre outros motivos, pela viabilidade técnica e econômica dessa abordagem. O desenvolvimento de um novo projeto permite que uma equipe especializada proponha soluções modernas e adequadas às necessidades atuais da rodovia e da região, evitando retrabalhos que poderiam comprometer o orçamento e o cronograma da obra. A sobrecarga de trabalho na equipe interna do órgão responsável torna inviável a incumbência de elaborar um projeto complexo, dado o alto volume de outras demandas e compromissos. Com isso, a delegação do trabalho a especialistas externos garante maior eficiência e qualidade no desenvolvimento do projeto, assegurando que todas as necessidades da região sejam atendidas com o rigor técnico necessário, sem prejudicar a qualidade dos serviços já em andamento.

4.14. Além disso, a construção de uma nova ponte exige um conjunto de estudos geotécnicos e geológicos detalhados para garantir a adequação da fundação à composição do solo da região, o que assegurará a estabilidade da estrutura a longo prazo. Essas sondagens são essenciais para evitar problemas de assentamento e garantir que a fundação suporte as cargas exigidas, além de resistir a fenômenos naturais, como cheias e erosão. A conformação geométrica da ponte deve ser projetada de maneira cuidadosa para garantir a continuidade do fluxo de tráfego e minimizar pontos de estrangulamento, permitindo uma transição segura entre a nova ponte e a rodovia.

4.15. A questão ambiental também deve ser levada em consideração, com a implementação de soluções sustentáveis que evitem impactos negativos ao ecossistema local. A nova ponte precisa atender às normas ambientais mais recentes, garantindo que sua construção e operação sejam realizadas de forma a preservar os recursos naturais da região. O uso de tecnologias inovadoras e a adoção de práticas construtivas responsáveis são fundamentais para a manutenção do equilíbrio ecológico da área.

4.16. A construção de uma nova ponte de concreto estrutural não apenas resolverá os problemas estruturais da ponte atual, mas também terá um impacto direto e positivo na economia da região. A melhoria das condições de trafegabilidade assegura a continuidade das atividades sociais e econômicas locais, incluindo o escoamento eficiente da produção agrícola, crucial para a sustentação da economia regional. A ausência de uma estrutura adequada resultaria em grandes dificuldades no deslocamento da população, afetando a qualidade de vida e o desenvolvimento econômico.

4.17. A conclusão da obra, a ser baseada no projeto executivo, terá um impacto significativo na segurança, conforto e agilidade do tráfego na rodovia RO-494. Assegurando condições de tráfego contínuo e seguro, a nova ponte evitará o isolamento de comunidades locais e promoverá o desenvolvimento regional. As especificações

técnicas, detalhadas pelo projeto, serão fundamentais para minimizar erros durante a execução da obra, garantindo que a nova estrutura seja construída com a máxima eficiência e qualidade.

4.18. Em resumo, a construção de uma nova ponte sobre o Rio Arara é essencial para garantir a segurança, a continuidade do tráfego e o desenvolvimento econômico da região. Com uma estrutura moderna e adequada, a ponte contribuirá para a melhoria das condições de vida da população rondoniense, promovendo a integração regional e sustentando o crescimento econômico a longo prazo. O projeto deverá ser desenvolvido com rigor técnico, respeitando as necessidades da comunidade e assegurando um impacto positivo tanto no aspecto social quanto ambiental.

A Justificativa completa da necessidade da contratação encontra-se apresentada na Autorização (0055348722).

5. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - PAC

5.1. O objeto dessa contratação está presente no Plano de Contratações Anual 2025 (PCA), no item 81 -Contratação para elaboração de projeto básico e executivo de ponte em concreto estrutural e estudos ambientais na RO-494, sobre o Rio Arara, no município de Primavera de Rondônia, Relatório Anexo Portaria 148/2025 (0056604016), constante no processo SEI 0009.010202/2024-65.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução para o objeto em questão é **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia**, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia Estadual onde esta se localiza;

6.2. A execução da solução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

6.3. Vale ressaltar que a seção de projeto da ponte deve ser aproximadamente dimensionada com 10,20 m de largura, contemplando duas pistas de rolamento, cada uma com 3,50 m, e duas faixas de passeio para passagem de pedestres com aproximadamente 1,20 m cada, além das defensas New Jersey, com 0,40 m cada.

6.4. A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

6.5. O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

6.6. A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

6.7. Critérios de aceitabilidade e parâmetros de desempenho

6.7.1. ART da empresa (s) e/ou consórcio (s) responsável (is) e também do responsável técnico pela elaboração do projeto, que assim couber;

6.7.2. Aceite do Relatório Parcial/Total do Projeto por parte do DER/RO;

6.7.3. Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas/instruções de serviço.

6.8. Dos projetos

6.8.1. Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas neste processo.

6.8.2. Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.

6.8.3. A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos.

6.8.4. O Projeto Básico e Executivo de Engenharia deverá conter, no mínimo, os seguintes volumes:

- I - Volume 1 – Relatório do Projeto - Estudos necessários e Memorial Descritivo de cada projeto;
- II - Volume 2 – Projeto de Execução - Pranchas referentes a cada projeto e notas de serviço;
- III - Volume 3 – Memória de cálculo;
- IV - Volume Anexo 3A – Componente Ambiental;
- V - Volume 4 – Orçamento, plano de execução e especificações.

6.8.5. Caberá à contratada a elaboração do Projeto Básico/ Executivo de Engenharia, necessário e satisfatório à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser levados em consideração os elementos técnicos fornecidos pelo DER/RO.

6.9. Resultados Pretendidos

6.9.1. A substituição de pontes de madeira por pontes de concreto nas rodovias estaduais do Estado de Rondônia visa alcançar diversos resultados positivos e melhorias significativas, promovendo melhores condições de segurança e conforto aos usuários. Os principais resultados pretendidos são

- a) Durabilidade e Vida Útil Prolongada: Pontes de concreto são muito mais duráveis e têm uma vida útil significativamente maior do que pontes de madeira. Isso reduz a necessidade de manutenção frequente e substituição de estruturas, garantindo maior disponibilidade e segurança da rodovia para o tráfego.
- b) Segurança e Confiabilidade Estrutural: Estruturas de concreto oferecem resistência mecânica e estabilidade superiores, assegurando a segurança de veículos e usuários. Isso minimiza os riscos de colapso e interrupções no tráfego devido a danos estruturais.
- c) Capacidade de Carga e Adequação Funcional: Pontes de concreto podem ser projetadas para suportar diferentes capacidades de carga, atendendo às demandas do tráfego rodoviário. Isso melhora a eficiência operacional ao permitir o tráfego de veículos pesados sem restrições significativas.
- d) Redução de Custos de Manutenção: Ao contrário das pontes de madeira, que exigem manutenção constante devido à deterioração e vulnerabilidade a fatores ambientais, pontes de concreto armado demandam menos intervenções. Isso promove economia de recursos financeiros e humanas associados à manutenção preventiva e corretiva.
- e) Compatibilidade Ambiental e Sustentabilidade: O concreto é um material sustentável quando produzido com práticas ambientalmente responsáveis. Ele pode ser projetado para minimizar impactos ambientais durante a construção e operação, contribuindo para práticas de construção sustentável e redução do impacto ambiental das infraestruturas rodoviárias.
- f) Melhoria na Eficiência Operacional da Rodovia: A substituição de pontes de madeira por pontes de concreto resulta em rodovias mais eficientes e seguras, com menor tempo de inatividade devido a reparos e manutenções.
- g) A substituição de pontes de madeira por pontes de concreto não apenas melhora a segurança e a durabilidade das estruturas rodoviárias, mas também contribui para a eficiência operacional e sustentabilidade ambiental das rodovias. Esses resultados são fundamentais para desenvolvimento e modernização da infraestrutura viária, proporcionando benefícios econômicos e sociais a longo prazo, e o projeto executivo é parte integrante desta solução robusta.
- h) Outras demonstrações de resultados pretendidos encontram-se na Autorização 0055348722.

7. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

7.1. NÃO PODERÃO PARTICIPAR DA LICITAÇÃO

7.1.1. Pessoas físicas, tendo em vista fatores como: complexidade técnica, Experiência em elaboração de Projetos de Pontes, garantia financeira e capacidade econômico-financeira, acesso a recursos e tecnologias, gestão de riscos, cumprimento de exigências legais e contratuais, segurança e responsabilidade Técnica. Dessa forma, a complexidade do serviço como um todo torna inviável este tipo de contratação;

7.1.2. Empresa que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

7.1.3. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

7.1.4. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

7.1.5. Empresa que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

7.2. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PROCESSO DE CONTRATAÇÃO

7.2.1. Empresas do ramo de atividade relacionada ao objeto, que não possuam registro de sanção que impeça sua contratação, bem como estejam devidamente regulares com as Fazendas Públicas Municipal, Estadual e Federal, com o FGTS e com a Justiça do Trabalho, conforme Lei 14.133/21;

7.2.2. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no presente Termo de Referência e nas **Notas Técnicas** disponibilizadas pela Coordenadoria de Planejamento, Projetos e Orçamento de Obras – CPPOO deste Departamento;

7.2.3. As principais obrigações a serem atendidas pela empresa para a execução do objeto estão previstas no Edital.

7.2.4. A Contratada deverá adotar prática de execução em obediência às Normas e Especificações Técnicas do DER/RO e da ABNT, bem como prescrições dos Manuais de Manutenção do DNIT, além de eventuais alterações especificadas no presente Edital, responsabilizando-se pela substituição ou reparo, em caso de anormalidade, independentemente do motivo alegado, conforme parecer técnico do servidor encarregado do recebimento;

7.2.5. É dever da Contratada realizar testes e corrigir defeitos nos materiais/bens, inclusive com a sua substituição quando necessário, sem ônus para a Contratante;

7.2.6. A Contratada deverá assumir compromisso com práticas sustentáveis e ambientalmente responsáveis em toda a cadeia de produção e fornecimento dos insumos;

7.2.7. A Contratada deverá tomar todas as medidas de segurança cabíveis aos serviços que executarão na preparação e transporte dos materiais, não arcando o DER com qualquer ônus em caso de acidente por parte dos funcionários ou mesmo terceiros;

7.2.8. Manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.2.9. A descrição e quantidade que constituem o objeto desta licitação deverão ser executados de acordo com a solicitação da contratante e a orientação/fiscalização dos técnicos do DER, devendo a CONTRATADA acatar os termos de fiscalização e as respectivas orientações;

7.2.10. É dever da Contratada comprovar capacidade técnica e operacional, demonstrada através de documentação de enquadramento de empresa do ramo de prestação dos serviços de aquisição e entrega dos materiais que compõe o objeto do estudo;

7.2.11. A Contratada deverá encaminhar materiais para análise e testes, e responder qualquer questionamento, quanto a qualidade do material, quando necessário;

7.2.12. Para a prestação do serviço no fornecimento dos materiais, será exigido que o prestador se apresente devidamente identificado e usando todos os equipamentos de proteção individual cumprindo os requisitos da legislação vigente conforme as [Normas Regulamentadoras \(NR\)](#).

7.2.13. Junto à proposta de preços, a CONTRATADA deverá encaminhar a PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS, contemplando os custos e seu respectivo lucro.

7.2.14. A equipe técnica que participará da execução dos serviços estará sujeita à aprovação do DER/RO, por ocasião da contratação e sempre que necessário.

7.2.15. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

7.2.16. A empresa a ser contratada deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

8. JUSTIFICATIVAS DE PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

8.1. A legislação atual não estabelece a obrigatoriedade de parcelamento da contratação, portanto, as justificativas de **NÃO PARCELAMENTO** se tratando deste caso específico do objeto do presente ETP são dadas com base no Art. 47 da Lei nº 14.133/2021, disposto a seguir:

"Art. 47. As licitações de serviços atenderão aos princípios:

I - da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;

II - do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

§ 1º Na aplicação do princípio do parcelamento deverão ser considerados:

I - a responsabilidade técnica;

II - o custo para a Administração de vários contratos frente às vantagens da redução de custos, com divisão do objeto em itens;

III - o dever de buscar a ampliação da competição e de evitar a concentração de mercado."

8.2. Em suma, apesar do objeto da contratação não constituir sistema único e integrado, a contratação do item por completo do mesmo fornecedor promove a economia de escala, a padronização, a redução de custos e maior vantagem na contratação, além de ser mais vantajosa no que se refere à responsabilidade técnica e à competição, por isso, o parcelamento não será adotado. Outros fatores preponderantes a serem considerados são:

8.3. Parcelar a contratação poderia resultar em dificuldades de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores, aumentando o risco de falhas na compatibilidade entre projetos e execução;

8.4. O não parcelamento permite que um único contratado seja responsável por todas as fases do projeto, garantindo maior controle e responsabilidade, o que facilita a gestão de riscos, a resolução de problemas e a garantia da qualidade, pois a empresa contratada tem um interesse direto em assegurar que todas as etapas sejam concluídas conforme os padrões estabelecidos e dentro do cronograma;

8.5. O parcelamento da contratação pode causar atrasos significativos devido à necessidade de múltiplos trâmites licitatórios e a possível falta de alinhamento entre diferentes contratados, enquanto a contratação de uma única empresa permite uma abordagem mais ágil, onde as fases de projeto podem ser otimizadas para reduzir o tempo total de entrega do serviço;

8.6. A elaboração do projeto por uma única entidade permite a otimização dos recursos e a economia de escala, resultando em custos menores em comparação ao parcelamento, tendo em vista que múltiplas contratações aumentam os custos administrativos, de mobilização e de desmobilização, além de potenciais custos adicionais decorrentes de atrasos ou incompatibilidades técnicas entre os diferentes contratados;

8.7. A contratação de uma única empresa incentiva a inovação, pois permite que a empresa contratada proponha soluções técnicas e tecnológicas mais eficientes e econômicas ao longo do processo, enquanto a segmentação da contratação poderia limitar a aplicação de tecnologias avançadas e práticas inovadoras devido à falta de coordenação e integração entre os diferentes fornecedores;

8.8. A legislação reconhece que em projetos complexos, como os de obras de artes especiais, a integração é um fator crucial para o sucesso do empreendimento. Portanto, justifica-se o não parcelamento da contratação para a elaboração de projetos da ponte em questão, visando garantir a integridade técnica, a eficiência no cronograma, a otimização dos custos, a aplicação de inovações tecnológicas e a conformidade com a legislação vigente.

9. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

9.1. CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

9.2. **O prazo previsto para execução total dos serviços será de 120 (cento e vinte) dias.** Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

9.3. A expedição da **"Ordem de Serviço Inicial"** somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a "ordem de serviço inicial" dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se-á como expedida no último dia do mesmo prazo.

9.4. O prazo de início dos serviços será de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento da ordem de serviço.

- 9.5. Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas neste processo e seus Anexos.
- 9.6. O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de 60 (sessenta) dias úteis.
- 9.7. **LOCAL DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**
- 9.8. O objeto contratual deverá ser executado no local definido no item DEFINIÇÕES E INFORMAÇÕES ESSENCIAIS no presente Termo de Referência.
- 9.9. **CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO**
- 9.10. O Cronograma Físico-Financeiro é parte integrante deste Termo de Referência, sendo que ele representa as quantidades de serviços a ser executados fielmente pela contratada e se faz o elemento básico de controle dos serviços como também elemento de referência para medição e pagamento. Com base nesses cronogramas de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião assinatura do contrato ou de outro documento hábil.
- 9.11. **PRAZO DE VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIAS:**
- 9.11.1. Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:
- a) A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e
- b) A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.
- 9.12. **RECEBIMENTO PROVISÓRIO DAS OBRAS/SERVIÇOS:**
- 9.12.1. O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 9.12.2. O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea "a" da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 9.12.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 9.12.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- 9.12.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- 9.12.6. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.
- 9.12.7. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 9.12.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 9.12.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo.
- 9.13. **RECEBIMENTO DEFINITIVO DAS OBRAS/SERVIÇOS:**
- 9.13.1. O recebimento definitivo dos serviços será feito mediante as seguintes condições:
- 9.13.2. O recebimento dos serviços será efetuado por uma comissão de fiscalização, exame, entrega e recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;
- 9.13.3. Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.
- 9.13.4. Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- a) Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).
- b) Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- c) Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- d) Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.
- e) Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 9.13.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.13.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 9.13.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 9.13.8. A Contratada deverá entregar o serviço em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.
- 9.13.9. Caso sejam constatados itens do Contrato que não tenham sido cumpridos satisfatoriamente, a Comissão de Fiscalização emitirá um Laudo de Vistoria, no qual constarão as exigências e prazo para sua execução;
- 9.13.10. Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada em garantir a solidez do serviço com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;
- 9.13.11. O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de recebimento definitivo, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.
- 9.14. **QUANTO A PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO**
- 9.14.1. Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:
- I - Procedimentos de Transição;

a) **Continuidade da Gestão:** Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) **Penalidades:** Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - Procedimentos de Finalização;

a) **Cumprimento das Obrigações:** Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

b) **Liquidar Pendências:** Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

c) **Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento:** Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal conforme item V.

d) **Documentação Final:** Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

e) **Desmobilização de Recursos Financeiros:** Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

f) **Análise de Resultados e Lições Aprendidas:** Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

V - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

VI - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenação responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal;

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

10.1. **O prazo de vigência** do contrato será de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da data de publicação do contrato, com eficácia à divulgação no o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tendo início e vencimento em dia de expediente.

10.2. **Havendo ordem de paralisação do contrato**, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

10.3. A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

10.4. O Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024.

10.5. A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
- Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regularmente.
- Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
- Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

10.6. A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 104 da Lei Nº 14.133/21.

11. DA RESERVA DE COTAÇÃO PARA MICROEMPRESAS (ME) E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (EPP)

O presente item faz referência do Estudo Técnico Preliminar 16 (0058928681)

11.1. Considerando a complexidade e o valor estimado da presente contratação, além da exceção para obras e serviços de engenharia que traz a Lei 14.133/2021, neste objeto **não se observará a reserva de cota para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP).**

12. DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

O presente item faz referência do Estudo Técnico Preliminar 16 (0058928681)

12.1. A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

12.2. A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

- É vedada a subcontratação total;
- É permitida a subcontratação parcial, caso previamente aprovada pelo DER-RO, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, desde que não contemplem o escopo principal do objeto, a subcontratação fica restrita à 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato conforme art. 122, da lei 14.133/2021.
- A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.
- A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;
- Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de empresas nesta licitação;
- Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
- Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;

- h) Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.
- i) A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
- j) As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o DER-RO, que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DER-RO.
- k) A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, documento que comprove a capacidade técnica do subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 9º Art. 67 da Lei 14.133/2021.

12.3. Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689).

- I - Estudos Hidrológicos/Inspeções de Campo;
- II - Estudos Topográficos e Topobatimétricos;
- III - Estudos Geotécnicos (Empréstimos/Jazidas);
- IV - Componente Ambiental;
- V - Sondagem;
- VI - Ensaios técnicos.

13. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

O presente item faz referência do Estudo Técnico Preliminar 16 (0058928681)

13.1. Considerando a complexidade técnica envolvida na execução de ensaios, estudos e elaboração de projetos para pontes em concreto, entende-se como tecnicamente recomendável a permissão da participação de consórcios na presente licitação. A participação de consórcios possibilita a união de empresas com expertises complementares, como diagnóstico estrutural, elaboração de projetos de engenharia e execução de obras complexas, ampliando a capacidade técnica das proponentes e assegurando maior qualidade na entrega.

13.2. Além disso, a permissão para consórcios amplia a competitividade, permitindo a participação de empresas que, individualmente, não atenderiam a todos os requisitos técnicos e econômicos e dilui riscos financeiros e operacionais entre as consorciadas, oferecendo maior solidez ao empreendimento.

13.3. Portanto, a permissão da participação de consórcios nesta licitação atende ao interesse público, favorece a seleção da proposta mais vantajosa e mitiga riscos de execução, devendo ser expressamente prevista no edital.

13.4. Desta forma, poderão participar desta licitação toda e qualquer empresa individual ou sociedade regularmente estabelecida no país, que seja especializada no objeto da licitação, e que satisfaça a todas as exigências do Estudo Técnico Preliminar (ETP), Nota Técnica, Especificações e Normas, e que possuam ou que venham fazer parte do seu quadro, na data prevista para a entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor Acervo Técnico de elaboração de projetos de Pontes de Concreto. A participação de empresas consorciadas será regida de acordo com o Art. 15 da Lei Nº 14.133 de 01 de abril de 2021, como segue:

- 13.4.1. Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- 13.4.2. Indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- 13.4.3. Admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- 13.4.4. Impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada;
- 13.4.5. Responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
- 13.4.6. A empresa líder terá poderes para requerer, transferir, receber e dar quitação, subscrevendo em nome do consórcio todos os atos referentes à execução do Contrato.
- 13.4.7. O consórcio deverá apresentar:
 - a) Indicação dos compromissos e obrigações, bem como o percentual de participação de cada empresa no consórcio, em relação ao objeto da licitação.
 - b) Declaração de que o consórcio não terá sua constituição ou forma modificada sem a prévia aprovação da ADMINISTRAÇÃO durante o processamento e julgamento dos procedimentos licitatórios pertinentes.
 - c) O prazo de duração do consórcio deverá coincidir com a data do recebimento definitivo pela Administração das obras/serviços objeto do contrato administrativo licitado.
 - d) O consórcio apresentará em conjunto à documentação individualizada de cada empresa, relativa à habilitação jurídica, qualificação trabalhista e de regularidade fiscal.
 - e) O consórcio no conjunto dos consorciados deverá atender plenamente a todos os requisitos relativos à habilitação técnica e econômico-financeira.
 - f) A empresa vencedora fica obrigada a promover, antes da celebração do contrato, a constituição e o registro do consórcio, nos termos do compromisso referido no primeiro item que rege a participação de empresas consorciadas presente neste edital, sendo a "Comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados".
 - g) O presente edital estabelece para o consórcio acréscimo de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor exigido de empresa individual para a habilitação econômico-financeira;
 - h) O acréscimo previsto no item anterior não se aplica aos consórcios compostos, em sua totalidade, de microempresas e pequenas empresas, assim definidas em lei;
 - i) A substituição de consorciado deverá ser expressamente autorizada pela contratante e condicionada à comprovação de que a nova empresa do consórcio possui, no mínimo, os mesmos quantitativos para efeito de habilitação técnica e os mesmos valores para efeito de qualificação econômico-financeira apresentados pela empresa substituída para fins de habilitação do consórcio no processo licitatório que originou o contrato.
 - j) Compromisso de constituição do consórcio, por escritura pública ou documento particular registrado em Cartório de Registro de Títulos e Documentos, discriminando a EMPRESA líder, estabelecendo responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.
 - k) A empresa líder, necessariamente, deverá ser uma das empresas de execução do contrato.

14. DA PARTICIPAÇÃO DE EMPRESAS REUNIDAS SOB A FORMA DE COOPERATIVA

O presente item faz referência do Estudo Técnico Preliminar 16 (0058928681)

14.1. Será permitida a participação de empresas reunidas sob a forma de cooperativa, desde que observado o art. 16 da Lei Nº 14.133/21, *in verbis*:

Art. 16. Os profissionais organizados sob a forma de cooperativa poderão participar de licitação quando:

- I - a constituição e o funcionamento da cooperativa observarem as regras estabelecidas na legislação aplicável, em especial a Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971, a Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, e a Lei Complementar nº 130, de 17 de abril de 2009;*
- II - a cooperativa apresentar demonstrativo de atuação em regime cooperado, com repartição de receitas e despesas entre os cooperados;*
- III - qualquer cooperado, com igual qualificação, for capaz de executar o objeto contratado, vedado à Administração indicar nominalmente pessoas;*
- IV - o objeto da licitação referir-se, em se tratando de cooperativas enquadradas na Lei nº 12.690, de 19 de julho de 2012, a serviços especializados constantes do objeto social da cooperativa, a serem executados de forma complementar à sua atuação.*

15. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO

15.1. A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes no Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

15.2. Na elaboração das propostas de preços é necessário que os licitantes apresentem o valor global no mês-base do orçamento – janeiro/2025, em moeda corrente nacional, incluindo todas as despesas diretas e indiretas necessárias à plena Execução do serviço objeto da licitação, atendendo aos seguintes itens: Quadro Resumo de Preços, Planilha de Preços Unitários por Item de Serviço, Composições de Preços Unitários e Cronograma Físico-Financeiro.

15.3. O valor estimado para a contratação foi calculado utilizando-se a Tabela de Preços de Consultoria DNIT, bem como tomando como base os orçamentos anteriores já licitados por este Departamento.

15.4. As empresas participantes deverão apresentar as propostas de preços com a composição do percentual de Benefício e Despesas Indiretas – BDI, incidente no valor global.

15.5. No orçamento de referência foi considerada a seguinte taxa de Bonificação e Despesas Indiretas (BDI): Construção de OAE - **45,03% (quarenta e cinco vírgula zero três por cento)**, conforme Anexo Tabela de Preços de Consultoria (0059065297).

15.6. Na composição das taxas de Bonificação e Despesas Indiretas – BDI, não deverão ser apropriados os percentuais de IRPJ e CSLL, consoante Acórdão 325/2007 – TCU/Plenário.

15.7. É necessário que o licitante apresente também o Cronograma Físico-Financeiro na forma do que é apresentado na Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689), podendo ser alterado mediante aprovação da fiscalização do contrato. Os pagamentos dos serviços obedecerão ao Cronograma Físico-Financeiro aprovado pela contratante.

15.8. A proposta, que compreende a descrição do material e/ou serviços ofertados pelo licitante, preço unitário e preço total, deverá ser compatível com as especificações constantes neste Edital e seus anexos.

15.9. Prazo de validade e garantia da proposta de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua assinatura.

15.10. A planilha orçamentária constante da proposta a ser apresentada deverá ser elaborada de acordo com a apresentada em Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689).

15.11. Devem ser apresentadas as descrições dos serviços, observadas as mesmas especificações constantes deste Edital, de forma clara e específica, descrevendo detalhadamente as características do serviço ofertado, bem como preços unitários e totais detalhados em planilha, conforme **Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689), como também o Cronograma Físico-Financeiro janeiro/25 (0059017007)**.

15.12. Em consonância com o § 6º do Art. 23 disposto na Lei 14.133/2021, será exigido dos licitantes, no orçamento que compuser suas respectivas propostas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento do orçamento sintético disponibilizado por este DER-RO.

15.13. A licitante não poderá cotar e colocar preços superiores aos estabelecidos pelo DER e pelo DNIT, sejam eles no preço dos insumos ou no valor total do serviço.

15.14. Não serão permitidas alterações nas quantidades ou exclusões dos itens constantes das composições de custos unitários.

15.15. Serão exigidas todas as composições de custos unitários. A licitante fica obrigada a seguir os parâmetros de composição do SICRO.

15.16. A licitante deverá apresentar demonstrativo detalhado da composição do percentual adotado para o item "BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS - BDI", inclusive com relação às parcelas que o compõe, e a alíquota do ISSQN aplicável deverá estar devidamente identificada (art. 9º da IS DG nº 12/2010 de 28 de julho de 2010).

15.17. Será designada a banca avaliadora nomeada através de portaria, para avaliação das pontuações em conformidade com o artigo 37 da lei n. 14.133/21.

15.18. INFORMAÇÕES RELEVANTES PARA O DIMENSIONAMENTO DA PROPOSTA

15.18.1. As empresas deverão apresentar nas propostas, a composição detalhada de formação da Bonificação e Despesas Indiretas – BDI.

15.18.2. Referência de Preços: Sistema de Custos Referenciais (SICRO) Rondônia, **MÊS-BASE de Janeiro/2025**.

15.18.3. É de inteira responsabilidade da licitante obter informações sobre a incidência ou não de tributos e taxas de qualquer natureza devidas a fornecimento nos mercados interno e/ou externo, não se admitindo alegação de desconhecimento de incidência tributária ou outras correlatas.

15.18.4. O licitante que apresentar a proposta mais vantajosa deverá reelaborar e apresentar à comissão, no prazo previsto no Edital, o Cronograma Físico-Financeiro, de acordo com os itens constantes no Termo de Referência, respectivamente.

15.19. CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

15.19.1. O critério de aceitabilidade de preços será a compatibilidade do valor apresentado para a contratação com o valor apresentado pelas licitantes.

15.19.2. Todos os custos com mobilização e desmobilização de equipamentos necessários, deslocamento para as vistorias *in loco* e a emissão de ART-CREA dos serviços, serão de responsabilidade da Contratada e deverão estar inclusos na proposta de preço.

15.19.3. Na proposta de preços a ser apresentada, deverão constar o preço unitário em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais. Preço Total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente nacional. Nele deverão estar incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer.

15.19.4. A proposta de preços, que compreende a descrição dos serviços ofertados pela licitante, deverá ser compatível com as especificações constantes do Termo de Referência e seus anexos, bem como atender as seguintes exigências:

15.19.5. As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este termo, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação.

15.19.6. A apresentação da proposta implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contida, assumindo o proponente o compromisso de fornecer o objeto contratado.

15.19.7. As propostas terão validade de 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

15.19.8. As regras de desempate entre propostas são discriminadas no EDITAL.

15.19.9. Indicar em sua proposta de Preços - CNPJ e os dados Bancários (Banco, agência e conta corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

15.20. CRITÉRIO DE PONTUAÇÃO

15.20.1. O resultado final da análise e julgamento das notas das Propostas Técnicas e de Preços de cada licitante será definido conforme a média ponderada dos valores das Propostas Técnica e da Proposta de Preços, observando a seguinte fórmula:

a) $NF = [(7 \times PTF) + (3 \times NPF)] / 10$

b) NF = Nota final da proposta.

c) PTF = Pontuação técnica final.

d) NPF = Nota de preço final.

e) Para cálculos das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891/77, da ABNT.

f) A classificação dos Proponentes se dará em ordem decrescente dos valores das notas finais, sendo declarado vencedor o Licitante que atingir a maior Nota Final.

g) Caso ocorra o empate entre duas ou mais propostas, a decisão será feita por sorteio a ser realizado pela Comissão, na presença dos representantes interessados.

15.21. CRITÉRIOS PARA PROPOSTA DE PREÇO

15.21.1. Para o cálculo da NPF (nota de preço final) deverá ser seguido a [IN SEGES/MGI, de 02 de Fevereiro de 2023](#), do Ministério da Economia, sendo discriminada abaixo:

I - procedimentos de ponderação e valoração das propostas de preços, conforme o seguinte parâmetro matemático:

- a) **NPF = 100 x (X1 / X2)**
- b) NP - Nota da Proposta de Preço do Licitante;
- c) X1 - Menor valor global proposto entre os licitantes classificados; e
- d) X2 - Valor global proposto pelo licitante classificado.

15.22. **CRITÉRIOS PARA PROPOSTA TÉCNICA**

15.22.1. A análise da pontuação técnica deverá ser executado conforme consta no Artigo 37 da Lei 14.133/2021, a saber:

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o [§ 3º do art. 88 desta Lei](#) e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

15.22.2. A Habilitação Técnica será avaliada através dos itens que demonstrem a capacidade da licitante em desenvolver os serviços objeto do Edital (Conhecimento dos Serviços a Realizar e Plano de Trabalho), os quais serão pontuados segundo os critérios de pontuação definidos nas seções a seguir.

15.22.3. Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, e deverão estar padronizados de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.

15.22.4. A pontuação a ser atribuída aos Licitantes obedecerá aos critérios abaixo estabelecidos, onde as notas assim obtidas devem ser arredondadas até os centésimos (duas decimais), de acordo com os critérios da NBR-5891, ABNT - Regras de Arredondamento na Numeração Decimal.

15.23. **CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 60,00 PONTOS**

15.23.1. **Capacidade Técnica da Proponente:** Deverá ser demonstrado a experiência comprovada da empresa, com apresentação de atestados técnicos em nome da empresa, expedidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, devidamente anotados e certificados pelo CREA, de modo a comprovar a execução dos serviços elaboração Projetos em Obras de Artes Especiais.

15.23.2. **Capacidade da Equipe Técnica:** Experiência profissional nas funções definidas no quadro abaixo, serão comprovados através de Atestados Técnicos devidamente registrados nas entidades profissionais respectivas.

15.23.3. **REFERENTE A EXPERIÊNCIA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS**

15.23.3.1. Pontuação por número de atestados de projetos similares já realizados pela empresa:

Quadro 01 - Experiência da Licitante

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	20,00
3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	30,00

15.23.4. **QUALIFICAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 30,00 PONTOS**

15.23.4.1. Análise da formação e experiência da equipe, pontuação por número de atestados de projetos similares elaborados pelo profissional:

Quadro 02 - Experiência do Profissional

Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto	Pontos
1 (um) atestado de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	10,00
2 (dois) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	20,00
3 (três) atestados de Elaboração de Projeto Executivo de Ponte de Concreto.	30,00

15.23.5. **PROPOSTA TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 20,00 PONTOS**

15.23.5.1. A pontuação relativa ao conhecimento dos serviços a realizar será atribuída em função da análise dos tópicos relacionados a seguir:

- a) Coerência;
- b) Clareza;
- c) Objetividade;
- d) Inter-relacionamento entre atividades;

15.23.5.2. A avaliação dos itens do Conhecimento dos Serviços a Realizar será procedida a partir de quesitos técnicos em três níveis de abordagem, a saber:

- a) Não abordado/Erroneamente abordado - 0%, da nota de cada quesito;
- b) Abordado parcialmente - 50%, da nota de cada quesito;
- c) Abordado totalmente - 100%, da nota de cada quesito.

15.23.5.3. Os textos constantes dos tópicos deverão ser apresentados de forma objetiva, no formato A-4, fonte Arial 11, espaço simples entre linhas e 6 (seis) pontos entre parágrafos e no máximo 40 (quarenta) páginas, podendo incluir gráficos, planilhas, quadros, desenhos, fluxogramas e fotografias no formato A-4 ou A-3. As páginas deverão apresentar as margens padronizadas de acordo com a especificação de documentos técnicos da ABNT.

15.23.6. **CONHECIMENTO DO TRECHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS**

15.23.6.1. Deverá ser apresentado uma descrição sucinta da região atravessada pela rodovia, citando a localização do trecho, as localidades atendidas, infraestruturas existentes, condições de Acessos e Apoio logístico, abordando os Aspectos Físicos e Meio Ambiente.

15.23.6.2. Deverá ser apresentado uma abordagem das condições gerais atuais do trecho: tais como: extensão, identificação dos pontos de passagem, condições de trafegabilidade, pontos críticos, histórico das intervenções ocorridas e sua eficácia, concluindo com a informação de se as mesmas estão ou não adequadas à região;

15.23.6.3. Apresentar ainda uma abordagem relativa as dificuldades construtivas identificadas na região, atrelado a isto, deverá ser apresentado uma análise crítica sobre a realidade local, fazendo um paralelo entre a situação existente em campo e o projeto existente.

15.23.7. **PLANO DE TRABALHO - VALOR MÁXIMO = 10,00 PONTOS**

15.23.7.1. Deverá ser detalhado o Plano de Trabalho a utilizar na realização das tarefas inerentes a elaboração de projeto, de modo a atender a todas as atribuições estabelecidas pelo DER neste Termo de Referência e anexos constantes do Edital.

15.23.7.2. A Licitante deverá indicar a estrutura organizacional concebida para a realização dos serviços e o seu organograma, sendo dividido em: Organograma, Funções e Atribuições das Equipes e Tempo de Permanência.

15.23.7.3. Deverão ser relacionados os recursos materiais que a empresa mobilizará para realizar os serviços, indicando as instalações de campo, escritórios, laboratórios, residências, com indicação de localização e área mínima desejável, veículos e equipamentos de informática, de topografia e de laboratório.

Quadro 03 - Pontuação da proposta técnica

Requisitos		Pontos
1	Conhecimento do trecho	
1.1	Aspectos gerais das estruturas existentes e da região	2,00
1.2	Aspectos de drenagem	2,00
1.3	Aspectos geotécnicos e estruturais	3,00
1.4	Aspectos ambientais	3,00
2.0	Plano de trabalho	
2.1	Metodologia	2,00
2.2	Cronograma para execução dos serviços	3,00
2.3	Utilização da equipe por serviço	2,00
2.4	Organização para execução dos serviços	3,00
	TOTAL	20,00

15.23.8. ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

15.23.8.1. Para a atribuição de notas neste quesito serão levadas em considerações as informações constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), conforme estipulado pela Lei 14.133/2021 nos seus artigos 37 item III e 88 §3º.

15.23.8.2. A licitante terá uma atribuição de pontos para este requisito nos seguintes critérios:

15.23.8.3. O valor considerado será acumulado das obras ou serviços de engenharia já executados pela empresa licitante, desde que no mesmo CNPJ, ou comprovação de que a empresa em questão fora integrada à matriz, devendo ser apresentado os links com a descrição que guiem até a obra presente no PNCP, a fim de serem verificados pela comissão instituída para análise da documentação apresentada na fase de habilitação.

Quadro 04 - Atribuições de Notas PNCP

Valor executado comprovado através do PNCP	Pontos (Tipo A)
> R\$1.000.000,00	20,00
≥ R\$ 500.000 e < R\$1.000.000,00	10,00
≥ R\$250.000,00 e < R\$500.000,00	5,00
< R\$250.000,00	0,00

15.23.8.4. Serão considerados os serviços apresentados referente a supervisão de obras e serviços de engenharia, através do campo de informação "Valor Global Contratado".

15.23.8.5. Caso a empresa licitante não tenha nenhuma obra ou serviço cadastrado no PNCP, ou valor global executado de obras ou serviços inferior a R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) será atribuída uma nota 0(zero) para este quesito, não ficando a mesma desclassificada, haja vista que tal portal instituído pela lei 14.133/2021 ainda está em fase inicial de implantação, tendo em vista que fora estabelecido em 2021, e de uma perspectiva de contratações, já existem contratações desde 1992 sem o PNCP (com a lei 8.666/1992).

15.23.9. A **PTF (Pontuação Técnica final)** será de no máximo **100 pontos** e será a soma das seguintes pontuações:

a) CAPACIDADE TÉCNICA DA LICITANTE - VALOR MÁXIMO = 60,00 PONTOS

b) PROPOSTA TÉCNICA - VALOR MÁXIMO = 20,00 PONTOS

c) ATRIBUIÇÃO DE NOTAS POR DESEMPENHO DA LICITANTE EM CONTRATAÇÕES ANTERIORES - VALOR MÁXIMO = 20 PONTOS

16. DA VISITA TÉCNICA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

16.1. A empresa interessada deverá apresentar atestado de visita ou declaração formal de conhecimento geral da logística do local dos serviços, assinada pelo Responsável Técnico e pelo Representante Legal da empresa.

16.2. A licitante interessada poderá visitar os locais de execução dos serviços, para conhecer as peculiaridades da geografia, do solo, do clima e demais características do lugar de execução, cuja comprovação será efetuada por declaração ou outro termo equivalente. Os custos que advierem dessas visitas serão arcados exclusivamente pela licitante, vetada sua computação no cálculo das planilhas de custo para elaboração de sua proposta.

16.3. A visita técnica poderá ser acompanhada por Engenheiro do DER/RO, que a certificará, expedindo o necessário Atestado de Visita. Esse atestado será juntado à Documentação de Habilitação, nos termos dos parágrafos 2º, 3º e 4º do Artigo 62, da Lei n.º 14.133/21.

16.4. A visita deverá ser agendada com antecedência e deverá ocorrer até a abertura da Proposta de Preço.

16.5. Quaisquer informação em relação à visita poderá ser obtida junto a Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO em Porto Velho/RO.

16.6. Horário de atendimento da Coordenadoria de Planejamento, Projeto e Orçamento de Obras/CPPOO do DER/RO ao Público: de 07:30h às 13:30h, através do telefone (69) 99222-9333 – Edifício Rio Jarmy - Av. Farquar, 2986 - Pedrinhas, Porto Velho - RO, 76801-470.

16.7. A licitante não poderá alegar, à posterior, desconhecimento de qualquer fato.

16.8. Todas as empresas deverão apresentar, sob pena de inabilitação, junto a sua documentação de habilitação a declaração de conhecimento prévio de todos os aspectos relevantes que envolvem a execução da obra, informações e condições físicas, ambientais, logísticas, de mão-de-obra, econômica e social da área de implantação do empreendimento, podendo a referida declaração ser firmada em modelo próprio da empresa licitante. Assim, a empresa vencedora, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento das particularidades regionais relativas as condições de realização do serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

16.9. Serão INABILITADAS as empresas licitantes que não apresentarem, na ocasião da habilitação, a declaração de conhecimento prévio da área de implantação do empreendimento ou não apresentarem o atestado de visita técnica emitido na ocasião da visita.

16.10. Caso a licitante não queira participar da visita, deverá apresentar em substituição ao atestado de visita, declaração formal assinada pelo responsável técnico, sob as penalidades da lei, que tem pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos, e sobre o local do serviço, assumindo total responsabilidade por esta declaração, ficando impedida, no futuro, de pleitear por força do conhecimento declarado, quaisquer alterações contratuais, de natureza técnica e/ou financeira, conforme Declaração de conhecimento do local de serviços (0056495319).

17. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

17.1. **FORMA DE SELEÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO DA PROPOSTA:** O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO.

17.2. **Modalidade:** Concorrência Eletrônica

17.3. **Critério de julgamento:** Técnica e Preço.

17.3.1. Justificativa da escolha do critério de julgamento - Considerando que trata-se de uma contratação cujo critério de julgamento é técnica e preço, de acordo com os Artigos 36, 37 e 38 da Lei 14.133/21, os quais versam:

"Art. 36. O julgamento por técnica e preço considerará a maior pontuação obtida a partir da ponderação, segundo fatores objetivos previstos no edital, das notas atribuídas aos aspectos de técnica e de preço da proposta.

[...]

§ 2º No julgamento por técnica e preço, deverão ser avaliadas e ponderadas as propostas técnicas e, em seguida, as propostas de preço apresentadas pelos licitantes, na proporção máxima de 70% (setenta por cento) de valoração para a proposta técnica.

[...]

Art. 37. O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por:

I - verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;

II - atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues;

III - atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 desta Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

[...]

Art. 38. No julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço, a obtenção de pontuação devido à capacitação técnico-profissional exigirá que a execução do respectivo contrato tenha participação direta e pessoal do profissional correspondente."

17.3.2. Por se tratar de um objeto complexo, de serviço e obra de natureza intelectual, que envolve na necessidade de elaboração de projetos básico e executivo e demais execuções necessárias, como sinalização, foi adotado como critério de julgamento a técnica e preço para avaliação da proposta mais vantajosa.

17.4. **Critérios de Medição:** Conforme Especificação Técnica de serviço.

17.5. **Modo de disputa:** Desta forma, o modo de disputa da licitação em planejamento será o **FECHADO**.

17.6. **Regime de Execução:** O regime de execução adotado será por **PREÇO GLOBAL**, onde as medições e pagamento estarão associados à execução de etapas do cronograma físico-financeiro vinculadas ao cumprimento de metas de resultado.

17.6.1. Justificativa do regime de execução adotado, o regime de execução adotado será o de Empreitada por preço global, uma vez que este se enquadra no Artigo 6º, inciso XXIX da Lei 14.133/21, qual dispõe que no regime de empreitada por preço global a contratação da execução da obra ou do serviço é realizada por preço certo e total.

17.6.2. O Acórdão TCU nº 1.978/2013 – Plenário infere que o regime de empreitada por preço global deve ser adotada quando for possível definir previamente no projeto, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem executados. A adoção deste tipo de regime, de acordo com o Manual do ordenador de despesas, publicado pelo Conselho Nacional do Ministério Público, oferece vantagens no que diz respeito;

- I - Simplicidade nas medições, realizadas por etapa concluída;
- II - Menor custo para a Administração Pública na fiscalização do serviço;
- III - Valor final do contrato é, em princípio, fixo;
- IV - Restringe os pleitos do construtor e a assinatura de aditivo;
- V - Dificulta o jogo de planilha;
- VI - Incentiva o cumprimento de prazo, pois o contratado só recebe quando conclui uma etapa

17.7. **Na proposta de preços a ser apresentada, deverá constar:**

- a) A proposta de preços terá a validade 90 (noventa) dias , onde deverá constar;
- b) O preço unitário e total, expressos em moeda corrente nacional, nele incluídas todas as despesas com a confecção, impostos, taxas, seguro, frete e serviços, depreciação, emolumentos e quaisquer outros custos que, direta ou indiretamente venham ocorrer;
- c) Conter os preços unitários em algarismos arábicos, com no máximo duas casas decimais;
- d) Preço total expresso em algarismos arábicos e por extenso, em moeda corrente Nacional; e
- e) Indicar em sua Proposta de Preços - CNPJ e os Dados Bancários (Banco, Agência e Conta Corrente), onde serão creditados os respectivos pagamentos, caso seja vencedora do certame.

18. **EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO: PARA FINS DE HABILITAÇÃO, DEVERÁ O LICITANTE COMPROVAR OS SEGUINTE REQUISITOS:**

18.1. Exigir-se-á dos interessados na fase de habilitação, nos termos estabelecidos nos artigos 62, incisos I ao IV, da Lei 14.133/21, devendo ser observada as seguintes disposições:

18.2. **HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>, podendo ser substituída por outro documento que comprove o atual enquadramento na condição de microempresa e empresa de pequeno porte, tendo em vista a desburocratização e simplificação da função administrativa do Estado;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores dos seus administradores;
- d) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame.
- f) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CNH/outro).

18.3. **REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- d) Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- e) Regularidade perante a Justiça do Trabalho;
- f) Declaração de cumprimento do disposto no [inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal](#).

18.4. **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

- a) **Certidão Negativa de feitos sobre falência** – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade.
- b) **Balanco patrimonial**, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:
 - b.1) índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);
 - b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \text{ igual ou superior a } 1$$

b.2) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a **10% (dez por cento)** do valor estimado da contratação, visando garantir que as empresas participantes dos processos licitatórios tenham recursos financeiros adequados para cumprir as obrigações contratuais

b.2.1) No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração ao valor individual de cada item/lote.

b.2.2) caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

b.6.) Justifica-se que as exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

c) Em se tratando de Consórcio, para o caso de comprovação do patrimônio líquido, fica estabelecido um acréscimo de 10% (trinta por cento) em relação aos valores exigidos para a LICITANTE individual,

18.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

18.5.1. Atestados de Capacidade Técnica (declaração ou certidão), fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando o desempenho da empresa Licitante em serviços similares e compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação, conforme [Art. 67, II da Lei Federal nº 14.133/21](#);

18.5.2. O atestado emitido por pessoas jurídicas de direito privado deverá conter o nome completo do signatário, número do Cadastro de Pessoa Física (CPF), atestando às informações ali contidas sujeitas à verificação de sua veracidade na fase da licitação.

18.5.3. A comprovação da qualificação técnica deverá apresentar uma maior relevância, nos serviços de **Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural** compatíveis em características técnicas e quantidades com o objeto desta licitação.

18.5.4. No caso de a empresa licitante ou o responsável técnico não serem registrados ou inscritos na entidade profissional competente do Estado de Rondônia, deverão ser providenciados os respectivos vistos deste órgão regional por ocasião da assinatura do contrato;

18.5.5. A qualificação técnica da licitante deverá ser demonstrada mediante a comprovação da aptidão para o desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, devendo a licitante declarar a disponibilidade de pessoal técnico especializado e comprovar a capacitação técnico- profissional e técnico-operacional.

18.5.6. Durante todo o período de execução do objeto, ao menos 01 (um) profissional de nível superior, com experiência, detentor de atestado de responsabilidade técnica, devidamente registrados no CREA da região onde os serviços foram executados, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT expedidas pelo CREA, que comprovem ter o profissional executado os serviços com características técnicas compatíveis com o objeto desta licitação.

18.6. ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

18.6.1. Capacidade Operacional – Portanto, a empresa a ser contratada (pessoa jurídica) deve ter experiência na elaboração de serviço de mesmo caráter e de igual complexidade ou superior, comprovadas por intermédio de atestados e/ou certidões de contratos emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa, compatíveis com o objeto da licitação. A quantidade exigida está disposta na tabela 01 a seguir:

Tabela 01 - Quantidade exigida do total estimado da contratação		
CAPACIDADE TÉCNICA OPERACIONAL		
SERVIÇO	SERVIÇOS A SEREM COMPROVADOS	QUANTIDADE (*)
	Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural	229,50 m ²
*As quantidades exigidas correspondem aproximadamente a 50% dos quantitativos da obra licitada.		

18.6.2. A elaboração deste quadro de quantidades foi realizada considerando que a ponte a ser projetada terá dimensões aproximadas de: 10,20 m de largura e 45,00 m de extensão, totalizando 459,00 m², dos quais 50% do quantitativo corresponde a 229,50 m².

18.6.3. A nova Lei de Licitações autoriza a Administração a exigir a comprovação da capacitação técnico-operacional, nos termos de seu art. 67. Portanto, por interesse da Administração e pautada no § 2º do art.67 da Lei 14.133/21, serão exigidos atestados com quantidades de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o parágrafo § 1º, vedadas limitações de tempo e de locais específicos relativas aos atestados.

18.6.4. Em conformidade com o Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, § 1º, a exigência de atestados de capacidade técnica será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação. Essas parcelas são aquelas com valor individual igual ou superior a 4% do valor total estimado da contratação. Além disso, o § 2º do mesmo artigo permite que a exigência de atestados seja aplicada a até 50% das parcelas, sem limitações relacionadas a tempo ou locais específicos.

18.6.5. Conforme critério técnico adotado, com vistas a melhor caracterizar o objeto que está sendo contratado e perfazer a prioridade de contratação de empresa que detenha conhecimento e experiência prévia em objetos que contenham elementos técnicos similares ao que se pretende contratar com este Estudo Técnico. Ante o exposto, de modo a prezar pela qualidade e o nível de satisfação que o projeto deva atender em relação às suas especificações, requisitos e adequação ao uso, fora utilizado como requisito técnico a exigência de atestados com quantidades de 50% (cinquenta por cento) das parcelas de que trata o parágrafo § 1º.

18.6.6. Aqui cabe esclarecimento:

a) No caso específico da elaboração do projeto de uma ponte de concreto, não é viável destacar uma parcela específica do projeto como a mais relevante ou de maior valor. Isso ocorre porque todos os componentes do projeto têm importância igual, dado que são interdependentes para garantir a viabilidade e a qualidade da obra.

b) Portanto, conforme o § 2º do Art. 67 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de comprovação de capacidade técnica pode abranger até 50% do total do projeto, sem restrições de tempo ou local, como permitido pelo § 1º. Essa abordagem assegura que todos os licitantes estejam em condições iguais, ao mesmo tempo que garante que a empresa contratada tenha a experiência necessária para a execução completa do projeto.

c) **Conclusão:** A exigência de atestados de capacidade técnica para 50% do objeto contratual está em conformidade com os princípios da legalidade e da isonomia, atendendo adequadamente às necessidades da Administração Pública e garantindo a qualidade do trabalho a ser realizado.

18.6.7. A qualificação técnica das empresas participantes da presente licitação é uma exigência imprescindível para assegurar que os licitantes possuam a

competência necessária para executar os serviços de acordo com os padrões de qualidade, eficiência e segurança exigidos pela Administração Pública. A exigência de qualificação técnica visa garantir que as empresas tenham experiência prévia em serviços semelhantes ao objeto da licitação, com a finalidade de minimizar riscos e assegurar a execução do contrato de forma satisfatória.

18.6.8. As razões para a exigência de qualificação técnica incluem:

1. **Garantia da Capacidade Técnica:** A qualificação técnica permite que a Administração tenha a certeza de que os licitantes possuem a experiência e os conhecimentos adequados para realizar o objeto da licitação, o que é fundamental para a boa execução do projeto, evitando falhas ou necessidade de correções durante a execução. A experiência prévia também ajuda a garantir que os profissionais envolvidos estejam preparados para enfrentar desafios técnicos durante a execução do contrato.
2. **Prevenção de Riscos:** A exigência de qualificação técnica contribui para a seleção de empresas que têm um histórico comprovado de entrega de projetos semelhantes, o que reduz o risco de atrasos, defeitos ou não conformidades, evitando custos adicionais e prejuízos para a Administração.
3. **Eficiência e Qualidade:** A qualificação técnica assegura que as empresas possuam a capacidade de executar o projeto conforme os critérios de qualidade exigidos pela Administração. Isso inclui o cumprimento de normas técnicas, padrões de segurança e atendimento a requisitos ambientais e de sustentabilidade, fundamentais para garantir o sucesso do projeto.
4. **Competitividade e Transparência:** Ao exigir a qualificação técnica, a Administração assegura que as empresas que participem da licitação atendam aos requisitos mínimos para garantir uma competição justa e transparente. Isso também permite uma avaliação objetiva das propostas, priorizando as empresas que demonstram a melhor qualificação técnica para o serviço a ser executado.
5. **Cumprimento de Requisitos Legais:** A exigência de qualificação técnica está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, que estabelece a obrigatoriedade de comprovação de capacidade técnica em licitações, especialmente em contratações de maior complexidade ou que envolvam obras e serviços especializados.

18.6.9. Em razão desses fatores, a exigência de qualificação técnica é fundamental para assegurar a execução de serviços de qualidade, dentro dos prazos e custos estabelecidos, protegendo o interesse público e garantindo a eficiência na utilização dos recursos públicos.

18.6.10. Por fim, a qualificação técnica é uma medida de precaução, visando garantir que a Administração selecione empresas com real capacidade de execução do contrato, o que contribui diretamente para o sucesso da contratação e para a obtenção dos resultados esperados.

18.7. CAPACIDADE PROFISSIONAL

18.7.1. A licitante deverá, obrigatoriamente, comprovar a disponibilidade de profissionais de nível superior, mediante contrato de prestação de serviços, e apresentar relação dos serviços executados por este profissional, constante do seu Registro/Certidão de inscrição no CREA ou Conselho Profissional competente, em nome do profissional, como Responsável Técnico, comprovados mediante atestados e/ou certidões de capacidade técnica por execução de serviços com as mesmas características do objeto:

18.7.2. Ter executado, a qualquer tempo pelo menos um serviço de Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Ponte em Concreto Estrutural

18.7.3. O(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, somente será(ão) aceito(s) com a(s) respectiva(s) certidão(ões) do CREA.

18.7.4. A licitante deverá apresentar somente o(s) atestado(s) e/ou certidão(ões) necessário(s) e suficiente(s) para a comprovação do exigido.

18.7.5. A licitante deverá anexar a(s) declaração(ões) individual(is) do(s) profissional(is) apresentado(s), para atendimento às alíneas acima, autorizando sua(s) inclusão(ões) na equipe técnica, e que irá participar na execução dos trabalhos.

18.7.6. A título de comprovação de experiência do técnico, deverá ser apresentado atestado e/ou certidão. Dit os atestados e/ou certidões deverão ser apresentados indicando que o profissional esteja listado entre os nomes apresentados e emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado e devidamente certificados pelo Conselho Regional competente, neles constando os contratos, nomes do contratado, do contratante e descrição dos serviços executados. De acordo com os serviços relacionados e comprovados, será avaliado o nível de experiência da equipe para execução dos serviços.

18.7.7. O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima não será considerado pela Comissão de Licitação.

18.7.8. Quando a certidão e/ou atestado não for emitida pelo contratante principal do serviço, deverá ser juntada à documentação:

I - Declaração formal do contratante principal confirmando que o técnico indicado foi responsável técnico pela sua execução, ou um de seus responsáveis técnicos, ou;

II - Comprovação por meio de carteira profissional de trabalho e Ficha de Registro de Empresa – FRE acompanhados do recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, todos esses com data referente ao período de execução do objeto do atestado/certidão, ou;

III - Contrato de trabalho registrado no Conselho Regional do Profissional à época da execução do objeto do atestado/certidão.

18.7.9. Cada Responsável Técnico só poderá representar uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes.

18.7.10. A licitante deverá anexar o Registro ou inscrição junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho Profissional competente, dentro de seu prazo de validade, observando as normas vigentes estabelecidas.

18.8. A SEGUINTE DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR SERÁ EXIGIDA PARA A PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS

18.8.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

18.8.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

18.8.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

18.8.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

18.8.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

18.8.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação; e

18.8.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

18.9. PARA A PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIO DE EMPRESAS:

18.9.1. Em caso de apresentação por licitante de atestado de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte, se o atestado ou o contrato de constituição do consórcio não identificar a atividade desempenhada por cada consorciado individualmente, serão adotados os seguintes critérios na avaliação de sua qualificação técnica:

I - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio homogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada empresa consorciada na proporção quantitativa de sua participação no consórcio, salvo nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, em que todas as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada uma das empresas consorciadas;

II - caso o atestado tenha sido emitido em favor de consórcio heterogêneo, as experiências atestadas deverão ser reconhecidas para cada consorciado de acordo com os respectivos campos de atuação, inclusive nas licitações para contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual.

18.9.2. Para fins de comprovação do percentual de participação do consorciado, caso este não conste expressamente do atestado ou da certidão, deverá ser juntada ao atestado ou à certidão cópia do instrumento de constituição do consórcio.

18.9.3. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua

responsabilidade.

18.10. OUTROS DOCUMENTOS

- 18.10.0.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.
- 18.10.0.2. Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- 18.10.0.3. Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 18.10.0.4. Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- 18.10.0.5. Relação explícita e formal de disponibilidade das instalações e aparelhamento, ferramental, veículos e do pessoal técnico adequado, necessário e disponível para a realização do objeto da presente licitação, ainda a qualificação de cada membro da equipe técnica que atuarão na execução dos trabalhos de acordo com modelos em anexo.

19. DA ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

19.1. O orçamento estimado para os **4 (quatro) meses** previstos para a execução do projeto encontra-se no Cronograma Físico-Financeiro janeiro/25 (0059017007) ao processo. A empresa vencedora o usará como base para formulação de sua proposta.

19.2. No quadro abaixo contém as informações essenciais:

quadro - Informações essenciais acerca da estimativa do valor da contratação

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia	1,00	R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos).	R\$ 538.009,17 (quinhentos e trinta e oito mil, nove reais e dezessete centavos).

20. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

20.1. O referido objeto de contratação, tem a seguinte dotação orçamentária conforme quadro abaixo:

Quadro de Dotação Orçamentária

Programa de Trabalho	Grupo de Programação Financeira	Fontes de Recurso	Unidade Gestora	Natureza de Despesa
26.782.2106.1515	451	1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103	11025	44.90.51

21. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS

21.1. Dos critérios de recebimento da medição

- 21.1.1. Os serviços deverão ser executados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos.
- 21.1.2. Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.
- 21.1.3. Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.
- 21.1.4. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 21.1.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

21.2. Medição dos Serviços

- 21.2.1. Os serviços serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação.
- 21.2.2. As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.
- 21.2.3. Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.
- 21.2.4. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.
- 21.2.5. Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:
- 21.2.5.1. Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) Nº.....;
- 21.2.5.2. Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referência a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
- 21.2.5.3. Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL.
- 21.2.5.4. O Cronograma Físico-Financeiro e Curva "S" atualizados.
- 21.2.6. A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA- ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

21.3. Cronograma físico-financeiro

- 21.3.1. Antes do início de execução do objeto, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços.
- 21.3.2. Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.
- 21.3.3. Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:
- 21.3.4. Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo no Termo de Referência de acordo com a Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
- 21.3.5. Detalhar as atividades, conforme modelo anexo no Termo de Referência - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
- 21.3.6. Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.
- 21.3.7. O Cronograma Físico, Financeiro e Curva "S" deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.
- 21.3.8. Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados

ao longo do tempo.

21.3.9. Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.

21.3.10. O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

21.3.11.

21.4. **DO PAGAMENTO:** O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento, nos termos do Art. 190 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024, contados da prestação do serviço, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

21.4.1. O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

21.4.2. A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

21.4.3. Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

21.4.4. As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

21.4.5. A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

21.4.6. Será observado o prazo de até 15 (quinze) dias após habilitação para pagamento.

21.4.7. As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

21.4.8. Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

21.4.9. O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

21.4.10. Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei n.º. 14.133/2021.

21.4.11. Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = N x VP x I, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

I = (TX/100)/365 I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

21.4.12. Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

21.4.13. A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

21.4.14. Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

21.4.15. O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

21.4.16. As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

21.4.17. As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

21.4.18. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

21.4.19. A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

21.4.20. A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

21.4.21. Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

21.4.22. A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

21.4.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

21.4.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

21.4.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

21.4.26. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial,

de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

22. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 22.1. Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.
- 22.2. Proporcionar todas as condições necessárias para a licitante vencedora poder cumprir o objeto desta licitação.
- 22.3. Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.
- 22.4. Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à licitante vencedora para a imediata correção das irregularidades apontadas.
- 22.5. A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica, única, integral e exclusiva da licitante vencedora, no que concerne à execução do objeto contratado.
- 22.6. Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.
- 22.7. Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DIOF.

23. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 23.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 23.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.
- 23.3. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.
- 23.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 23.5. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 23.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 23.7. Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.
- 23.8. Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;
- 23.10. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;
- 23.11. Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;
- 23.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;
- 23.13. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;
- 23.14. Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 23.15. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;
- 23.16. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 23.17. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 23.18. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 23.19. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 23.20. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.
- 23.21. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.
- 23.22. Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.
- 23.23. Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de sua notificação para essas finalidades;
- 23.24. De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;
- 23.25. Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da execução do objeto, minucioso exame das especificações, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;
- 23.26. Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.
- 23.27. Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de _____ de 20___, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

24. DAS SANÇÕES E INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS

24.1. O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei 14.133/21.

24.2. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155, da Lei Federal 14.133/2021](#)):

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da [Lei nº 12.846](#), de 1º de agosto de 2013.

24.3. De acordo com o Artigo 156 da Lei 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

24.4. Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

24.5. Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

24.6. Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

24.7. A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Termo de Referência e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

24.8. A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

24.9. As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

24.10. De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

24.11. A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

24.12. São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

- a) Inexecução total ou parcial do contrato;
- b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) Comportamento inidôneo;
- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

24.13. As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

24.14. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia

08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

24.15. As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

24.16. Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

24.17. As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

24.18. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

24.19. Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

24.20. As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

24.21. A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

24.22. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

24.23. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

24.24. A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

24.25. Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no [inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21](#), poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no [art. 162 da Lei 14.133/21](#).

24.26. As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

24.27. A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

24.28. No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 23.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

25. DA GARANTIA DO CONTRATO

25.1. A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

25.2. As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

- Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- Seguro-garantia;
- Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

25.3. A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do Termo de Contrato.

25.4. Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

25.5. Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

25.6. Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;
- O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;
- A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;
- O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
- O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Termo de Referência e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.
- O seguro-garantia deverá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:
 - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:
 - ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
 - acompanhar a execução do contrato principal;
 - ter acesso à auditoria técnica e contábil;
 - requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

- II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;
- III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

25.6.7. Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

- I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;
- II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

25.6.8. Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
- b) Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
- c) Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);
- d) Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
- e) Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

25.7. O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

25.8. O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

25.9. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato, ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

25.10. A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro conforme o Edital e/ou Termo de Contrato, ou Termo Aditivo a que se vincula;

25.11. Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

25.12. A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

25.13. A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

25.14. A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a ela venham a ser aplicadas.

26. **MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

26.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

26.2. As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

26.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

26.4. **PREPOSTO**

26.4.1. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

26.4.2. A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

26.4.3. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

26.5. **FISCALIZAÇÃO**

26.5.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

26.5.2. **Fiscalização de contrato**

26.5.2.1. A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22.

26.5.3. **Fiscalização Técnica**

26.5.3.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

26.5.3.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

26.5.3.3. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

26.5.3.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

26.5.3.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

26.5.3.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

26.5.3.7. Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23

26.5.4. **Fiscalização Administrativa**

26.5.4.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

26.5.4.2. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 24.

26.6. **Gestor do Contrato:**

26.6.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

26.6.2. O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato. DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VII ART. 20 .

26.7. **Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais**

- 26.7.1. Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Termo de Referência, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.
- 26.7.2. A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.
- 26.7.3. As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Termo de Referência e nas regras de boa técnica.
- 26.7.4. O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

27. **DA REVISÃO, REAJUSTE E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DOS CONTRATOS**

- 27.1. O reajuste, repactuação e revisão dos preços dos contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, atenderam o disposto nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.
- 27.2. A data-base do orçamento estimativo será a data-base para reajuste.
- 27.3. Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.
- 27.4. O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

FÓRMULA DE REAJUSTAMENTO

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

Onde:

R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

- 27.5. Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.
- 27.6. Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes
- 27.7. Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.
- 27.8. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.
- 27.9. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
- 27.10. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, sendo favorável a administração pública, para reajustamento do preço do valor remanescente.
- 27.11. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 27.12. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.
- 27.13. Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
- 27.14. Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual nº 28.874/2024).
- 27.15. Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.
- I - Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:
 - II - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;
 - III - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;
 - IV - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;
 - V - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.
- 27.16. Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constante no art. 152, com os seguintes documentos:
- I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,
 - II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

- 27.17. O índice de reajuste de preço devem seguir os preceitos do art.156, do Decreto Estadual 28.874/2024.
- 27.18. pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, Art. 151 do do Decreto Estadual 28.874/2024.
- 27.19. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei nº 14.133/2024.
- 27.20. Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.
- 27.21. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).
- 27.22. As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

28. **DA MATRIZ DE RISCOS**

- 28.1. O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas em Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos (0055348732), enquanto a Matriz de Riscos está disposta no Quadro abaixo:

Quadro - Matriz de Riscos

Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na entrega das minutas de projeto	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data-base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
Riscos Executivos	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante
	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada
	Divergências entre os serviços ou as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.	Contratante/Contratada
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação do serviço; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de iniciar o serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da elaboração do serviço. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante

29. DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

29.1. A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como, indicados abaixo.

- Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;
- Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;
- Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;
- Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

- e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União
- f) Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;
- g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;
- h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;
- i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;
- j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de integridade física;
- k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ambiental;
- l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;
- m) Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2023), disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) no sítio <https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de-contratacoes-sustentaveis-set-2023.pdf>.

29.2. Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: “que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

29.3. Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

29.4. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL

29.4.1. A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de cunho ambiental, necessários para o cumprimento dos requisitos ambientais atinentes ao objeto do contrato.

29.4.2. DAS ÁREAS PASSÍVEIS DE DESAPROPRIAÇÃO

29.4.2.1. A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfazam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

29.4.2.2. A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

29.4.2.3. Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:

29.4.2.4. A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.

29.4.2.5. A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada.

29.4.2.6. Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes.

29.4.2.7. O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

30. DOS CASOS OMISSOS

30.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

31. DA INEXECUÇÃO E DAS RESCISÃO DOS CONTRATOS

31.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

31.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

31.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

31.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;

II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;

IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;

VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;

VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

31.4.1. Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

31.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

31.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

31.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

31.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

31.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

31.5.3. Indenizações e multas.

31.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

31.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

31.8. O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em

suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

32. DO ACESSO AO SEI

- 32.1. As empresas participantes deverão ter acesso ao sistema SEI, visto que o contrato com a vencedora será assinado eletronicamente pelo seu representante legal devidamente cadastrado. Este cadastro é destinado a pessoas físicas que estejam com PROCESSOS PARA ASSINATURA na instituição.
- 32.2. O SEI disponibiliza cadastro para usuários externos, destinado para empresas/pessoas que participam em processos administrativos junto ao Governo de Rondônia, independente de vinculação, para fins de assinatura de contratos, convênios, termos, acordos e outros instrumentos.
- 32.3. Para realizar o cadastro inicial, o solicitante deverá acessar o site <http://sei.ro.gov.br> e clicar em “ainda não sou cadastrado”, preencher formulário com os dados pessoais e criar uma senha..
- 32.4. O sistema enviará para o e-mail cadastrado uma mensagem solicitando a confirmação do cadastro.
- 32.5. Observação: O perfil de Usuário Externo não permite criação de processo e inclusão de documentos. Sua função é exclusiva para fins de assinatura de documentos.
- 32.6. Mais informações: Entrar em contato com a Central de Atendimento da Setic. pelo e-mail: cadastrosei@setic.ro.gov.br, ou fone: (69) 3212-9513 – Voip 9513.

33. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 33.1. Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.
- 33.2. Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).
- 33.3. A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).
- 33.4. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).
- 33.5. Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.
- 33.6. Os licitantes, antes de apresentarem suas propostas, deverão analisar toda a documentação referente a presente licitação, dirimindo, oportunamente, todas as dúvidas, de modo a não incorrerem em omissões.
- 33.7. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;
- 33.8. Os representantes da Comissão de Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

34. ANEXOS

- I - Estudo Técnico Preliminar 16 (0058928681)
- II - Nota Técnica 29 (0056085320)
- III - Adendo Estudo Hidrológico Geoplan (0055442544)
- IV - Adendo Estudos Topobatimétricos - Geoplan (0055608910)
- V - Quadro _Relação de qds. propostas (0055929439)
- VI - Quadro _Habilitação QD.1 (0055939764)
- VII - Quadro _Habilitação QD.2 (0055939845)
- VIII - Quadro _Habilitação QD.3 (0055941993)
- IX - Quadro _Habilitação QD.4 (0055940722)
- X - Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689)
- XI - Adendo Relatório de Consolidação (0056445686)
- XII - Cronograma Físico-Financeiro janeiro/25 (0059017007)
- XIII - Cronograma Referencial (0056284879)
- XIV - Anexo Tabela BDI - Março.25 (0059065297)
- XV - Declaração de conhecimento do local de serviços (0056495319)

Elaborado por:	Revisado por:	Aprovador por:
MARTINHA APARECIDA PANCOTO MALFATTI Assessor Técnico - DER/RO	VALÉRIA LOURENÇO DIAS LANG Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO IANARA FÉLIX NÉRI DA SILVA Engenheira Civil Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO THAMARA LETÍCIA SILVA MACHADO Engenheira Civil Gerente de Planejamento de Projetos de Obras de Arte CPPOO/DER-RO	JOSÉ CARLOS DIAS CURVELO JÚNIOR Engenheiro Agrimensor Coordenador Substituto da CPPOO/DER-RO
Autorização pelo Ordenador de Despesas		
EDER ANDRÉ FERNANDES DIAS Diretor-Geral do DER/RO		



Documento assinado eletronicamente por **THAMARA LETICIA SILVA MACHADO**, **Chefe de Unidade**, em 11/04/2025, às 11:35, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **IANARA FELIX NERI DA SILVA**, **Técnico(a)**, em 11/04/2025, às 11:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **VALERIA LOURENÇO DIAS, Técnico(a)**, em 11/04/2025, às 12:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Jose Carlos Dias Curvelo Junior, Coordenador(a) Substituto(a)**, em 11/04/2025, às 12:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **martinha aparecida pancoto malfatti, Assessor(a)**, em 11/04/2025, às 12:27, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **EDER ANDRE FERNANDES DIAS, Diretor(a)**, em 11/04/2025, às 13:08, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059142405** e o código CRC **B379F2E5**.

RELATÓRIO TÉCNICO

“Levantamento Planimétrico e Batimétrico”

INTERESSADO:

DER/RO - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes do Estado de Rondônia

LOCAL DO SERVIÇO:

Ponte sobre o Rio Araras, RO-494 - Trecho Primavera de Rondônia / Boa Esperança-RO.

JOAO

ALBERTO DIAS

LIMA:0011356

5291

Assinado de forma

digital por JOAO

ALBERTO DIAS

LIMA:00113565291

Dados: 2022.10.06

09:42:09 -04'00'

PVH/RO/OUTUBRO/2022

ÍNDICE

01 - INTRODUÇÃO

02 - METODOLOGIA DE TRABALHO

03 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

04 - ANEXOS

- ANEXO I - Mapa de Localização da área.
- ANEXO II - Tabela de Coordenadas
- ANEXO III - Planta Topográfica Planialtimétrico
Esc.: 1/500
- ANEXO IV - Tomadas Fotográficas do Serviço

1 - INTRODUÇÃO

Laudo técnico dos serviços de *levantamento topográficos planialtimétrico e batimétrico*, realizado pela empresa *Geoplan-Geologia e Construções Eireli - ME*, para o DER/RO - Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes conforme Contrato nº 002/2022/FITHA/RO - Processo Administrativo nº 0009.004950/2022-47, Procedimento de Liberação da Ata de Registro de Preços nº 242/2021 - Pregão Eletrônico nº 367/2021, na ponte Rio Araras RO-494 Trecho: Primavera de Rondonia / Boa Esperança (Foto 1).

ARTs registradas no CREA/RO: Contrato nº 2320228500098155, em 02/02/2022 e do serviço nº 2320228500151320, em 30/09/2022.

A área levantada compreende a toda extensão e adjacências de uma ponte, com extensão de 16,30m, a ser projetada sobre o Rio Araras.

2 - METODOLOGIA DOS TRABALHOS

- ❖ O serviço se baseou na NBR 13.133 da ABNT e nos “*Termos de Referencias da Contratante*”.
- ❖ Para a realização dos serviços, topográficos foram definidas as coordenadas da área em seguida a implantação de marcos geodésico de apoio no levantamento planialtimétrico;
- ❖ No levantamento topobatimétrico e cadastral, foram realizados levantamentos topográficos das áreas de influência com irradiação dos pontos necessários para retratar a superfície do terreno bem como todos os elementos físicos existentes no interior da faixa de interesse;

- ❖ De posse dos dados de campo foi elaborada uma *Planta Planialtimétrica Cadastral na escala de 1:500 (anexa)*, compatível com o nível de detalhamento e informações existentes na área.

3 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

- ✓ Os trabalhos foram conclusivos com a obtenção de uma base cartográfica - *Planta Topográfica Planialtimétrica* do terreno, na escala de 1:500
- ✓ Na implantação dos marcos geodésicos, utilizou-se um **GPS geodésico L1/L2, de frequência**, marca Geomax, modelo Zenith16, (Foto 2)
- ✓ Os serviços, topográficos foram realizados com a utilização de sistema **GNSS - RTK (marca Geomax - modelo Zenith 16)**;
- ✓ Para o processamento dos dados, geração de curvas de nível e confecções de plantas baixas, perfis longitudinais e seções transversais utilizou-se **software autocad civil 3D**.
- ✓ As imagens aéreas foram obtidas com a utilização de aeronave não tripulada (drone) da marca dji **modelo Phantom 4 - advanced**;
- ✓ No processamento das fotos e nas confecções dos ortomosáicos utilizou-se o **software Agisoft Metashape**;

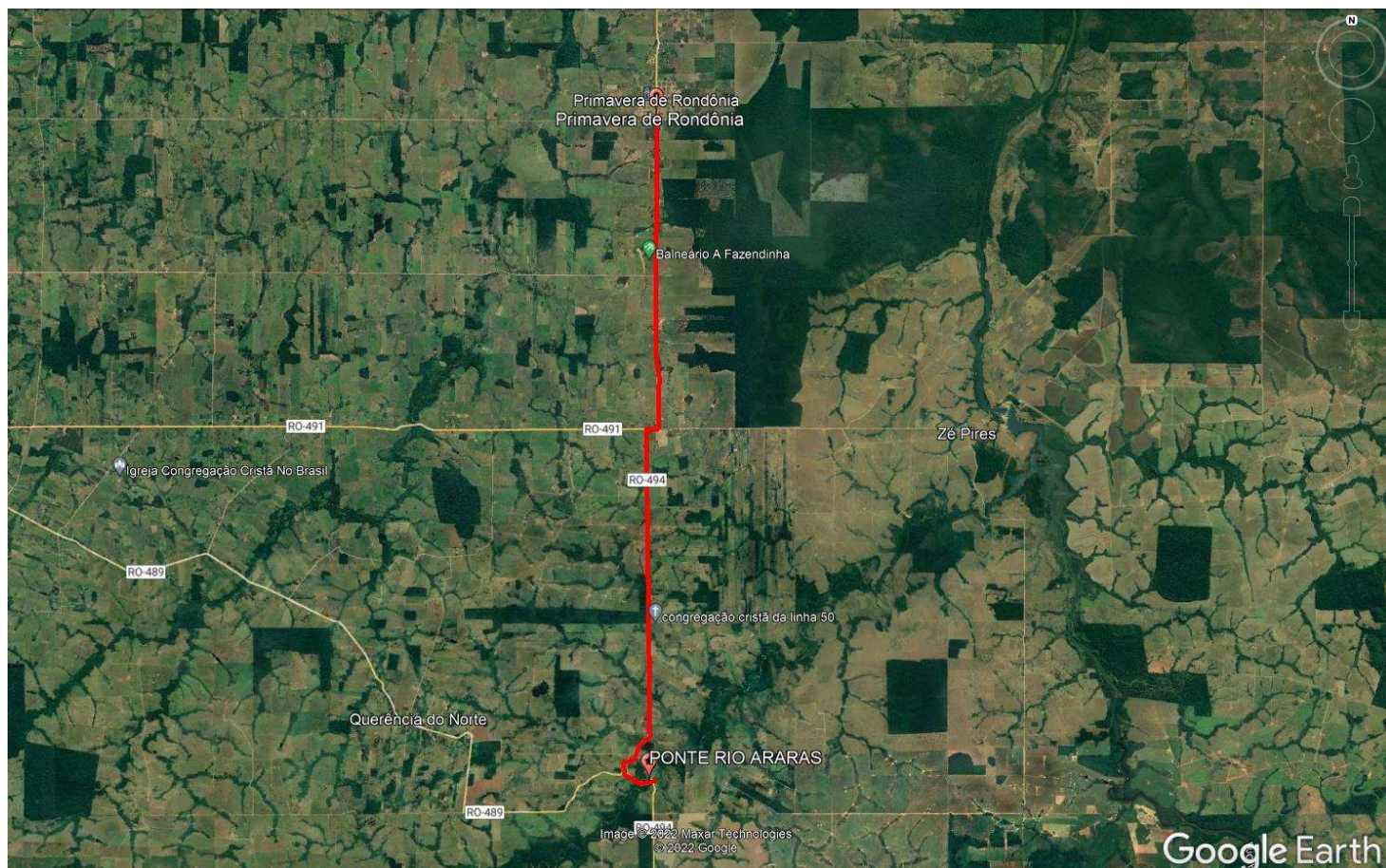
ANEXOS

Anexo I

Mapa de Localização da Área

Geoplan – Geologia e Construções Eireli - ME

C.N.P.J.:04.192.129/0001-08



Rua Senador Álvaro Maia, 1865, eqüina com Av. Brasília - Porto Velho/RO
CEP 76.804-064 Fone fax: (69) 3221-1253. Email: geoplanro@hotmail.com

Anexo II
Tabela de Coordenadas
(Sirgas 2000, UTM, Fuso 20s)

Geoplan - Geologia e Construções Eireli - ME

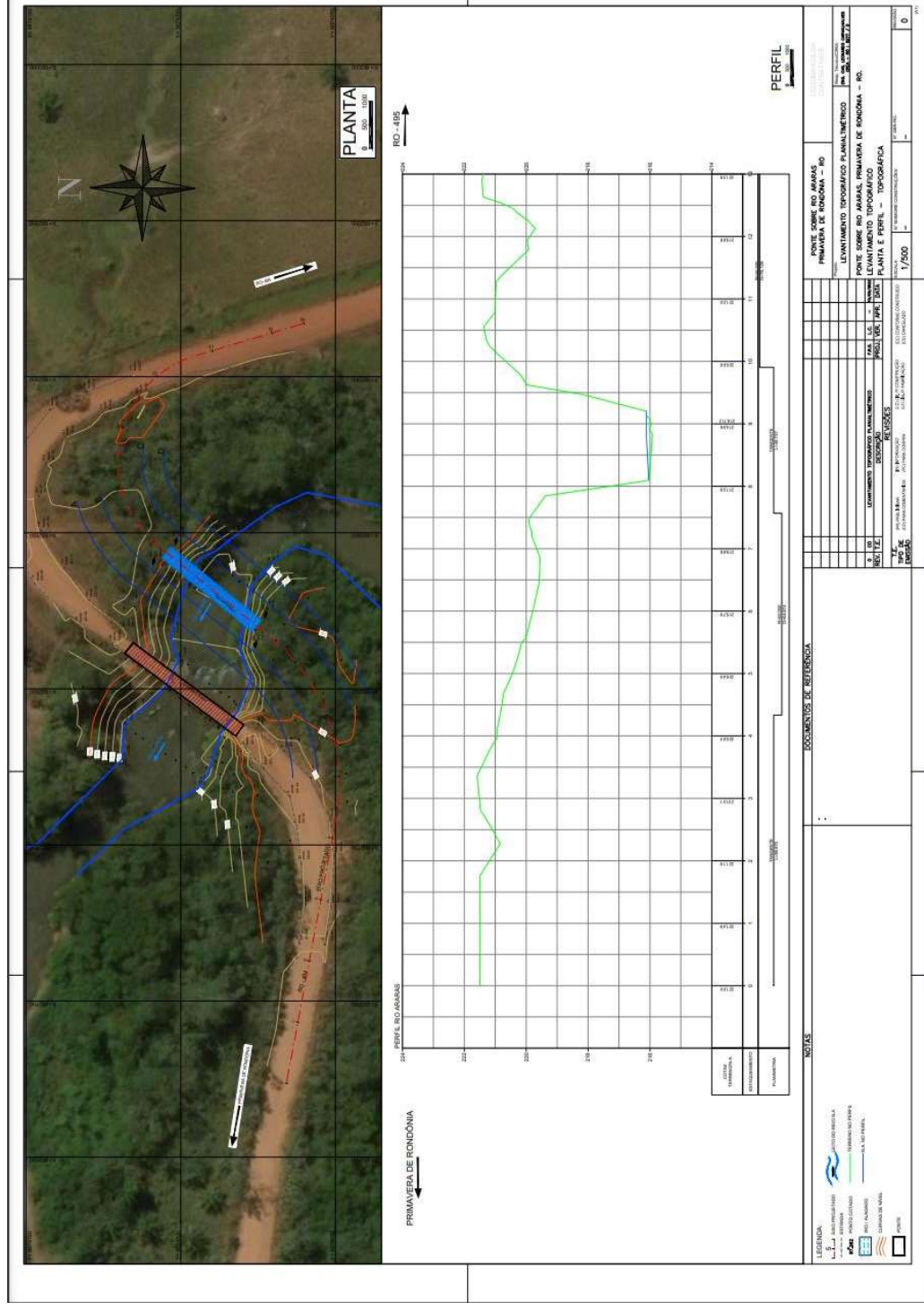
C.N.P.J.:04.192.129/0001-08

Nome	Descrição	Norte	Este	Cota
BASE	BASE	8674117,712	682851,68	221,601
1	BORDO	8674095,979	682901,466	221,306
2	BORDO	8674095,971	682901,471	221,305
3	BORDO	8674105,362	682897,892	221,356
4	BORDO	8674116,618	682893,254	221,388
5	BORDO	8674126,701	682888,415	221,518
6	BORDO	8674138,37	682880,401	221,557
7	BORDO	8674145,114	682871,293	221,704
8	BORDO	8674147,805	682860,196	222,023
9	BORDO	8674146,448	682849,947	222,208
10	BORDO	8674140,802	682839,255	222,32
11	BORDO	8674133,348	682830,752	222,418
12	BORDO	8674124,721	682823,311	222,469
13	PONTE	8674115,697	682814,869	222,271
14	PONTE	8674118,641	682810,503	222,39
15	BORDO	8674122,472	682813,823	222,479
16	BORDO	8674128,88	682818,227	222,405
17	BORDO	8674137,682	682824,808	222,298
18	BORDO	8674145,818	682833,117	222,312
19	BORDO	8674153,763	682844,837	222,264
20	BORDO	8674157,419	682857,302	222,356
21	BORDO	8674155,403	682872,076	222,147
22	BORDO	8674145,814	682886,667	221,772
23	BORDO	8674134,86	682893,721	221,522
24	BORDO	8674120,913	682898,786	221,457
25	BORDO	8674109,958	682903,002	221,383
26	BORDO	8674098,478	682908,07	221,128
27	EUXO	8674097,235	682903,838	221,39
28	EUXO	8674111,131	682899,426	221,479
29	EUXO	8674119,471	682896,063	221,541
30	EIXO	8674130,898	682890,935	221,586
31	EIXO	8674141,77	682884,347	221,817
32	EIXO	8674150,38	682872,91	222,122
33	EIXO	8674153,376	682859,454	222,397
34	EIXO	8674150,599	682848,365	222,393
35	EIXO	8674143,359	682837,071	222,426
36	EIXO	8674134,909	682827,024	222,466
37	EIXO	8674125,871	682819,402	222,54
38	PONTE	8674080,129	682788,781	222,349
39	PONTE	8674082,983	682784,243	222,334
40	BORDO	8674075,831	682778,13	222,439
41	BORDO	8674067,209	682767,184	221,862
42	BORDO	8674062,65	682757,075	221,646
43	BORDO	8674060,372	682747,356	221,5
44	BORDO	8674059,33	682737,047	221,476
45	BORDO	8674059,382	682729,417	221,457
46	BORDO	8674053,689	682728,893	221,494
47	BORDO	8674053,326	682738,91	221,585
48	BORDO	8674053,997	682750,598	221,59
49	BORDO	8674055,983	682762,406	221,665
50	BORDO	8674060,804	682772,638	221,783
51	BORDO	8674070,072	682781,867	222,313
52	EIXO	8674072,665	682779,251	222,402
53	EIXO	8674064,901	682770,63	221,935

Anexo III

Planta Topográfica Planialtimétrica e Cadastral - Esc. 1:500

- **DWG**



Anexo IV

Tomadas Fotográficas do Serviço

Geoplan – Geologia e Construções Eireli - ME

C.N.P.J.:04.192.129/0001-08



Foto 1 – Vista parcial da área – equipe trabalhando



Foto 2 – GPS utilizado no serviço

JOAO ALBERTO
DIAS

LIMA:00113565291

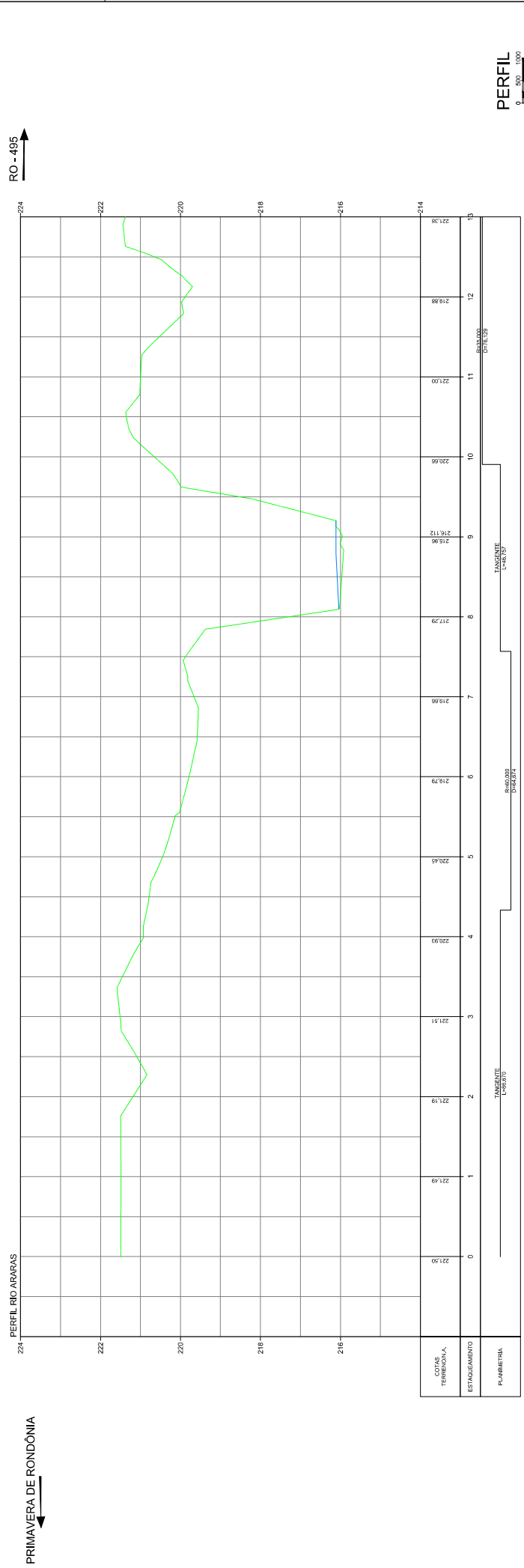
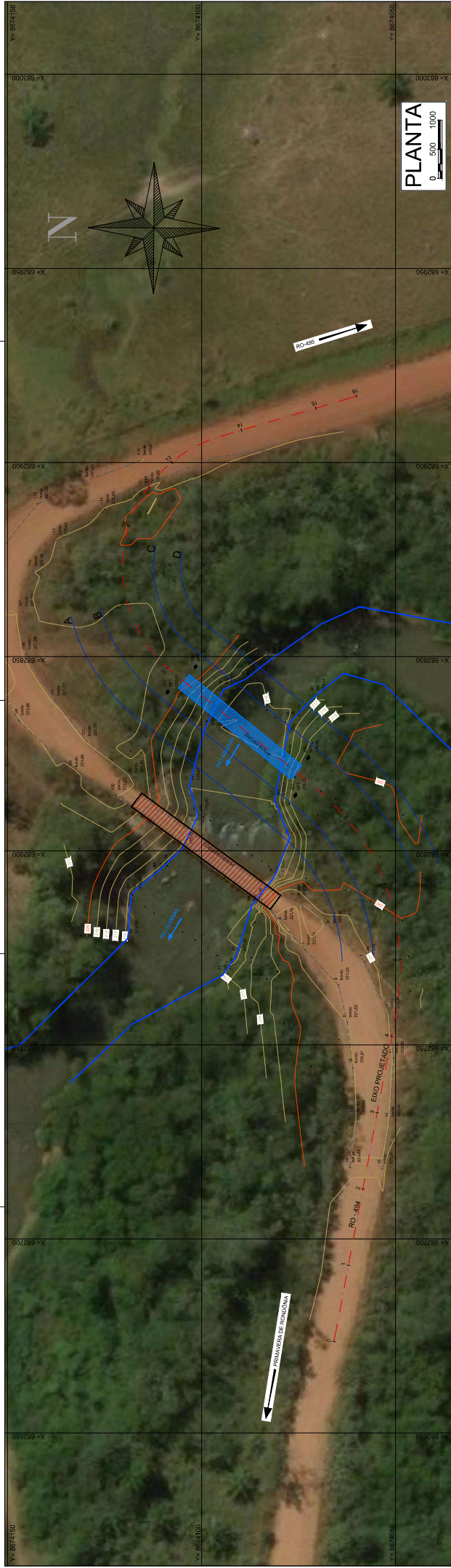
Assinado de forma digital
por JOAO ALBERTO DIAS

LIMA:00113565291

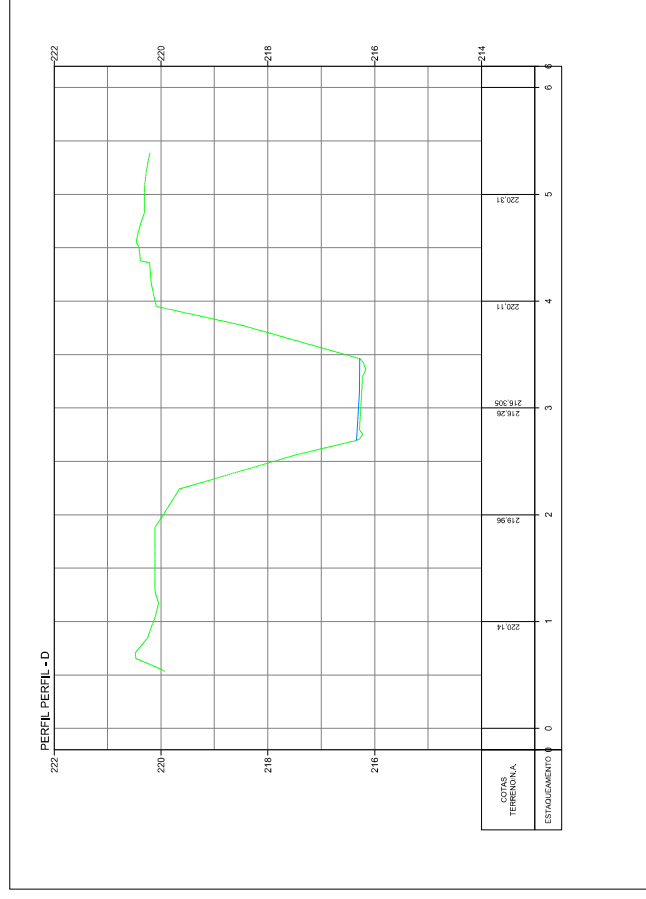
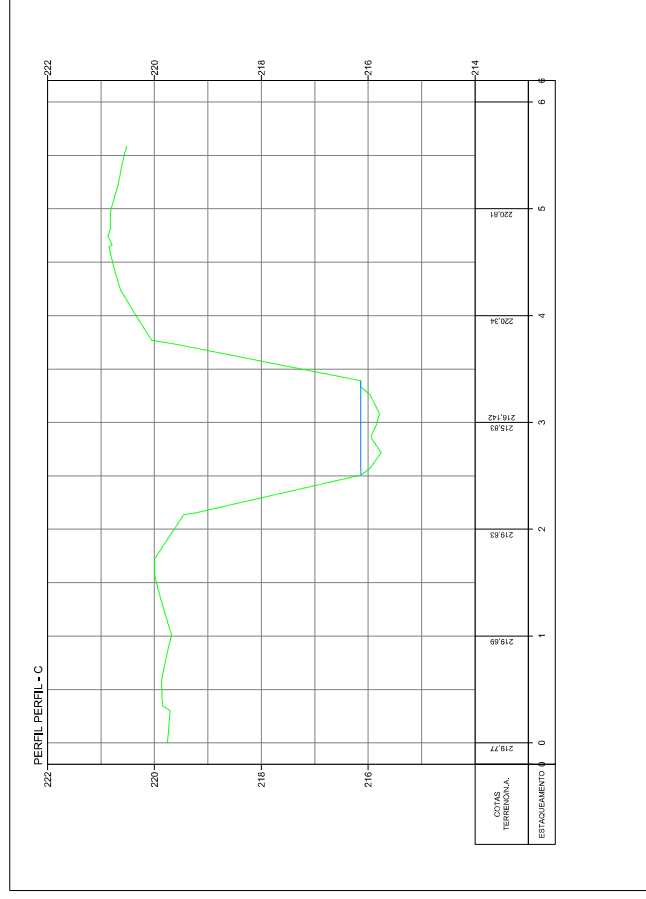
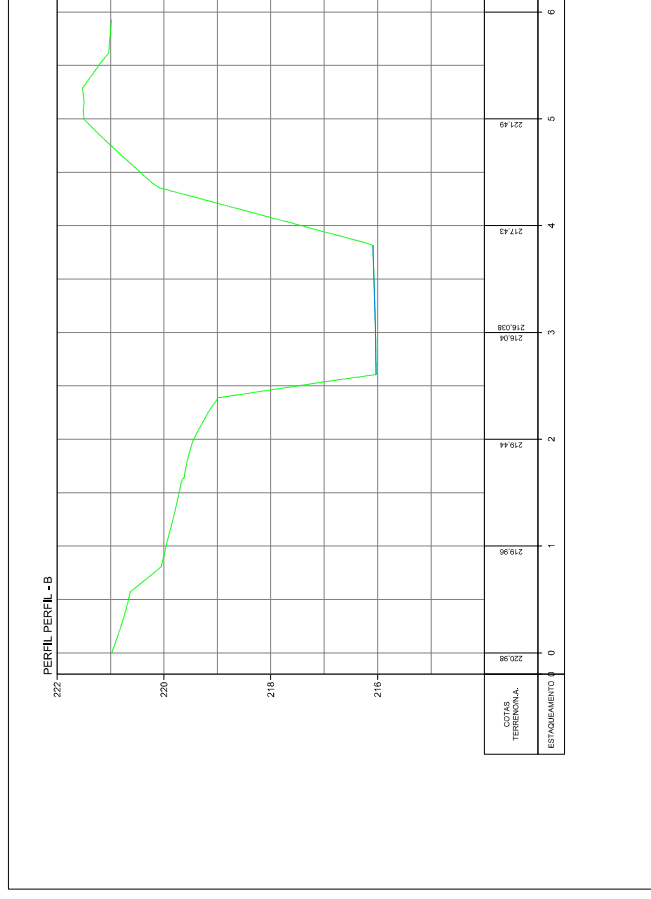
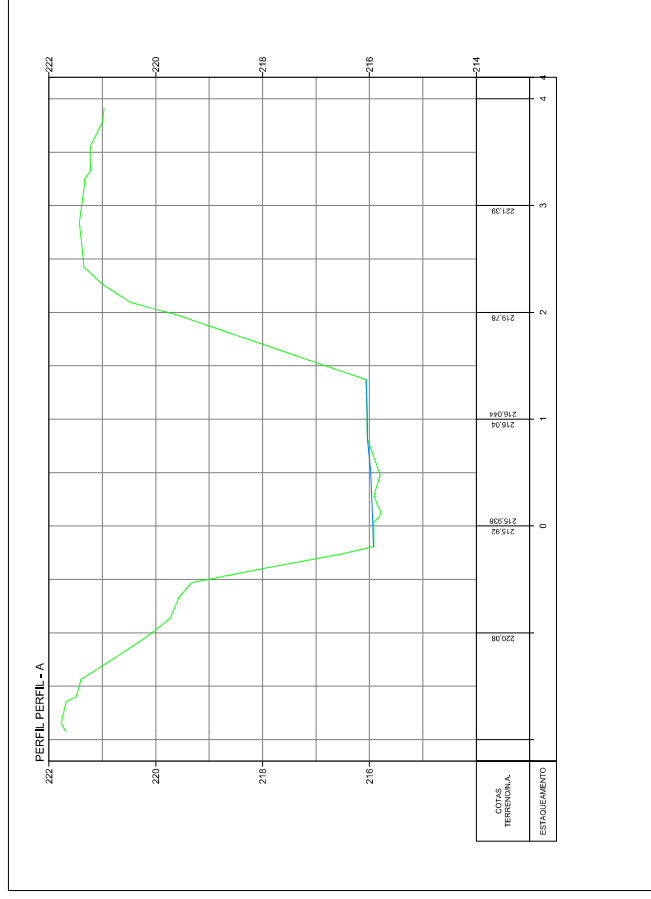
Dados: 2022.10.06 09:42:22
-04'00'

Geoplan – Geologia e Construções Eireli -ME

Rua Senador Álvaro Maia, 1865, eqüina com Av. Brasília - Porto Velho/RO
CEP 76.804-064 Fone fax: (69) 3221-1253. Email: geoplanro@hotmail.com



NOTAS										DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA										LOGOMARCA DA CONTRATANTE									
<p>LEGENDA:</p> <p>5 EMO PROJETADO</p> <p>----- ESTRADA</p> <p>97,262 PONTO COTADO</p> <p>N/A NO PERFIL</p> <p>RIO / ALAGADO</p> <p>CURVAS DE NÍVEL</p> <p>LEITO DO RIO N/A</p> <p>TERREIRO NO PERFIL</p> <p>N/A NO PERFIL</p>																				<p>PONTE SOBRE RIO ARARAS</p> <p>PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO</p>									
																				<p>Planta Topográfica</p> <p>ENG. CIVIL LEONARDO CARVALHALIS</p> <p>SPRL – RP. 1.827 / 0</p>									
																				<p>LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO PLANIALTIMÉTRICO</p>									
																				<p>Planta Topográfica</p> <p>PONTE SOBRE RIO ARARAS, PRIMAVERA DE RONDÔNIA – RO.</p>									
																				<p>LEVANTAMENTO TOPOGRÁFICO</p>									
																				<p>PLANTA E PERFIL – TOPOGRÁFICA</p>									
																				<p>REVISÕES</p>									
																				<p>REV. 1</p> <p>PROJ. PRELIMINAR</p> <p>(B) INFORMAÇÃO</p> <p>(C) CONDIÇÕES CONSTRUIDO</p> <p>(D) PARA CORREÇÕES</p> <p>(E) PARA FABRICAÇÃO</p> <p>(F) PARA CANCELADO</p>									
																				<p>REVISÃO</p> <p>1/500</p> <p>ESCALA</p>									
																				<p>Nº DEBORD.</p> <p>—</p>									
																				<p>RECORTE</p> <p>0</p>									

[illegible]

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO PROJETO E ORÇAMENTO DE OBRAS -CPPO

ANEXO 4

RELAÇÃO DE QUADROS QUE DEVERÃO SER APRESENTADOS NA HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS

RELAÇÃO DE QUADROS NA FASE DE HABILITAÇÃO

QUADRO 01 - RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS POR ENGENHEIROS DETENTOR DE ATESTADO DE RESPONSABILIDADE TÉCNICA POR EXECUÇÃO DE SERVIÇOS.

QUADRO 02 - DISPONIBILIDADE DE TÉCNICOS

QUADRO 03 - IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO

QUADRO 04 - RELAÇÃO DE SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EMPRESA

QUADRO 05 - CRONOGRAMA FÍSICO

QUADRO 06 - UTILIZAÇÃO DA EQUIPE POR SERVIÇO

RELAÇÃO DE QUADROS E ANEXOS NA FASE DE PROPOSTA DE PREÇOS

QUADRO 07 - RESUMO DA COMPOSIÇÃO DO PREÇO ORÇADO

QUADRO 08 - DESPESAS GERAIS (EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, IMÓVEIS, OUTROS)

QUADRO 09 - CUSTO TOTAL POR SERVIÇO

ANEXO 1 - QUADRO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

ANEXO 1.1 - QUADRO DE PREVISÃO DE SONDAGENS

ANEXO 2 - CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

ANEXO 3 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

ANEXO 4 QD. 2	DISPONIBILIDADE DE TÉCNICOS											
	ORDEM	NOME	RELAÇÃO TÉCNICO X FIRMA				DISPONIBILIDADE					
			VINC.	PART.	REG.	FUNÇÃO		SERVIÇO ATUAL			HORAS TRAB.	
						NAT.	ESPECIALIZAÇÃO	DISCRIMINAÇÃO		HORAS	TERM.	COM.
DATA: NOME DA EMPRESA: IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL:												

VINC. 1 - ACIONISTA

2 - SÓCIO

3 - FUNCIONÁRIO CLT

4 - AUTÔNOMO

PART. 1 - EVENTUAL

2 - PERMANENTE

REG. 1 - TEMPO INTEGRAL DEDIC. EXCLUSIVA

2 - TEMPO INTEGRAL

3 - TEMPO PARCIAL

4 - OUTROS

ANEXO 4		IDENTIFICAÇÃO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE TÉCNICO				DATA:/...../.....	
QD. 3		FOLHA:					
NOME DA FIRMA:		CÓDIGO:	NOME DO TÉCNICO:		Nº DO CPF.:		VÍNCULO/CÓDIGO: 1... 2.... 3..... 4..... 5.....
DATA EMISSÃO:		ESPECIALIZAÇÃO:	POSIÇÃO NA FIRMA:		DATADA NASCIMENTO:	NACIONALIDADE:	ENDEREÇO:
INSTRUÇÃO, CURSOS DE EXTENSÃO, PÓS-GRADUAÇÃO ETC.							
Nº DE ORDEM	ESPECIFICAÇÃO	ESTABELECIMENTO DE ENSINO OU ENTIDADE		LOCALIDADE	DURAÇÃO	ANO DE CONCLUSÃO	
EXPERIÊNCIA EM PROJETO DE PONTES							
DISCRIMINAÇÃO DO ESTUDO OU PROJETO QUE PARTICIPOU		EXTENSÃO KM	PARTICIPAÇÃO DO TÉCNICO NO ESTUDO OU PROJETO				
			DATA DE INÍCIO	DATA DO FIM	FUNÇÃO C. P0, P1, P2, P3, P4	ITEM DE SERVIÇO	FIRMA RESPONSÁVEL
INDICADO PARA OS LOTES:	ATUANDO COMO: C P0..... P1..... P 2..... P3..... P4..... T0.... T1..... T2.....			NOS ÍTENS DE SERVIÇO CÓDIGO:	ASSINATURA DO TÉCNICO:		DATA:
NOME INFORMANTE:		QUALIFICAÇÃO:		ASSINATURA DO INFORMANTE:			DATA:

OBS.: OUTRAS INFORMAÇÕES DEVEM SER DADAS NO VERSO DA FOLHA

A ASSINATURA DO TÉCNICO REPRESENTA:

- 1 - SEU CONHECIMENTO E ANUÊNCIA SOBRE OS DADOS FORNECIDOS
- 2 - SUA CONCORDÂNCIA PARA SER INCLUÍDO NA EQUIPE, NAS ATIVIDADES, E NÍVEIS DEFINIDOS
- 3 - SEU COMPROMISSO DE ESTAR DISPONÍVEL NO PERÍODO PROPOSTO.

ANEXO 4 QD. 4	RELAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS PELA EMPRESA COMPATÍVEIS COM O OBJETO DA LICITAÇÃO PARA HABILITAÇÃO NA PROPOSTA TÉCNICA				
Nº DE ORDEM	IDENTIFICAÇÃO, LOCALIZAÇÃO E EXTENSÃO DOS SERVIÇOS COMPATÍVEIS COM OBJETO DA LICITAÇÃO	CONTRATANTE (Nome e Endereço)	PERÍODO DE EXECUÇÃO		ATESTADO /CERTIDÃO
			INÍCIO MÊS/ANO	FIM MÊS/ANO	
DATA: NOME DA FIRMA: IDENTIFICAÇÃO, QUALIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA INFORMAÇÕES:					

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROJETO E ORÇAMENTO DE OBRAS - CPPOO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
SERVIÇO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara.											
RODOVIA: RO-494, Km 18,20								Memória de cálculo concebida com base na PORTARIA Nº 5047, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 BOLETIM ADMINISTRATIVO - EDIÇÃO Nº 163			
TRECHO: Entre RO-491/RO-495								Data-Base: jan/25			
EXTENSÃO: Aproximadamente 45,00m											
MUNICÍPIO: Primavera de Rondônia/RO											
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	Part. Média Mensal	Nº MESES	HOMENS X MÊS		SALÁRIO/ MÊS (R\$)	TOTAL SEM BDI (R\$)	TOTAL COM BDI (R\$)
1.0		COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO									
1.1	P8061	Engenheiro residente (coordenador)	H x M	1,00	40,00%	4,00	1,60		34.627,88	55.404,60	80.353,29
1.2	P8065	Engenheiro de projetos júnior	H x M	1,00	60,00%	2,00	1,20		24.277,78	29.133,33	42.252,07
1.3	P8026	Auxiliar adiministrativo	H x M	1,00	50,00%	4,00	2,00		4.644,83	9.289,66	13.472,79
		SUBTOTAL								93.827,59	136.078,15
2.0		ESTUDOS TOPOGRÁFICOS									
2.1	P8163	Topógrafo	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		5.732,91	2.866,45	4.157,21
2.2	P8028	Auxiliar de Topografia	H x M	2,00	50,00%	1,00	1,00		4.206,32	4.206,32	6.100,43
2.3	P8113	Motorista de veiculo leve - topografia	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		5.053,79	2.526,89	3.664,75
		SUBTOTAL								9.599,66	13.922,39
3.0		ESTUDOS GEOTÉCNICOS (EMPRÉSTIMOS / JAZIDAS)									
3.1	P8081	Geologo pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		25.313,93	12.656,96	18.356,39
3.2	P8098	Laboratorista	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		5.548,70	2.774,35	4.023,64
3.3	P8027	Auxiliar de Laboratório	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		4.502,48	2.251,24	3.264,97
		SUBTOTAL								17.682,55	25.645,00
4.0		PROJETO GEOMÉTRICO									
4.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		24.746,41	12.373,20	17.944,85
4.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		6.988,73	3.494,36	5.067,87
		SUBTOTAL								15.867,56	23.012,72
5.0		PROJETO DE TERRAPLENAGEM									
5.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		24.746,41	12.373,20	17.944,85
5.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		6.988,73	3.494,36	5.067,87
		SUBTOTAL								15.867,56	23.012,72
6.0		PROJETO DE DRENAGEM									
6.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		24.746,41	7.423,92	10.766,91
6.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		6.988,73	2.096,61	3.040,71
		SUBTOTAL								9.520,53	13.807,62
7.0		PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES									
7.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		24.746,41	7.423,92	10.766,91
7.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		6.988,73	2.096,61	3.040,71
		SUBTOTAL								9.520,53	13.807,62
8.0		PROJETO DE SINALIZAÇÃO									
8.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		24.746,41	7.423,92	10.766,91
8.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		6.988,73	2.096,61	3.040,71
		SUBTOTAL								9.520,53	13.807,62
9.0		COMPONENTE AMBIENTAL									
9.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	40,00%	1,00	0,40		24.746,41	9.898,56	14.355,88
9.2	P8032	Biólogo júnior	H x M	1,00	80,00%	1,00	0,80		6.931,23	5.544,98	8.041,88
9.3	P8080	Geologo júnior	H x M	1,00	80,00%	1,00	0,80		24.296,79	19.437,43	28.190,10
9.4	P8069	Engenheiro Florestal pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		26.556,85	13.278,42	19.257,69
9.5	P8025	Auxiliar (Mateiro)	H x M	1,00	30,00%	1,00	0,30		4.226,79	1.268,03	1.839,02
		SUBTOTAL								49.427,42	71.684,59
10.0		PROJETO DE OAE									
10.1	P8067	Engenheiro de projetos sênior	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		30.556,77	15.278,38	22.158,23
10.2	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		24.746,41	12.373,20	17.944,85
10.3	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		6.988,73	3.494,36	5.067,87
		SUBTOTAL								31.145,94	45.170,96
11.0		ORÇAMENTO E PLANO DE EXECUÇÃO									
11.1	P8066	Engenheiro de projetos pleno	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		24.746,41	12.373,20	17.944,85
11.2	P8147	Técnico de Obras	H x M	1,00	50,00%	1,00	0,50		6.988,73	3.494,36	5.067,87
		SUBTOTAL								15.867,56	23.012,72
		SUBTOTAL - EQUIPE TÉCNICA								277.847,43	402.962,13

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROJETO E ORÇAMENTO DE OBRAS - CPPOO PLANILHA ORÇAMENTÁRIA											
SERVIÇO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara.											
RODOVIA: RO-494, Km 18,20								Memória de cálculo concebida com base na PORTARIA Nº 5047, DE 21 DE AGOSTO DE 2020 BOLETIM ADMINISTRATIVO - EDIÇÃO Nº 163			
TRECHO: Entre RO-491/RO-495								Data-Base: jan/25			
EXTENSÃO: Aproximadamente 45,00m											
MUNICÍPIO: Primavera de Rondônia/RO											
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	Part. Média Mensal	Nº MESES	HOMENS X MÊS		SALÁRIO/ MÊS (R\$)	TOTAL SEM BDI (R\$)	TOTAL COM BDI (R\$)
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	Nº MESES	HORAS PRODUTIV O	HORAS IMPRODU TIVO	CUSTO UNIT. PRODUTIVO (R\$)	CUSTO UNIT. IMPRODUTIVO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL COM BDI (R\$)
12.0		VEÍCULOS									
12.1	E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista) - (apoio técnico - escritório -Componente Ambiental)	hora	1,00	2,00	132,00	232,98	R\$ 35,28	R\$ 6,33	6.131,72	8.892,84
12.2	E8891	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista) - (Geotecnia)	hora	1,00	1,00	44,00	138,49	R\$ 78,47	R\$ 22,75	6.603,33	9.576,81
12.3	E8891	Veículo leve picape 4x4 - 147 kW (sem motorista) - (topografia)	hora	1,00	1,00	44,00	138,49	R\$ 78,47	R\$ 22,75	6.603,33	9.576,81
SUBTOTAL - VEÍCULOS										19.338,38	28.046,45
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	ÁREA (m²)	Nº MESES			CUSTO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL COM BDI (R\$)
13.0		INSTALAÇÕES E IMÓVEIS									
13.1	B8951	Escritório (Comercial -2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	3,53	44,84	4,00			48,41	8.682,33	12.591,99
13.2	B8951	Escritório (Comercial -2,55% do CMCC - SINAPI) - topografia	m² x mês		14,77	1,00			48,41	715,02	1.036,99
13.3	B8951	Escritório (Comercial -2,55% do CMCC - SINAPI) - laboratório de Solos	m² x mês		11,17	1,00			48,41	540,74	784,23
13.4	B8952	Residência (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	3,00	37,24	1,00			46,51	1.731,92	2.511,80
SUBTOTAL										11.670,01	16.925,01
14.0		MOBILIÁRIO									
14.1	B8953	Escritório	ocupante x mês	3,53		4,00			456,62	6.438,34	9.337,53
14.2	B8954	Residência	ocupante x mês	3,00		1,00			41,68	125,04	181,35
SUBTOTAL										6.563,38	9.518,87
15.0		CUSTOS DIVERSOS (MANUTENÇÃO)									
15.1	B8959	Escritório	ocupante x mês	3,53		4,00			136,19	1.920,28	2.784,98
15.2	B8960	Residência	ocupante x mês	3,00		1,00			203,41	610,23	885,02
SUBTOTAL										2.530,51	3.670,00
16.0		CESTA DAS INSTALAÇÕES									
16.1	B8958	Topografia	mês	1,00		1,00			4.293,62	4.293,62	6.227,04
16.2	B8957	Laboratório de solos	mês	1,00		1,00			3.451,73	3.451,73	5.006,04
SUBTOTAL										7.745,35	11.233,08
SUBTOTAL - IMÓVEIS										28.509,25	41.346,96
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UND	QUANT					CUSTO UNITÁRIO (R\$)	TOTAL (R\$)	TOTAL COM BDI (R\$)
17.0		MOBILIZAÇÃO PARA SONDAGENS									
17.1	CPU1.6	Mobilização e Desmobilização de equipe técnica, materiais e equipamentos	und	1,00					446,62	446,62	647,73
18.0		SONDAGENS									
18.1	SUDECAP	Percussão (20m por furo)	m	120,00					95,00	11.400,00	16.533,42
18.2	SCO	Rotativa (6m por furo)	m	36,00					880,00	31.680,00	45.945,50
18.3	CPU1.2	Instalação de flutuante (5 dias por furo)	und	10,00					38,23	382,30	554,45
18.4	C2937	Relatório Final de sondagem	und	1,00					1.360,08	1.360,08	1.972,52
SUBTOTAL - SONDAGENS										22.634,50	65.653,63
TOTAL SEM BDI R\$										348.329,55	
Ofício-Circular nº 1894/2025 (SEI DNIT nº 20669412)											
TOTAL GERAL COM BDI R\$											538.009,17

RELATÓRIO DE CONSOLIDAÇÃO DE CUSTOS GERAIS

Tabela 1 - Custos de veículos

Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: outubro de 2024

Item	Código	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$ / un)	
				Produtivo	Improdutivo
Veículos	E8889	Veículo leve - 53 kW (sem motorista)	hora	35,48	6,42
	E8890	Veículo leve - 53 kW (com motorista)	hora	62,38	33,32
	E8891	Veículo leve picape 4 x 4 com capacidade de 1,10 t - 147 kW (sem motorista)	hora	78,13	22,83
	E8888	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (sem motorista)	hora	55,50	17,25
	E8887	Veículo tipo van furgão com capacidade de 1,38 t - 100 kW (com motorista)	hora	82,40	44,15

Fonte: FGV IBRE

Tabela 2 - Custos de imóveis, mobiliário, cestas de instalações e custos diversos

Tabela de Preços de Consultoria - mês de referência: outubro de 2024

Item	Código	Tipo	Unidade	Custo unitário (R\$ / un)
Imóveis	B8951	Comercial (2,55% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	48,41
	B8952	Residencial (2,45% do CMCC - SINAPI)	m² x mês	46,51
Mobiliário	B8953	Escritório	ocupante x mês	456,62
	B8954	Residência	ocupante x mês	41,68
Cesta das Instalações	B8955	Laboratório de asfalto	mês	5.630,03
	B8956	Laboratório de concreto	mês	4.436,85
	B8957	Laboratório de solos	mês	3.451,73
	B8958	Topografia	mês	4.293,62
	B8961	Topografia por VANT	mês	898,24
Custos Diversos	B8959	Escritório	ocupante x mês	136,19
	B8960	Residência	ocupante x mês	203,41

Fonte: FGV IBRE

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROJETO E ORÇAMENTO DE OBRAS - CPPOO
CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO

SERVIÇO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara.

RODOVIA: RO-494, Km 18,20

TRECHO: Entre RO-491/RO-495

EXTENSÃO: Aproximadamente 45,00m

MUNICÍPIO: Primavera de Rondônia/RO

ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE OAE - PONTE DE CONCRETO E PCA

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	VALOR DA ETAPA R\$	% ETAPA	R\$ %	DESEMBOLSO 30 DIAS	DESEMBOLSO 60 DIAS	DESEMBOLSO 90 DIAS	DESEMBOLSO 120 DIAS
1				VALOR	13.607,82	13.607,82	13.607,82	95.254,71
	COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO	136.078,15	25,29%					
				PERC.	10%	10%	10%	70%
2				VALOR	13.922,39			
	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS	13.922,39	2,59%					
				PERC.	100%			
3				VALOR	10.258,00	15.387,00		
	ESTUDOS GEOTÉCNICOS (EMPRÉSTIMOS / JAZIDAS)	25.645,00	4,77%					
				PERC.	40%	60%		
4				VALOR		9.205,09	13.807,63	
	PROJETO GEOMÉTRICO	23.012,72	4,28%					
				PERC.		40%	60%	
5				VALOR		9.205,09	13.807,63	
	PROJETO DE TERRAPLENAGEM	23.012,72	4,28%					
				PERC.		40%	60%	
6				VALOR		6.903,81	6.903,81	
	PROJETO DE DRENAGEM	13.807,62	2,57%					
				PERC.		50%	50%	
7				VALOR		6.903,81	6.903,81	
	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES	13.807,62	2,57%					
				PERC.		50%	50%	
8				VALOR		6.903,81	6.903,81	
	PROJETO DE SINALIZAÇÃO	13.807,62	2,57%					
				PERC.		50%	50%	
9				VALOR	28.673,83	43.010,75		
	COMPONENTE AMBIENTAL	71.684,59	13,32%					
				PERC.	40%	60%		
10				VALOR		9.034,19	36.136,77	
	PROJETO DE OAE	45.170,96	8,40%					
				PERC.		20%	80%	
11				VALOR		4.602,54	18.410,18	
	ORÇAMENTO E PLANO DE EXECUÇÃO	23.012,72	4,28%					
				PERC.		20%	80%	
12				VALOR	5.609,29	5.609,29	5.609,29	11.218,58
	VEÍCULOS	28.046,45	5,21%					
				PERC.	20%	20%	20%	40%
13				VALOR	8.269,39	8.269,39	8.269,39	16.538,78
	INSTALAÇÕES E IMÓVEIS	41.346,96	7,69%					
				PERC.	20%	20%	20%	40%
14				VALOR	45.957,54	19.696,09		
	SONDAGENS	65.653,63	12,20%					
				PERC.	70%	30%		
VALOR R\$		538.009,17		SIMPLES	126.298,26	158.338,68	130.360,14	123.012,07
				ACUMULA	126.298,26	284.636,94	414.997,08	538.009,16
				SIMPLES	23,48%	29,43%	24,23%	22,86%
				ACUM.	23,48%	52,91%	77,14%	100,00%

DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES - DER/RO
COORDENADORIA DE PLANEJAMENTO, PROJETO E ORÇAMENTO DE OBRAS - CPPOO
CRONOGRAMA REFERENCIAL

SERVIÇO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara

RODOVIA: RO-494, Km 18,20

TRECHO: Entre RO-491/RO-495

EXTENSÃO: Aproximadamente 45,00m

MUNICÍPIOS: Primavera de Rondônia

CRONOGRAMA REFERENCIAL

		Elaboração do projeto pela Contratada	PRAZO											
		Análise/Revisão do DER												
		Revisão da Contratada	10 dias	20 dias	30 dias	40 dias	50 dias	60 dias	70 dias	80 dias	90 dias	100 dias	110 dias	120 dias
PROJETO EXECUTIVO	1	COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE CAMPO												
	2	ESTUDOS TOPOGRÁFICOS												
	3	ESTUDOS GEOTÉCNICOS (EMPRÉSTIMOS / JAZIDAS)												
	4	PROJETO GEOMÉTRICO												
	5	PROJETO DE TERRAPLENAGEM												
	6	PROJETO DE DRENAGEM												
	7	PROJETO DE OBRAS COMPLEMENTARES												
	8	PROJETO DE SINALIZAÇÃO												
	9	COMPONENTE AMBIENTAL												
	10	SONDAGENS												
	11	PROJETO DE OAE												
	12	ORÇAMENTO E PLANO DE EXECUÇÃO												
	13	ANÁLISES DOS ESTUDOS E PROJETOS				1ª análise	1ª análise	1ª análise	1ª revisão	1ª revisão	2ª análise	2ª análise	2ª análise	últ. revisão

TABELA DE PREÇOS DE CONSULTORIA

Benefícios e Despesas Indiretas - BDI

Valores de referência para as taxas de BDI

Descrição das Parcelas		Valores	
Despesas Indiretas		% sobre PV	% sobre CD
Administração Central	Variável - f (CD)	6,90	10,00
Despesas Financeiras	1,12% sobre (PV - Lucro)	1,03	1,49
Riscos	0,50% do PV	0,50	0,73
Seguros e Garantias Contratuais	0,10% do PV	0,10	0,15
Subtotal 1		8,52	12,36
Benefícios		% sobre PV	% sobre CD
Lucro	Variável - f (CD)	8,27	12,00
Subtotal 2		8,27	12,00
Tributos		% sobre PV	% sobre CD
PIS	1,65% do PV	1,65	2,39
COFINS	7,60% do PV	7,60	11,02
ISSQN*	5,00% do PV	5,00	7,25
Subtotal 3		14,25	20,67
Total - BDI (%)		31,05	45,03

Observação: (*) Limite máximo adotado de 5%, valor variável em função da legislação de cada município. As empresas licitantes deverão adotar as alíquotas pertinentes.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA

Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DOS SERVIÇOS

Ao DER/RO

(Nome do órgão/entidade licitante)

Referência: Concorrência Com Regime de Contratação Integrada n.º
____/20__

Objeto: _____ (empresa).....,
com sede na cidade de, à (rua, avenida, e-mail, etc) nº
....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, neste ato
representada por(nome do responsável ou
representante legal), abaixo assinado, declara que:

- optou em **NÃO** realizar a visita técnica, que examinou o anteprojeto de engenharia e conhece todas as particularidades do local dos serviços, bem como assume eventuais dificuldades que possam interferir ou prejudicar a execução dos trabalhos, estando ciente da impossibilidade de alegar, em qualquer hipótese, desconhecimento de fatos que possam projetar impedimento no cumprimento do objeto contratual.

Por ser verdade, firmo a presente.

Local/Data: _____

Nome, RG, CPF e assinatura do responsável ou do representante legal da empresa.

ANEXO II

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO III

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)

ANEXO IV

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA DE PREÇOS

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

Apresentamos a V.Sas. nossa proposta para execução dos serviços de, pelo preço global de R\$ _____ (_____), para execução em ____ (____) dias consecutivos.

Declaramos que em nossa proposta estão incluídas todas as despesas, inclusive aquelas relativas a taxas, tributos, encargos sociais, ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, que possam influir direta ou indiretamente no custo de execução dos serviços, e, ainda, as despesas relativas à mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos, sem que nos caiba, em qualquer caso, direito regressivo em relação ao **DER/RO**.

Na execução dos serviços, observaremos rigorosamente as especificações das normas técnicas brasileiras ou qualquer outra norma que garanta a qualidade igual ou superior, bem como as recomendações e instruções do **DER/RO**, assumindo, desde já, a integral responsabilidade pela perfeita realização dos trabalhos, de conformidade com as especificações.

Informamos que o prazo de validade de nossa PROPOSTA DE PREÇOS é de ____ (____) dias corridos, a contar da data de abertura da licitação.

Foram utilizados em nosso orçamento a Taxa de BDI de ...xx,xx% para serviços e BDI de ...xx,xx% para bens e equipamentos e Encargos Sociais de ...xx,xx%. O Regime Tributário a que estamos sujeitos é o de (Lucro Real) ou (Lucro Presumido).

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em ____/____/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, como representante desta Empresa.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e seus anexos.

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO V

**CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA – GARANTIA DE CUMPRIMENTO DO CONTRATO
(MODELO)**

(Proc.: 0009.014152/2024-95 CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO)

Ao

Governo do Estado de Rondônia

Porto Velho – RO

CARTA DE FIANÇA R\$ _____

Pela presente, o Banco _____ com sede a rua _____ da cidade de _____ do Estado de _____ por seus representantes infra-assinados, se declara fiador e principal pagador, com expressa renúncia dos benefícios estatuídos no Artigo 1.491, do Código Civil Brasileiro, da Firma _____ sediada à rua _____ na cidade de _____ do Estado de _____ até o limite de R\$ _____ (_____), para efeito de garantia para a execução do Contrato n.º _____ (descrever o objeto do Contrato).

Este Banco se obriga, obedecendo o limite acima, específico a atender dentro de 24 (vinte e quatro) horas as requisições de qualquer pagamento coberto pela caução, desde que exigidas pelo Governo do Estado de Rondônia. Sem qualquer reclamação ou ainda embargo ou interposição de recursos administrativos ou judicial com respeito ao Governo do Estado de Rondônia.

Obriga-se ainda, este Banco, pelo pagamento de despesas judiciais ou não, na hipótese de qualquer obrigação assumida por nossa afiançada.

Declaramos, outrossim, que só será retratável a fiança na hipótese de a afiançada depositar ou pagar o valor da caução garantida pela Carta de Fiança Bancária ou por nova Carta de Fiança, que seja aceita por esse órgão.

Atestamos que a presente fiança está devidamente contabilizada no Livro n.º _____ ou outro registro usado neste Banco e, por isso é boa, firme e valiosa, satisfazendo, além disso, as determinações do Banco Central do Brasil ou das autoridades monetárias no País de origem.

Os signatários desta estão regularmente autorizados a prestar fiança desta natureza por força do disposto no Artigo _____ dos Estatutos do Banco, publicado no Diário Oficial em _____ / _____ / _____, tendo sido (eleitos ou designados) pela Assembleia _____ realizada em _____ / _____ / _____.

A presente fiança vigorará por um prazo máximo de 60 (sessenta) dias após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo da Obra pelo **DER/RO**.

Porto Velho/RO, _____ de _____ de 2025.

Banco

ANEXO VI

MODELO - SEGURO GARANTIA (Garantia Contratual)

(Verso da APÓLICE)

1. Objeto e Extensão do Seguro

As relações entre Tomador e SEGURADORA regem-se pelo estabelecido na proposta do seguro e condições contratuais desta APÓLICE, cujas disposições não interferem no direito da SEGURADA.

2. Valor da Garantia

O valor garantido pela APÓLICE deverá ser entendido como valor máximo nominal, ficando certo, entretanto, que caso esteja contratualmente previsto e exigido o reajuste monetário da garantia, a importância segurada será reajustada de forma automática, na mesma proporção.

3. Caracterização e Configuração do Sinistro

Confirmado o descumprimento pelo TOMADOR das obrigações cobertas pela presente APÓLICE, a SEGURADA terá direito de exigir da SEGURADORA a indenização devida, quando resultar infrutífera a intimação extrajudicial de pagamento feita ao TOMADOR, não sendo necessária qualquer outra interpelação.

4. Indenização e sub-rogação

Caracterizado o sinistro e paga a indenização, a SEGURADORA sub-rogar-se-á nos direitos e ações da SEGURADA contra o TOMADOR ou terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao pagamento.

5. Isenção de Responsabilidade

A SEGURADORA ficará isenta de responsabilidade em relação a esta APÓLICE, nas seguintes hipóteses:

- a) casos fortuitos ou força maior; e
- b) descumprimento das obrigações do TOMADOR decorrente de atos ou fatos de responsabilidade da SEGURADA.

6. A Seguradora dispensa expressamente qualquer notificação prévia relativa às modificações que a SEGURADA e o TOMADOR venham a introduzir no Contrato nº, no curso de sua execução, exceto se houver alteração no seu valor total.

7. Pluralidade das Garantias

No caso de existirem duas ou mais garantias, cobrindo cada uma delas de forma parcial o objeto exigido pela SEGURADA, a SEGURADORA responderá proporcionalmente com os demais participantes.

8. Extinção da Garantia

Para extinção da garantia desta APÓLICE, a SEGURADA fica obrigada a efetuar a devolução desse instrumento ou passar declaração de cumprimento integral das obrigações do TOMADOR.

9. FORO

As questões judiciais que se apresentem entre SEGURADORA e SEGURADA, serão resolvidas na jurisdição de domicílio da SEGURADA.

Seguro-Garantia de Cumprimento do Contrato

APÓLICE N.º

A (SEGURADORA), principal pagadora, garante pelo presente instrumento à SEGURADA: (o Estado de, representada pelo, através da, -, instituída pela Portaria, reformulada e regulamentada pela Portaria,), as obrigações do TOMADOR: (Denominação Social, CGC e Endereço), até o valor de R\$..... (.....), permanecendo esta Apólice em vigor até o cumprimento integral das obrigações garantidas.

Fica ainda declarado que esta Apólice é prestada para o seguinte objeto:(descrever o objeto) Garantia de fiel e perfeito cumprimento de todas as obrigações assinadas pela Tomadora no instrumento contratual nº data do de

Data:/...../.....

(SEGURADORA)

ANEXO VII

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

CARTA DE APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

Prezados Senhores:

Em cumprimento aos ditames editalícios utilizamo-nos da presente para submeter à apreciação de V.Sas. os documentos abaixo discriminados, necessários para a licitação referenciada:

(DESCREVER OS DOCUMENTOS)

Declaramos não possuir em nosso quadro de pessoal empregados menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendizes, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Emenda Constitucional nº 20, de 1998);

Caso nos seja adjudicado o objeto da presente licitação, nos comprometemos a assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, indicando para esse fim o Sr. _____, Carteira de Identidade nº. _____ expedida em __/__/____, Órgão Expedidor _____, e CPF nº _____, Fone (____) _____, Fax (____) _____, E-mail _____ como representante desta Empresa.

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

ANEXO VIII

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO**

(MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

**RELAÇÃO/DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DAS INSTALAÇÕES, DOS
EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS E DO PESSOAL TÉCNICO.**

A empresa (Nome/CNPJ/endereço) declara para fins de participação na licitação **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**, que caso seja vencedora do certame, as instalações, os equipamentos/máquinas e o pessoal técnico, abaixo relacionados encontram-se disponíveis para execução dos serviços objeto da presente licitação, bem como, que o Sr.: (**indicar nome, n.º de documento e qualificação profissional**), detentor dos acervos aqui apresentados, faz parte do quadro permanente da empresa e será o responsável técnico pela obra a qual se refere esta proposta e que o mesmo não possui vínculo com o governo do Estado de Rondônia.

INSTALAÇÕES:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	OBSERVAÇÕES

EQUIPAMENTOS/MÁQUINAS:

QUANT.	DISCRIMINAÇÃO	MARCA/MODELO	ANO DE FAB.	CAP/POT
		O		

PESSOAL TÉCNICO

QUANT.	QUALIFICAÇÃO	LOTAÇÃO

Atenciosamente,
Local e data

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL

Obs.: Os quadros acima deverão ser preenchidos com observância à relação mínima fornecida pelo **DER/RO**, ou ainda, na ausência desta, de acordo com projeto apresentado pela empresa para execução da obra, em quantidades e qualidades essenciais à garantia do cumprimento das obrigações caso a empresa seja vencedora do certame.

ANEXO IX

COMPOSIÇÃO DO BDI OBRA E SERVIÇOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS
INDIRETAS - BDI – OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO X

COMPOSIÇÃO DO BDI BENS E EQUIPAMENTOS (MODELO).

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

**PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE BONIFICAÇÃO E DESPESAS INDIRETAS
- BDI - AQUISICÃO DE EQUIPAMENTOS ESPECIAIS EM CONJUNTO COM OBRA**

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	TAXA%
1	Administração Central	
2	Administração da Obra	
3	Instalação e Manutenção do Canteiro	
4	Taxas e Emolumentos	
5	Seguros	
6	Transporte Externo do Pessoal	
7	Transporte do Pessoal de Supervisão	
8	Transporte Interno de Materiais	
9	Mobilização e Desmobilização de Equipamentos	
10	Equipamentos e Ferramentas	
11	Segurança e Medicina do Trabalho	
12	Controle Topográfico	
13	Controle tecnológico	
14	Impostos	
15	Imprevistos	
16	Despesas Financeiras	
	SOMA	
17	Bonificação ou honorários	
	BDI	
	ADOTADO	
Obs. O proponente poderá preencher, conforme seja o seu caso, todos ou partes dos espaços do quadro ou mesmo detalhar partes dos itens		

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:

ANEXO XI

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS (MODELO)

PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE

A Superintendência Estadual de Compras e Licitações
Comissão de Contratação de Obras
Ref.: **CONCORRÊNCIA Nº 90028/2025/SUPEL/RO**

PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DAS TAXAS DE ENCARGOS SOCIAIS

GRUPO A		
01	INSS	%
02	SESI OU SESC	%
03	SENAI OU SENAC	%
04	INCRA	%
05	SALÁRIO EDUCAÇÃO	%
06	FGTS	%
07	SEGURO DE ACIDENTE DO TRABALHO/SAT	%
08	SEBRAE	%
09	SECONCI	%
SUBTOTAL= %		

GRUPO B		
10	FÉRIAS	%
11	ABONO CONSTITUCIONAL DE FÉRIAS	%
12	AUXÍLIO-DOENÇA	%
13	LICENÇA PATERNIDADE	%
14	FALTAS LEGAIS	%
15	ACIDENTES DE TRABALHO	%
16	AVISO PRÉVIO TRABALHADO	%
17	13º SALÁRIO	%
18	DESCANSO SEMANAL REMUNERADO	%
SUBTOTAL= %		

GRUPO C		
19	AVISO PRÉVIO INDENIZADO	%
20	INDENIZAÇÕES ADICIONAIS	%
21	INDENIZAÇÕES DE FGTS	%
SUBTOTAL= %		

GRUPO D		
22	INCIDENCIA DO GRUPO "A" SOBRE OS ITENS DO GRUPO "B"	%

GRUPO E		
23	INCIDENCIA DO GRUPO “A” SOBRE O ITEN 19 DO GRUPO “C”	%
TOTAL DE ENCARGOS SOCIAIS		%

FIRMA LICITANTE/CNPJ
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL
CPF DO REPRESENTANTE LEGAL:



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE OBRA DE ARTE ESPECIAL – PONTE EM CONCRETO ESTRUTURAL E ESTUDOS AMBIENTAIS SOBRE O RIO ARARA LOCALIZADO NA RO-494, TRECHO KAPA, KM 18,20 NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA. N.º ____ QUE ENTRE SI CELEBRAM, O ____ E A EMPRESA ____ (NOME) ____.

Aos ____ dias do mês de ____ do ano de 2024, o DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES — DER/RO, sediado a Rua _____, n.º _____, doravante denominada apenas CONTRATANTE, neste ato representado pelo Senhor _____, RG n.º _____, CPF _____, e a firma _____, CNPJ/MF n.º _____, estabelecida no _____, em _____, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Sr. _____, (nacionalidade), RG _____, CPF _____, residente e domiciliado na _____, celebram o presente Contrato, decorrente do PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0009.014152/2024-95, que deu origem a Concorrência nº ____/202_/CPLO/SUPEL/RO, homologado pela Autoridade Competente, regido pela Lei Nº 14.133/21, bem como demais legislações vigentes, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA — DO OBJETO E DAS INFORMAÇÕES ESSENCIAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
1	Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia.	UNIDADE	01

PARÁGRAFO SEGUNDO: Das informações essenciais:

- Ponte Rio Arara:
- Rodovia: RO-494.
- Trecho: Entre RO-491/RO-495
- KM: Km 18,20
- Coordenadas: 11°59'20,187"S 61°19'15,558"W
- Município: Primavera de Rondônia
- Extensão aproximada: 45,00 m
- Seção aproximada a ser projetada: 10,50 m.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A prática de execução deverá obedecer às Normas Brasileiras (NBR's) da ABNT, Normas e Especificações Técnicas do DER-RO e prescrições dos Manuais do DNIT, bem como eventuais alterações especificadas no presente Edital.

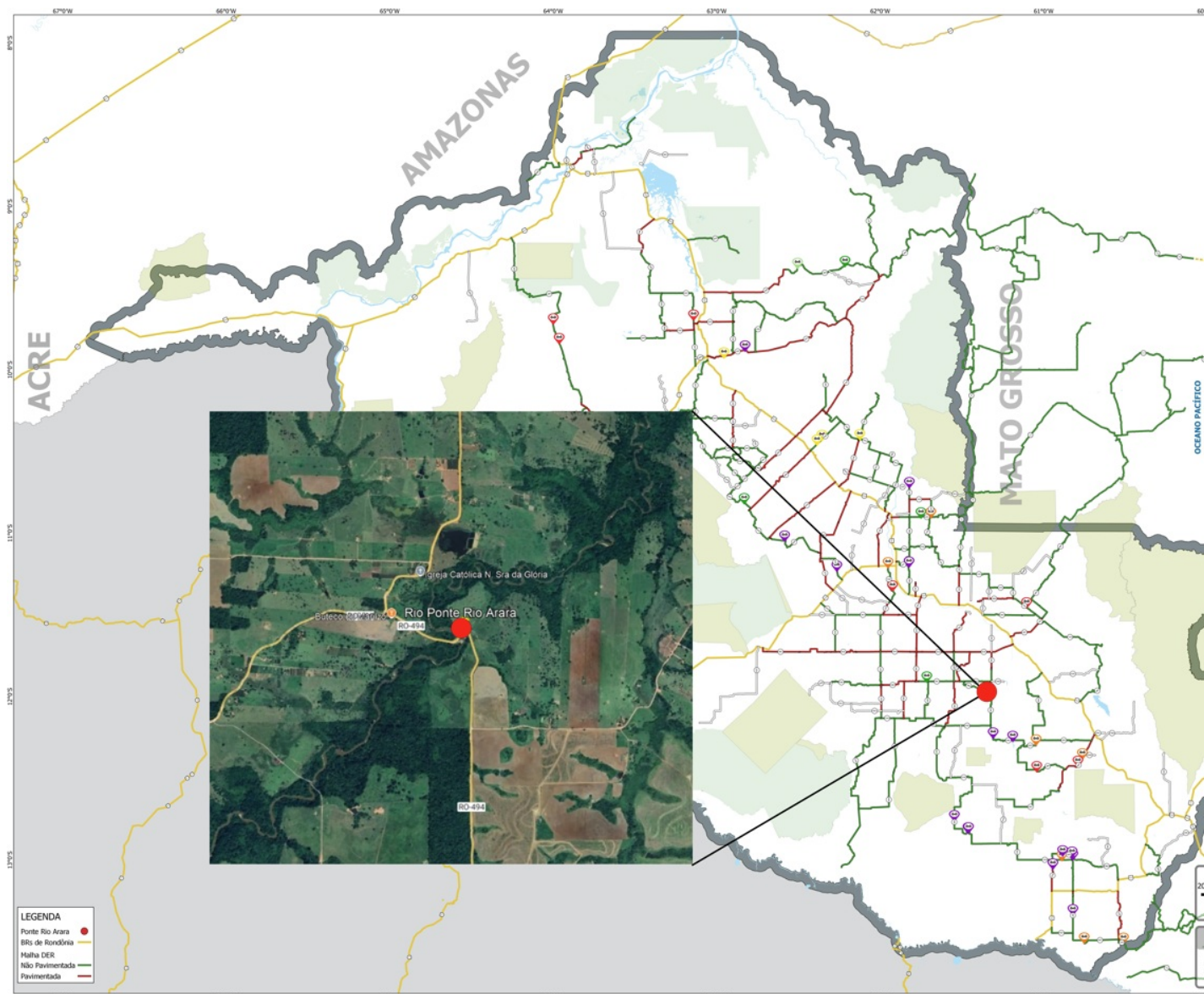
PARÁGRAFO QUARTO: Escopo básico para elaboração do projeto executivo e as suas especificações gerais da ponte em concreto estrutural encontrasse na [Nota Técnica n.º 29](#).

PARÁGRAFO QUINTO: Vinculam a esta contratação , independentemente de transcrição:

- O Termo de Referência;
- O Edital de Licitação;
- A Proposta do contratado;
- Eventual anexos dos documentos supracitados

PARÁGRAFO SEXTO: O regime de execução é de contratação é de preço global.

PARÁGRAFO SÉTIMO: mapa de localização da ponte.



CLÁUSULA SEGUNDA — CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE E PARÂMETROS DE DESEMPENHO

PARÁGRAFO PRIMEIRO — A solução para o objeto em questão é **Contratação de Empresa Especializada em Engenharia para Elaboração de Projeto Básico/Executivo de Engenharia de Obra de Arte Especial – Ponte em Concreto Estrutural e Estudos Ambientais sobre o Rio Arara localizado na RO-494, trecho KAPA, Km 18,20 no município de Primavera de Rondônia**, serviço indispensável para proporcionar as devidas condições de tráfego na rodovia Estadual onde esta se localiza;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A seção de projeto da ponte deve ser aproximadamente dimensionada com 10,20 m de largura, contemplando duas pistas de rolamento, cada uma com 3,50 m, e duas faixas de passeio para passagem de pedestres com aproximadamente 1,20 m cada, além das defensas New Jersey, com 0,40 m cada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços executados, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela fiscalização do serviço, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os quantitativos efetivamente executados.

PARÁGRAFO QUARTO: O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

PARÁGRAFO QUINTO: A empresa contratada deverá desenvolver e entregar o projeto da ponte utilizando a metodologia BIM (Building Information Modeling), garantindo a interoperabilidade, compatibilidade e nível de detalhamento adequado conforme as normas vigentes. O projeto deverá ser fornecido em formato aberto (como IFC) e nativo da plataforma utilizada, incluindo modelos 3D, documentação associada, quantitativos e demais elementos necessários para a análise, aprovação e execução da obra.

PARÁGRAFO SEXTO: - Critérios de aceitabilidade:

- 1 - ART da empresa (s) e/ou consórcio (s) responsável (is) e também do responsável técnico pela elaboração do projeto, que assim couber;
- 2 - Aceite do Relatório Parcial/Total do Projeto por parte do DER/RO;
- 3 - Não serão admitidas inconformidades com as normas técnicas/instruções de serviço.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Dos Projetos

- 1 - Não serão aceitas propostas de projeto de soluções técnicas inferiores àquelas que se encontram agregadas no termo de referencia.
- 2 - Os projetos serão analisados pela fiscalização do DER/RO, que poderá, justificadamente, recusar a solução proposta, solicitar adequações/correções ou aceitar as soluções.
- 3 - A aceitação ou aprovação pelo DER/RO dos projetos apresentados não exclui a responsabilidade da contratada pelas falhas ou omissões nos projetos.
- 4 - O Projeto Básico e Executivo de Engenharia deverá conter, no mínimo, os seguintes volumes:

- Volume 1 – Relatório do Projeto - Estudos necessários e Memorial Descritivo de cada projeto;
- Volume 2 – Projeto de Execução - Planhas referentes a cada projeto e notas de serviço;
- Volume 3 – Memória de cálculo;
- Volume Anexo 3A – Componente Ambiental;

5 - Caberá à contratada a elaboração do Projeto Básico/ Executivo de Engenharia, necessário e satisfatório à execução do empreendimento, com nível máximo de detalhamento possível de todas as suas etapas. Para tanto, deverão ser levados em consideração os elementos técnicos fornecidos pelo DER/RO.

CLÁUSULA TERCEIRA — DOS PRAZOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo previsto para execução total dos serviços será de **120 (cento e vinte) dias**. Esse prazo será contado a partir da data do recebimento da Ordem de Serviço pela empresa, conforme os prazos das etapas previstos no Cronograma Físico-Financeiro que constitui parte integrante do Projeto Executivo.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A expedição da “Ordem de Serviço Inicial” somente se efetivará após a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado. A autoridade competente do DER/RO expedirá a “ordem de serviço inicial” dentro do prazo máximo de 5 (cinco) dias consecutivos, contados da publicação. Não expedida dentro de tal prazo, ter-se-á como expedida no último dia do mesmo prazo.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo de início dos serviços será de 10 (dez) dias consecutivos, a contar do recebimento da ordem de serviço.

PARÁGRAFO QUARTO: Para a execução dos serviços, a Contratada deverá atender às exigências contidas no termo de referência e seus Anexos.

PARÁGRAFO QUINTO: O prazo para resposta ao pedido do Contratado de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será de 60 (sessenta) dias úteis.

PARÁGRAFO SEXTO: PRAZO DE VERIFICAÇÃO DE PENDÊNCIAS - Esse período antecederá à expedição da ordem de serviço, sendo contados da publicação do contrato, para verificação de pendências liberação de áreas ou adoção de outras providências cabíveis para a regularidade do início de sua execução, e ocorrerá da seguintes forma:

- a) A contratada terá até 10 (dez) dias úteis para a verificação de pendências; e
- b) A contratante terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para fornecer orientações quanto as pendências.

CLÁUSULA QUARTA — DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O recebimento dos serviços será efetuado por uma Comissão de Fiscalização, Exame, Entrega e Recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21 e suas alterações.

a) Recebimento Provisório das Obras/Serviços: O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado mediante termo detalhado, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

I - O recebimento provisório dos serviços deverá ser realizado dentro do prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da comunicação da Contratada quanto à conclusão dos trabalhos, conforme o disposto no Art. 140, alínea “a” da Lei Federal nº. 14.133/2021.

II - O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

III - O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24,VII Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

IV - O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

V - Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

VI - Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

VII - A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

b) Recebimento Definitivo das Obras/Serviços: O recebimento definitivo das obras e serviços será feito mediante as seguintes condições:

I - O recebimento dos serviços será efetuado por uma comissão de fiscalização, exame, entrega e recebimento, integrada por dois ou mais engenheiros do DER/RO, nomeada pelo Diretor-Geral para tal finalidade acompanhados do Responsável Técnico da empresa, observando as disposições contidas no Edital e no Artigo 140 da Lei Federal nº 14.133/21, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais;

II - Por Comissão designada pela Contratante, após o decurso do prazo de observação ou de vistoria, comprovando-se a adequação do objeto aos prazos contratuais.

IV - Até 60 (sessenta) dias corridos, a contar da lavratura do termo do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

1 - Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnicos, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 20, Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024).

2 - Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

3 - Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

4 - Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

5 - Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

PARÁGRAFO SEGUNDO: No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

PARÁGRAFO QUARTO: O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

PARÁGRAFO QUINTO: A Contratada deverá entregar o serviço em perfeitas condições de uso e funcionamento, o DER/RO poderá exigir os reparos e substituições convenientes tanto anteriores quanto posteriores à entrega do objeto, consignando-se os motivos.

PARÁGRAFO SEXTO: Com a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, fica estabelecido, a partir da data de sua emissão, o compromisso da Contratada em garantir a solidez do serviço com o cumprimento do prazo de 05 (cinco) anos, mencionados no artigo 618 do Código Civil;

PARÁGRAFO SÉTIMO: O recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias, sem prejuízo da vida útil de projeto de cada estrutura.

PARÁGRAFO OITAVO: QUANTO A PROCEDIMENTOS DE TRANSIÇÃO E FINALIZAÇÃO DO CONTRATO - Os procedimentos de que permeiam a transição e finalização de um contrato referem-se às etapas e ações necessárias para concluir ou encerrar formalmente um contrato de maneira adequada, garantindo que todas as obrigações sejam cumpridas, as partes envolvidas estejam cientes de suas responsabilidades e o processo seja realizado de maneira eficiente e dentro dos prazos

estabelecidos. Esses procedimentos geralmente envolvem as seguintes etapas:

I - Procedimentos de Transição;

a) Continuidade da Gestão: Consiste em planejar a continuidade dos ritos processuais durante a transição, que culmina com a expiração da vigência do contrato, onde finda a responsabilidade da figura de gestor do contrato, a qual se transfere para a fiscalização com apoio da gerência de contratos e fiscalização, conforme descrito no item VII, para que não haja interrupção ou perda de desempenho do objeto contratado.

b) Penalidades: Em caso de surgimento de ocorrências patológicas, devidamente constatadas como de responsabilidade da empresa executora, e caso esta se negue a realizar a mitigação do fato gerador, uma vez findado todas as tentativas de forma administrativa, deverá ser instaurado processo de apuração de penalidades, de forma a trazer aos autos o conhecimento da magnitude financeira do dano ocorrido, sem prejuízo de multa e juros, e acionar judicialmente a empresa executora para ressarcimento ao erário estadual do dano causado.

II - Procedimentos de Finalização;

a) Cumprimento das Obrigações: Verificar se todas as obrigações contratuais foram cumpridas por ambas as partes, incluindo pagamentos, entrega de produtos ou serviços, entre outros.

b) Liquidar Pendências: Resolver quaisquer pendências ou ajustes financeiros, como faturas ou taxas não pagas, indenizações ou glosas a serem retidas.

c) Assinatura de Aditivos ou Termos de Encerramento: Se necessário, formalizar a finalização com a assinatura de um termo de encerramento, declarando que todas as obrigações foram cumpridas e o contrato está finalizado passando a iniciar o prazo de garantia quinquenal conforme item V.

d) Documentação Final: Criar e arquivar a documentação necessária que comprove a conclusão do contrato (a exemplo dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo) e o cumprimento das cláusulas acordadas.

e) Desmobilização de Recursos Financeiros: Realocação de recursos financeiros que estavam alocados ao contrato, como equipes, equipamentos, materiais, recursos financeiros, etc.

f) Análise de Resultados e Lições Aprendidas: Revisar o desempenho do contrato, avaliar os resultados alcançados e extrair lições que possam ser aplicadas em contratos futuros.

III - Emissão de TRP - Termo de Recebimento Provisório pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, conforme descrito na alínea d) do item II;

IV - Emissão de TRD - Termo de Recebimento Definitivo por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, conforme descrito na alínea d) do item II;

V - Início do acompanhamento da garantia quinquenal, que inicia contagem a partir da data de finalização do prazo de execução do objeto contratado;

VI - Incorporação do objeto do contrato ao patrimônio público pelo setor responsável;

VII - Após finalização do prazo da vigência contratual, como ato final do gestor do contrato, os autos deverão ser encaminhados para a gerência de contratos, GCF, e coordenadoria responsável, CPPOO, de forma a evidenciar a finalização da responsabilidade da figura do gestor do contrato, onde a partir desta data, cabe à fiscalização realizar as vistorias anuais, a fim de acompanhar a garantia quinquenal do objeto, a qual finda no último dia do quinto ano, contado a partir da finalização do prazo de execução do objeto. Desta feita, os acompanhamentos e possíveis notificações a serem emitidas conforme demanda da fiscalização, ficam sob a tutela da Gerência de Contratos e Fiscalização, GCF, de forma a manter o elo de comunicação entre a autarquia, DER e a empresa executora até que se finde o prazo da garantia quinquenal;

CLÁUSULA QUINTA — DA GARANTIA DO SERVIÇO

PARÁGRAFO ÚNICO: A garantia do serviço deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002, Art. 140 §6º da Lei 14.133/2021 e Normas Técnicas aplicáveis.

CLÁUSULA SEXTA — DA SUSTENTABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A empresa a ser CONTRATADA deverá cumprir as orientações da Instrução Normativa nº 1, de 19 de janeiro de 2010, referente aos critérios Sustentabilidade Ambiental, em seus Artigos 5º e 6º, no que couber bem como, indicados abaixo.

a) Uso de produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações da ANVISA;

b) Adoção de práticas que evitem desperdícios de água potável;

c) Implementação de um programa de treinamento de seus empregados visando o uso racional de consumo de energia elétrica e água, bem como redução de resíduos sólidos;

d) Classificação e destinação adequada dos resíduos recicláveis produzidos durante a execução dos serviços. Especificamente para papéis e de alumínio deve-se contatar as Associações e/ou Cooperativas locais de catadores de materiais recicláveis;

e) Práticas de redução de consumo de papel, utilizando o padrão frente-verso na impressão de relatórios e outros documentos, bem utilização de fonte ecológica recomendada pela Advocacia Geral de União

f) Adoção de uso de papel não clorado, preferencialmente, na impressão de documentos e relatórios;

g) Adoção de práticas de substituição de copos descartáveis por copos definitivos;

h) Adoção de prática de destinação final das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo a Resolução CONAMA Nº 257/1999;

i) Atendimento aos padrões indicados pela Resolução CONAMA Nº 20/1994 quando da aquisição e utilização de equipamentos de limpeza que gerem ruídos em seu funcionamento;

j) Adoção e promoção de medidas de proteção para a redução ou neutralização dos riscos ocupacionais aos seus empregados, além de fornecimento de equipamentos de proteção individuais – EPI's necessários, tais como óculos, luvas, aventais, máscaras, calçados apropriados, protetores auriculares, etc., fiscalizando e zelando para que os mesmos cumpram as normas e procedimentos destinados à preservação de integridade física;

k) Consideração nas pesquisas de preços para aquisições e serviços contemplados no escopo da contratação de empresas que tenham certificação ambiental;

l) Estímulo à troca de informações entre as equipes envolvidas por meio de ferramentas digitais e/ou virtuais;

m) Atendimento ao Guia Nacional de Contratações Sustentáveis (6ª edição, revista, atualizada e ampliada. Setembro/2023), disponibilizado pela Câmara Nacional de Sustentabilidade (CNS) no site https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/guias/guia-de_contratacoes_sustentaveis-set-2023.pdf.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Conforme dispõe o Capítulo III, art. 5º, inciso III da Instrução Normativa/MPOG nº 1, de 19 de janeiro de 2010, poderá ser exigido o seguinte critério de sustentabilidade ambiental: "que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Ressalta-se que a empresa Contratada deverá elaborar os estudos e projetos se atendo aos requisitos do Art. 45, V e VI, da Lei nº 14133/21, respeitando a: "V - proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas e VI - acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida."

CLÁUSULA SÉTIMA — DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de cunho ambiental, necessários para o cumprimento dos requisitos ambientais atinentes ao objeto do contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Das áreas passíveis de desapropriação - A Contratada deverá elaborar todos os estudos, levantamentos e relatórios de projeto e em caso da existência de áreas que estejam em localidades que não perfaçam a área de domínio da rodovia, essas áreas devem ser indicadas com fito ao desenvolvimento de processo de cunho de desapropriação por parte da Contratante.

1. A possível indicação das áreas deverá ser realizada após a elaboração de Estudo de Viabilidade e Identificação dos Imóveis a Serem Desapropriados.

2. Em caso de haver áreas a desapropriar, as seguintes responsabilidades devem ser atribuídas:
3. A Contratante é a responsável por emitir a declaração formal de privacidade pública ou de interesse social, que justifica a desapropriação para a execução do projeto em caso de necessidade de procedimento expropriatório.
4. A estimativa de valor a ser pago a título de indenização pelos bens expropriados, inclusive de custos correlatos fica a cargo da contratada.
5. Os riscos oriundos da diferença entre o custo da desapropriação e a estimativa de valor e pelos eventuais danos e prejuízos ocasionados por atraso na disponibilização dos bens expropriados devem ser distribuídos entre as partes.
6. O registro de imissão provisória na posse e o registro de propriedade dos bens a serem desapropriados deverão constar em nome da Contratante.

CLÁUSULA OITAVA — DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O valor do presente Contrato é de R\$ ____ (____) de acordo com os valores especificados na Proposta de preços e Planilhas de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As despesas decorrentes desta contratação correrão por conta dos recursos consignados do ano de 2024, nas Fontes de Recurso 1.500.0.00001 / 2.500.0.00001 / 1.501.0.00001 / 2.501.0.00001 / 1.899.0.00001 / 2.899.0.00001 / 1.720.0.00001 / 1.750.0.00001 / 2.750.0.00001 / 2.501.0.08103, Programa de Trabalho 26.782.2106.1515, provenientes do DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ESTRADAS DE RODAGEM E TRANSPORTES – DER/RO, conforme Pré-Empenho com a devida Adequação Financeira.

CLÁUSULA NONA — CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO/MEDIÇÃO DOS SERVIÇOS/DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Dos critérios de recebimento da medição - Os serviços deverão ser executados conforme as Especificações Técnicas de Serviços constantes nas peças técnicas referentes à execução dos objetos.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Ao final de cada etapa da execução contratual, conforme previsto no Cronograma Físico-Financeiro, o Contratado apresentará a medição prévia dos serviços executados no período, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Uma etapa será considerada efetivamente concluída quando os serviços previstos para aquela etapa no Cronograma Físico-Financeiro, estiverem perfeitamente executados em sua totalidade, mediante aprovação da fiscalização.

PARÁGRAFO QUARTO: O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

PARÁGRAFO QUINTO: Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

PARÁGRAFO SEXTO: Medição dos Serviços - Os serviços serão medidos de acordo com os eventos pré-estabelecidos na planilha orçamentaria, no cronograma físico-financeiro, e após sua devida aprovação.

PARÁGRAFO SÉTIMO: As medições constarão de folhas-resumo com a relação dos serviços, quantidades, unidades, preços unitários, parciais e totais.

PARÁGRAFO OITAVO: Não será motivo de medição em separado: mão de obra, materiais, transportes, equipamentos e encargos, salvo se for expressamente definido.

PARÁGRAFO NONO: Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Para tramitação das medições, no que se refere à documentação caráter estritamente técnico, na primeira medição, além dos documentos descritos anteriormente, serão exigidos os documentos e informações de caráter técnico a seguir:

- 1- Comprovante de registro dos serviços no CREA/RO – ART (Autenticada) N°.....;
- 2 - Deverão ser apresentadas as ART's dos responsáveis pela execução das obras, com referencia a Empresa ou ao Consórcio responsável pelo Projeto no campo "Empresa Contratada". Para tanto, todos os envolvidos e a ART estarão devidamente registrados no CREA;
- 3 - Deverão apresentar o seguro-garantia descrito no item acerca da GARANTIA CONTRATUAL.
- 4 - O Cronograma Físico-Financeiro e Curva “S” atualizados.
- 5 - A contratada autoriza a retenção pelo DER-RO, da diferença de pagamento do IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS DE QUALQUER NATUREZA-ISSQN(ISS), quando efetivamente recolher imposto em valor inferior ao informado no BDI, situação que ensejará a elaboração de Termo de Apostilamento até o final do contrato."

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Cronograma físico-financeiro - Antes do início de execução do objeto, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Poderá haver ajustes nos Cronogramas, desde que devidamente justificado pela fiscalização do contrato e aprovado pelo Gestor de Contrato, devendo os mesmos receberem números sequenciais.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Na elaboração dos cronogramas, a contratada deverá:

- 1 - Obedecer ao prazo máximo de execução do objeto, definido no contrato, conforme modelo anexo no Termo de Referência de acordo com a Planilha Orçamentária - Completo - Sem desoneração outubro.2024 (0056282577) – com nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
- 2 - Detalhar as atividades, conforme modelo anexo no Termo de Referência - com Nível de detalhamento das atividades exigido para cronograma físico e cronograma financeiro.
- 3 - Ter coerência na elaboração dos quadros, em relação à sequência e duração das atividades.
- 4 - O Cronograma Físico, Financeiro e Curva “S” deverão ser entregues para análise e aprovação ao Gestor de Contrato no prazo máximo de 10 (dez) dias após a assinatura do contrato. Ressalta-se que serão parte integrante do instrumento contratual.
- 5 - Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.
- 6 - Antes do início de cada serviço, o responsável técnico da empresa executora deverá realizar o planejamento físico-financeiro dos serviços que serão executados ao longo do tempo.
- 7 - O cronograma deverá ser carimbado e assinado pelo responsável técnico da empresa executora.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: DO PAGAMENTO: O pagamento será realizado por meio de Ordem Bancária e depósito em conta bancária informada pela CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pela Comissão de Recebimento, sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: O DER/RO pagará à Contratada, pelos serviços contratados e executados, os preços integrantes da proposta aprovada, ressalvada a incidência de reajustamento e a ocorrência de imprevistos. Fica expressamente estabelecido que os preços incluam todos os custos diretos e indiretos para a execução do(s) serviços(s), de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas no Edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos contratados e executados.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A contratada terá direito ao pagamento após executar todo o montante percentual previsto no Cronograma Físico-Financeiro, para o mês correspondente ao qual se pleiteia o pagamento. Ficando a cargo da fiscalização a liberação do pagamento, se o serviço for fielmente executado e dentro das boas práticas, seguindo as normas existentes.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Obedecido o cronograma físico-financeiro apresentado, será procedida a medição dos serviços. Emitido o atestado de conformidade, a Contratada deverá apresentar na sede do DER/RO, a Nota Fiscal correspondente à medição, que será encaminhada ao Setor Financeiro junto com a documentação completa e respectiva medição. É de inteira responsabilidade da empresa a entrega, no prazo máximo de 5 (cinco) dias após o processamento da medição, de toda documentação necessária à plena e correta formalização do processo de medição, condição esta imprescindível para o envio deste para pagamento. O atraso na entrega da documentação

exigida, por parte da empresa, não poderá concorrer para futuros pleitos de ressarcimento por atraso de pagamento.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: As notas fiscais/faturas deverão ser emitidas em 2 (duas) vias e apresentadas à CONTRATANTE para certificação, devendo conter em seu corpo a descrição do objeto, a indicação do número da Ata de Registro de Preços e da conta bancária da Contratada. Caso haja Termo de Contrato, a Nota Fiscal deverá apresentar o número do instrumento contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: A(s) Nota(s) Fiscal(is)/Fatura(s) deverá(ão), ainda, estar acompanhada(s), obrigatoriamente, das certidões que atestem a regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Será observado o prazo de até 30 (trinta) dias para pagamento, contados a partir da data da emissão do aceite na Nota Fiscal até a data do efetivo pagamento. O que vale para fins de contagem de prazo é a efetiva atestação no verso da nota, e não sua simples entrega.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: As medições dos serviços executados serão realizadas a cada 30 (trinta) dias, pela Comissão de Fiscalização, acompanhado pelo Responsável Técnico da Empresa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Os serviços serão medidos mensalmente, conforme instrução vigente sobre o assunto. Os preços unitários serão os constantes da Proposta de Preços Unitários aprovada.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: O pagamento referente a cada medição será liberado mediante comprovação, pela Contratada, da Regularidade Fiscal (perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, ao recolhimento do FGTS e do INSS e aos Débitos Trabalhistas), nos termos deste instrumento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: Sendo constatada qualquer irregularidade em relação à situação cadastral da Contratada, esta será formalmente comunicada de sua situação irregular, para que apresente justificativa e comprovação de regularidade. Caso não se verifique que a empresa regularizou sua situação, estará sujeita ao enquadramento nos motivos do Art. 137, da Lei nº. 14.133/2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Em caso de atraso de pagamento, motivado exclusivamente pela Administração Contratante, o valor devido deverá ser acrescido de atualização monetária, a ser calculada entre a data limite para o pagamento e o efetivo adimplemento da parcela, mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = N \times VP \times I$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da Parcela a ser paga

I = Índice de compensação financeira, assim apurado:

$I = (TX/100)/365$ I =

TX = Percentual atribuído ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Havendo erro ou irregularidade na Nota Fiscal/Fatura ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada para as necessárias correções, com as informações que motivam sua rejeição, e o pagamento ficará pendente até que se providenciem as medidas saneadoras. Nessa hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou apresentação de novo documento fiscal não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: A Administração não pagará, sem que tenha autorização prévia e formalmente, nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras, à exceção de determinações judiciais, devidamente protocoladas no órgão;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: Ao DER/RO reserva-se o direito de não efetuar o pagamento se os dados constantes da Nota Fiscal estiverem em desacordo com os dados da Contratada e, ainda, se for constatado, que os serviços executados não correspondam às especificações apresentadas na proposta.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO NONO: O Benefício e Despesas Indiretas - BDI, deve ser apresentado detalhando-se todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO: As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária, observando-se ainda a legislação específica de cada município.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO PRIMEIRO: As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEGUNDO: As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida no Anexo IV da Lei Complementar 123/2006.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO TERCEIRO: A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento (Sesi, Senai, Sebrae etc.), conforme dispões o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUARTO: A execução integral dos serviços fica condicionada à necessidade e disponibilidade orçamentária e financeira do DER/RO.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO QUINTO: Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela contratada, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SEXTO: A Administração deduzirá do montante a ser pago os valores correspondentes às multas e/ou indenizações devidas pela contratada.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO SÉTIMO: Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO OITAVO: Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

PARÁGRAFO TRIGÉSIMO NONO: Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

PARÁGRAFO QUADRAGÉSIMO: O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

CLÁUSULA DÉCIMA — DA SUBCONTRATAÇÃO, CESSÃO E/OU TRANSFERÊNCIA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A subcontratação se dará em concordância com o Art. 122 da Lei 14.133/2021, que versa:

"Art. 122. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado poderá subcontratar partes da obra, do serviço ou do fornecimento até o limite autorizado, em cada caso, pela Administração.

§ 1º O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

§ 2º Regulamento ou edital de licitação poderão vedar, restringir ou estabelecer condições para a subcontratação."

PARÁGRAFO SEGUNDO: A subcontratação deve ser adotada unicamente quando necessária para garantir a execução do CONTRATO e desde que não atente contra os princípios constitucionais inerentes ao processo licitatório, nem ofenda outros princípios relacionados às licitações, notadamente o da seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e para o melhor interesse público. Desta forma:

1. É vedada a subcontratação total;
2. É permitida a subcontratação parcial, caso previamente aprovada pelo DER-RO, em regime de responsabilidade solidária, sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, desde que não contemplem o escopo principal do objeto, a subcontratação fica restrita à 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato, conforme art. 122, da lei 14.133/2021.
3. A subcontratação deverá ser precedida de autorização do DER.
4. A subcontratação não exclui a responsabilidade da Contratada perante o DER-RO quanto à qualidade técnica da obra ou do serviço prestado;
5. Aplica-se também ao(s) eventual(is) subcontratado(s) o disposto editalício que trata da participação e impedimentos legais à participação de empresas ou consórcio de

empresas nesta licitação;

6. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da Subcontratada, bem como responder perante o DER/RO pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação;
7. Embora o aceite de subcontratação deva ser realizado antecipadamente, há a possibilidade de realizar excepcionalmente aceitação posterior da subcontratação;
8. Se a subcontratação não for aceita (prévia ou posteriormente), os serviços não devem ser pagos ou, se pagos, deverão ser glosados integralmente.
9. A CONTRATADA ao requerer autorização para subcontratação de parte dos serviços, deverá comprovar perante a Administração a regularidade jurídico/fiscal e trabalhista de sua subcontratada, respondendo, solidariamente com esta, pelo inadimplemento destas quando relacionadas com o objeto do contrato.
10. As empresas subcontratadas também devem comprovar, perante o DER-RO, que estão em situação regular, fiscal e previdenciária e que entre seus diretores, responsáveis técnicos ou sócios não constam funcionários, empregados ou ocupantes de cargo comissionado no DER-RO.
11. A CONTRATADA deverá apresentar à Administração, documento que comprove a capacidade técnica do subcontratado, limitado a 25% (vinte e cinco por cento) do objeto a ser licitado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente, conforme § 9º Art. 67 da lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Portanto, para fins de subcontratação, considerando práticas usuais adotadas no mercado e o interesse público, a parte do objeto passível de ser subcontratada, pautada nos normativos técnicos demonstrados acima, serão os serviços acessórios, identificados através da análise do arquivo Planilha Orçamentária Janeiro/2025 (0058945689).

- I - Estudos Hidrológicos/Inspeções de Campo;
- II - Estudos Topográficos e Topobatimétricos;
- III - Estudos Geotécnicos (Empréstimos/Jazidas);
- IV - Componente Ambiental;
- V - Sondagem;
- VI - Ensaios técnicos.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA — DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

PARÁGRAFO SEGUNDO: Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO QUARTO: Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal contratual ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

PARÁGRAFO QUINTO: Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das disposições do Termo de Referência e deste Anexo, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

PARÁGRAFO SEXTO: Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

PARÁGRAFO SÉTIMO: Efetuar comunicação ao Contratante, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

PARÁGRAFO OITAVO: Não contratar, durante a vigência da contratação, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante ou do fiscal ou gestor contratuais, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO NONO: Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pela contratação, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

PARÁGRAFO DÉCIMO: Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação;

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Manter durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas na contratação, devendo o Contratado relatar ao Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Realizar cadastro no sistema SEI, bem como manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Retirar a Nota de Empenho e realizar a assinatura do Termo Contratual ou instrumento equivalente e a Ordem de Fornecimento no prazo de 05 (cinco) dias, a contar de sua notificação para essas finalidades;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: De forma Atender as disposições contidas no Art. 125 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Fazer, impreterivelmente, no prazo de 10 (dez) dias entre a assinatura do Contrato e o início da execução do objeto, minucioso exame das especificações, de modo a poder em tempo hábil e por escrito, apresentar à Fiscalização, todas as divergências ou dúvidas por ventura encontradas, para devido esclarecimento e aprovação, sob pena de preclusão;

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: Estar registrado ou inscrito no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência,

em plena validade.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: Fornecer mensalmente declaração por escrito de que estão cumprindo integralmente com todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes deste contrato, de acordo com o disposto no Art. 121, da Lei nº 14.133/21, conforme segue:

MINUTA DE DECLARAÇÃO REFERENTE AO ART. 121 DA LEI Nº 14.133/21

[NOME DA CONTRATADA], nos termos do Contrato nº , que tem por objetivo a execução de declaro, para os efeitos do [art. 121 da Lei Federal nº 14.133/21](#), que relativamente ao mês de _____ de 20____, foram cumpridas todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias decorrentes do referido contrato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA — OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Observar e fazer cumprir fielmente o que estabelece este instrumento, em particular no que se refere ao nível de serviço e sanções administrativas.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Proporcionar todas as condições necessárias para que a contratada possa cumprir o objeto deste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Fornecer a qualquer tempo e com o máximo de presteza, mediante solicitação escrita da Contratada, informações adicionais, dirimir dúvidas e orientá-la em casos omissos.

PARÁGRAFO QUARTO: Nomear gestores para executar a fiscalização do Contrato, que registrarão todas as ocorrências e as deficiências verificadas, oficiando à contratada para a imediata correção das irregularidades apontadas.

PARÁGRAFO QUINTO: A existência e a atuação da Comissão de Fiscalização do DER/RO em nada restringem a responsabilidade técnica única, integral e exclusiva da contratada, no que concerne à execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO SEXTO: Atestar a execução do contrato e cumprir as demais obrigações contidas no Edital.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Cumprir fielmente as obrigações pactuadas, a prestação de todas as informações indispensáveis a regular execução das obras, o pagamento oportuno das parcelas devidas, e ainda, a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, seu registro e a devida publicação no Diário Oficial do Estado de Rondônia - DOE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA — DAS SANÇÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O licitante e o contratado que incorram nos crimes em licitações e contratos administrativos, sujeitam-se as sanções administrativa que estão previstas no Capítulo II-B da Lei 14.133/21.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações ([conforme art. 155, da Lei Federal 14.133/2021](#)):

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013](#).

PARÁGRAFO TERCEIRO: De acordo com o Artigo 156 da Lei 14.133/21, o indivíduo responsável por infrações administrativas previstas na legislação, estará sujeito às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

PARÁGRAFO QUARTO: Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156, I, III e IV, da Lei nº 14.133/21, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à Contratada, multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela inadimplida.

PARÁGRAFO QUINTO: Se a adjudicatária recusar-se a retirar o instrumento contratual injustificadamente ou se não apresentar situação regular na ocasião dos recebimentos, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela adjudicada.

PARÁGRAFO SEXTO: Multa de mora de 0,33% (trinta e três décimos por cento) por dia de atraso, na entrega de bens ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, limitada ao percentual máximo de 10,00% (dez por cento).

PARÁGRAFO SÉTIMO: A licitante, adjudicatária ou contratada que incorrer nas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposto nos §§ 4º e 5º do art. 156 da referida Lei. Além disso, será descredenciada do Cadastro Estadual de Fornecedores, sem prejuízo da aplicação das multas previstas no Termo de Referência e das demais sanções legais. A penalidade também deverá ser registrada no SICAFI e no CAGEFIMP (Cadastro Estadual de Fornecedores Impedidos de Licitar).

PARÁGRAFO OITAVO: A multa, eventualmente imposta à Contratada, será automaticamente descontada da fatura a que fizer jus, acrescida de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Caso a contratada não tenha nenhum valor a receber do Estado, ser-lhe-á concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados de sua intimação, para efetuar o pagamento da multa. Após esse prazo, não sendo efetuado o pagamento, serão deduzidos da garantia, quando houver. Mantendo-se o insucesso, seus dados serão encaminhados ao órgão competente para que seja inscrita na dívida ativa, podendo, ainda a Administração proceder à cobrança judicial.

PARÁGRAFO NONO: As multas previstas nesta seção não eximem a adjudicatária ou CONTRATADA da reparação dos eventuais danos, perdas ou prejuízos que seu ato punível venha causar à Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: De acordo com a gravidade do descumprimento, poderá ainda a licitante se sujeitar à Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na legislação vigente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: A sanção denominada “Advertência” só terá lugar se emitida por escrito e quando se tratar de faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação, cabível somente até a segunda aplicação (reincidência) para a mesma infração, caso não se verifique a adequação da conduta por parte da Contratada, após o que deverão ser aplicadas sanções de grau mais significativo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: São exemplos de infração administrativas penalizáveis, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021:

a) Inexecução total ou parcial do contrato;

b) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

c) Comportamento inidôneo;

- d) Fraude fiscal;
- e) deixar de entregar a documentação exigida para o certame.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: As sanções serão aplicadas sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal que possa ser acionada em desfavor da Contratada, conforme infração cometida e prejuízos causados à administração ou a terceiros.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, com percentuais de multa conforme a tabela a seguir, que elenca apenas as principais situações previstas, não eximindo de outras equivalentes que surgirem, conforme o caso, incidentes sobre o valor da parcela inadimplida:

ITEM	DESCRIÇÃO DA INFRAÇÃO	GRAU	MULTA (*)
01	Executar a entrega incompleta, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar recomposição complementar; por ocorrência.	02	0,4% por dia
02	Recusar-se a executar as determinações feitas pela FISCALIZAÇÃO, sem motivo justificado; por ocorrência.	04	1,6% por dia
03	Suspender ou interromper, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, a prestação do serviço contratado.	05	3,2% por dia
04	Destruir ou danificar documentos por culpa ou dolo de seus agentes; por ocorrência.	05	3,2% por dia
05	Permitir situação que crie a possibilidade ou cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais; por ocorrência.	06	4,0% por dia
06	Inexecução parcial ou total do contrato.	10	10 %
Para os itens a seguir, deixar de:			
07	Manter a documentação de habilitação atualizada; por item, por ocorrência.	01	0,2% por dia
08	Iniciar a entrega nos prazos estabelecidos, observados os limites mínimos estabelecidos por este Contrato; por item, por ocorrência.	02	0,2% por dia
09	Ressarcir o órgão por eventuais danos causados por sua culpa;	02	0,4% por dia
10	Cumprir quaisquer dos itens do Termo de Referência e seus anexos, mesmo que não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pela FISCALIZAÇÃO; por ocorrência.	03	0,8% por dia
11	Cumprir determinação formal ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, por ocorrência.	03	0,8% por dia

(*) Incide sobre a parte inadimplida.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas concomitantemente, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Após 30 (trinta) dias da falta de execução do objeto, será considerada inexecução total do contrato, o que ensejará a rescisão contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: As sanções previstas não poderão ser relevadas, salvo ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou casos fortuitos, devidos e formalmente justificados e comprovados, e sempre a critério da autoridade competente, conforme prejuízo auferido.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Também ficam sujeitas às penalidades de suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão licitante e de declaração de inidoneidade, previstas no subitem anterior, as empresas ou profissionais que, em razão do contrato decorrente desta contratação:

- a) Tenham sofrido condenações definitivas por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de tributos;
- b) Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da contratação;
- c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: As sanções de natureza pecuniária serão diretamente descontadas de créditos que eventualmente detenha a CONTRATADA ou efetuada a sua cobrança na forma prevista em lei.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: A sanção será obrigatoriamente registrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, bem como em sistemas Estaduais.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO: A multa poderá ser descontada de pagamento eventualmente devido pela contratante decorrente de outros contratos firmados com a Administração Pública estadual.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO: Além da multa por infração administrativa (multa compensatória) prevista no [inciso II, do art. 156 da Lei nº 14.133/21](#), poderá ser aplicada a multa de mora por atraso injustificado prevista no [art. 162 da Lei 14.133/21](#).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO: As multas provenientes de atraso de cronograma ocorrerá na seguinte forma:

- a) Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o primeiro atraso, será aplicado multa moratória de 3% (três por cento) sobre o percentual não cumprido.
- b) Sobre o segundo atraso será aplicado multa moratória de 5% (cinco por cento) sobre o percentual não cumprido.
- c) Sobre o terceiro atraso a multa moratória será aumentada até o limite de 10% (dez por cento).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SÉTIMO: A licitante, adjudicatária ou contratada que cometer as infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X, XI e XII, do artigo 155, da Lei nº 14.133, de 2021, ficará impedida de licitar e contratar com o Estado, conforme disposições dos § 4º e §5º o art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO OITAVO: No caso de aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do subitem 23.2., a mesma deverão ser precedidas de processo administrativo conforme diretrizes presentes no art. 186 do Decreto Estadual n.º 28.874/2024.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA — DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta)** dias, contados a partir da data de publicação do contrato, com eficácia à divulgação no o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), tendo início e vencimento em dia de expediente.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Havendo ordem de paralisação do contrato, serão suspensos os prazos de vigência e de execução.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contratada deverá realizar a assinatura do contrato no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência da convocação, bem como, de manter suas informações atualizadas até o término de suas obrigações.

PARÁGRAFO QUARTO: O Contrato poderá ser prorrogado, conforme as diretrizes do Art. 146 do Decreto Estadual 28.874/2024.

PARÁGRAFO QUINTO: A prorrogação que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

- a) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse no contrato.
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato com informações que as aquisições tenham sido prestadas regularmente.
- c) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação.
- d) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

PARÁGRAFO SEXTO: A Contratante poderá modificar unilateralmente o contrato para melhor adequá-lo às finalidades de interesse de qualquer dos órgãos beneficiados pela contratação, respeitados os direitos da Contratada, conforme o Art. 104 da Lei Nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA — DA GARANTIA DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A presente contratação contará com garantia de execução, nos moldes do Capítulo II, da Lei 14.133, de 2021, no que couber devido à sua complexidade e ao seu valor de contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As modalidades de garantia pela qual a contratada poderá optar são:

- 1 - Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- 2 - Seguro-garantia;
- 3 - Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil.
- 4 - Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total. (Incluído pela Lei nº 14.770, de 2023)

PARÁGRAFO TERCEIRO: A contratada deverá prestar garantia na modalidade que optar, no valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor global do Termo de Contrato.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso opte pelo seguro-garantia, o edital fixará prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia pelo contratado.

PARÁGRAFO QUINTO: Caso opte pelas modalidades de caução ou fiança bancária, a contratada deverá prestar garantia em até 10 (dez) dias após a publicação do extrato do instrumento no Diário Oficial do Estado (DOE);

PARÁGRAFO SEXTO: Caso a contratada opte pela oferta de seguro-garantia, deverão ser observadas as regras estabelecidas no art. 97, da Lei 14.133/2021. Fica estabelecido o prazo de 1 (um) mês, contado da data da homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato, para a prestação da garantia (art. 96, §3 da Lei 14.133/2021). Ademais, deverão ser atendidos os seguintes critérios:

- 1 - Entrega da apólice, inclusive digital, emitida por Seguradora legalmente autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a comercializar seguros;
- 2 - O seguro-garantia e suas condições gerais deverão atender a CIRCULAR SUSEP n.º 662, de 11 de abril de 2022;
- 3 - A apólice terá sua validade confirmada pelo segurado por meio da consulta ao site: Consulta de Apólice de Seguro Garantia;
- 4 - O seguro-garantia deve prever o pagamento de multas contratuais, contemplar Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias do CONTRATADO (TOMADOR) em relação à obra.
- 5 - O seguro-garantia deverá prever o atendimento deste Termo de Referência e edital como condição geral. Em caso de impossibilidade de atendimento, deverá haver expressa justificativa a ser aceita pela Autarquia.
- 6 - O seguro-garantia deverá prever a obrigação de a seguradora, em caso de inadimplemento pelo contratado, assumir a execução e concluir o objeto do contrato, hipótese em que:

I - a seguradora deverá firmar o contrato, inclusive os aditivos, como interveniente anuente e poderá:

- a) ter livre acesso às instalações em que for executado o contrato principal;
- b) acompanhar a execução do contrato principal;
- c) ter acesso à auditoria técnica e contábil;
- d) requerer esclarecimentos ao responsável técnico pela obra ou pelo fornecimento;

II - a emissão de empenho em nome da seguradora, ou a quem ela indicar para a conclusão do contrato, será autorizada desde que demonstrada sua regularidade fiscal;

III - a seguradora poderá subcontratar a conclusão do contrato, total ou parcialmente.

PARÁGRAFO SÉTIMO: Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

PARÁGRAFO OITAVO: Na hipótese de inadimplemento do contratado, serão observadas as seguintes disposições:

I - caso a seguradora execute e conclua o objeto do contrato, estará isenta da obrigação de pagar a importância segurada indicada na apólice;

II - caso a seguradora não assuma a execução do contrato, pagará a integralidade da importância segurada indicada na apólice.

PARÁGRAFO NONO: Na apólice mencionada deverão constar, no mínimo, as seguintes informações:

1. • Número completo da licitação ou, quando se tratar de aditamento, o número do Contrato;
2. • Objeto a ser contratado, especificado no Edital;
3. • Nome e número do CNPJ do SEGURADO (DER/RO);
4. • Nome e número do CNPJ do emitente (Seguradora);
5. • Nome e número do CNPJ da CONTRATADA (TOMADORA da apólice).

PARÁGRAFO DÉCIMO: O prazo de vigência da apólice será igual ou superior ao prazo estabelecido no contrato principal e deverá acompanhar as modificações referentes à vigência deste mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: O seguro-garantia deve prever o endosso em caso de reajustamento do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: A apólice de seguro, deve expressar o DER/RO como SEGURADO e especificar claramente o objeto do seguro de acordo com o Edital e/ou Termo de Contrato ou Termo Aditivo a que se vincula;

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Respeitadas as demais condições contidas neste Edital e seus Anexos, a garantia será liberada após a integral execução do Contrato, desde que a Licitante CONTRATADA tenha cumprido todas as obrigações contratuais.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: A garantia deverá contemplar, além do prazo de execução de Contrato, o prazo para recebimento definitivo da obra, devendo ser renovada a cada prorrogação, repactuação ou alteração efetiva no Contrato;

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: A garantia prestada pelo contratado será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: A garantia prestada pela Contratada responderá por qualquer das suas obrigações decorrentes do Contrato, inclusive as multas que a

ela venham a ser aplicadas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA — DO REAJUSTE DO CONTRATO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O reajuste, repactuação e revisão dos preços dos contratos administrativos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Rondônia, atenderam o disposto nos termos do Decreto Estadual nº 28.874/24, de 25 de janeiro de 2024, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A data-base do orçamento estimativo será a data-base para reajuste.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Decorrido período de 01 (um) ano, contado a partir da data-base, o reajuste será aplicado pelos índices setoriais pertinentes, com base nos valores dos índices do 1º mês de cada período subsequente de 12 (doze) meses.

PARÁGRAFO QUARTO: O cálculo do reajustamento para os preços propostos obedecerá à seguinte fórmula:

1. Fórmula de Reajustamento

$$R = \frac{(I_1 - I_0)}{I_0} \times V$$

1.1. Onde:

1.1.1. R = Valor da parcela de reajustamento a ser calculada;

1.1.2. I0 = Índice de preço verificado no mês-base do contrato;

1.1.3. I1 = Índice de preço referente ao mês de reajustamento;

1.1.4. V = Valor, a preços iniciais, da parcela do contrato ou serviço a ser reajustado.

PARÁGRAFO QUINTO: Somente ocorrerá este reajuste para as parcelas cuja previsão de execução no cronograma esteja além da data-base considerada.

PARÁGRAFO SEXTO: Não se admitirá como encargo financeiro juros, despesas bancárias e ônus semelhantes

PARÁGRAFO SÉTIMO: Para as etapas do cronograma com previsão de conclusão anterior à data-base considerada, mas que não estejam concluídas, não será aplicado reajuste.

PARÁGRAFO OITAVO: No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, será pago à Contratada a importância calculada pelo índice anual vigente, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

PARÁGRAFO NONO: Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado em substituição, mediante aditamento do Contrato, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, sendo favorável a administração pública, para reajustamento do preço do valor remanescente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Fica o CONTRATADO obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: Os reajustes e as repactuações a que o contratado fizer jus e que não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato, salvo se, no caso de prorrogação contratual, constar cláusula específica resguardando o direito do contratado ou quando houver requerimento prévio pendente de análise (art. 153, Decreto Estadual nº 28.874/2024).

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Nos termos do art. 154 do Decreto Estadual 28.874/2024, o reajuste em sentido estrito, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, consiste na aplicação de índice de correção monetária estabelecido no contrato, que retratará a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices combinados, específicos ou setoriais.

I - Os pedidos de reajustamento em sentido estrito, repactuação e revisão, nos termos do art. 152, do Decreto Estadual 28.874/2024, além da documentação específica relativa ao requerimento, deverão ser instruídos com seguintes documentos:

II - requerimento expresso do contratado, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, no caso de reajuste em sentido estrito, ou da entrada em vigor do acordo, convenção ou dissídio coletivo, no caso de repactuação;

III - análise técnica acerca da correção do requerimento do contratado, inclusive quanto aos cálculos, a ser realizada pela Pasta responsável pelo contrato;

IV - documentação comprobatória da disponibilidade de recursos orçamentários previstos para fazer frente à despesa a ser assumida, como pedido de reserva ou documento equivalente, além da declaração da compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária;

V - autorização expressa por parte da autoridade máxima da Pasta.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: Nos termos do art. 155, do Decreto Estadual 28.874/2024, o pedido de reajuste do contrato deverá ser devidamente fundamentado e instruído, além daqueles constantes no art. 152, com os seguintes documentos:

I - planilha de custos demonstrando a equação inicial do contrato, quando esta já não constar do processo licitatório; e,

II - planilha de custos demonstrando a equação atual do contrato, a qual deverá demonstrar a variação do preço, levando em consideração o índice de reajuste pré-fixado no instrumento convocatório e no contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: O índice de reajuste de preço devem seguir os preceitos do art. 156, do Decreto Estadual 28.874/2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO: pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito, Art. 151 do do Decreto Estadual 28.874/2024.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, nos termos do Art. 124 ao Art. 126 da Lei nº 14.133/2024.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO: Nas hipóteses de ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DOS PREÇOS, os autos deverão ser encaminhados para análise jurídica por parte da Procuradoria-Geral do Estado, com base nos arts. 165, 166 e 167 do Decreto Estadual 28.874/2024.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento).

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: As alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 desta Lei não poderão transfigurar o objeto da contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA — DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO E ORIENTAÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO SEGUNDO: As comunicações entre o Contratante e a Contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

PARÁGRAFO QUARTO - PREPOSTO: A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

PARÁGRAFO QUINTO: A Contratada deverá manter um Preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

PARÁGRAFO SEXTO: A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

PARÁGRAFO SÉTIMO - FISCALIZAÇÃO: A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

PARÁGRAFO OITAVO - Fiscalização de contrato: A função de fiscal de contrato, designado para auxiliar o gestor do contrato quanto à fiscalização dos aspectos administrativos e técnicos do contrato, cabendo-lhe, dentre outras atribuições inerentes à função, regidos pelo DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 21 e art. 22.

PARÁGRAFO NONO - Fiscalização Técnica: O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: Além do disposto acima, a fiscalização técnica obedecerá as obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Fiscalização Administrativa: O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO: Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes obrigações descritas no DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 24.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Gestor do Contrato: O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO: O gestor do contrato tem como função administrar o contrato até o término de sua vigência, desempenhando as atribuições administrativas que são inerentes ao controle individualizado de cada contrato. DECRETO Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VII ART. 20.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Gestão e Fiscalização do Contrato e Orientações Gerais: Caberá aos fiscais do Contrato, designados por Portaria da Direção Geral do DER/RO, fazer cumprir todas as exigências do DER/RO e as responsabilidades da construtora, descritas no Termo de Referência, assim como, o cálculo dos valores das respectivas parcelas mensais a serem medidas, em conformidade com as regras dispostas acima.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO: A CONTRATANTE designará Engenheiros, com autoridade para exercer em nome do DER/RO, toda e qualquer ação de orientação geral, controle e fiscalização.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO: As exigências da FISCALIZAÇÃO basear-se-ão nas especificações constantes neste Termo de Referência e nas regras de boa técnica.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO: O DER/RO indicará por meio de Portaria ou Ordem de Serviço, um ou mais representantes da Administração para acompanhar e fiscalizar a execução das atividades inerentes aos objetos contratados, conforme dispõe o decreto estadual Nº 28.874 de 25 de janeiro de 2024, Seção VIII ART. 23 .

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA — DA INEXECUÇÃO E DAS RESCISÃO DOS CONTRATOS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

PARÁGRAFO QUARTO: O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previsto no artigo 137 da lei 14.133/2021, bem como amigavelmente assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Art. 137. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- I - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editais ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- II - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- III - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- IV - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- V - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- VI - atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- VII - atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- VIII - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- IX - não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitada da Previdência Social ou para aprendiz.

PARÁGRAFO QUINTO: Na hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma lei.

PARÁGRAFO SEXTO: A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

I - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SÉTIMO: O termo de extinção, sempre que possível, será precedido.

I - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

II - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

III - Indenizações e multas.

PARÁGRAFO OITAVO: A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida

indenização por meio de termo indenizatório Art. 131, caput da lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO NONO: O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigentes do órgão ou entidade constante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até terceiro grau Art. 14, inciso IV da lei 14.133/2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO: O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à CONTRATANTE de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à CONTRATADA qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

CLÁUSULA DECIMA NONA — DAS CONDIÇÕES GERAIS

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Declaram as partes que este instrumento corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Fica estabelecido neste instrumento a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, e a proposta do licitante vencedor (Art. 92, II, Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO TERCEIRO: A Administração convocará regularmente o interessado para assinar o termo de contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação (Art. 90, Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO QUARTO: É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados de conformidade com o ato convocatório, ou revogar a licitação (Art. 90, §2º da Lei Nº 14.133/21).

PARÁGRAFO QUINTO: Implicará no cancelamento da Nota de Empenho, se a empresa não atender as solicitações dentro dos prazos estipulados, bem como a entrega de produtos fora das especificações exigidas, e, caso isto ocorra, poderá ser convocada a segunda empresa colocada no certame licitatório para efetuar a entrega dos produtos, em iguais condições do primeiro colocado, e assim sucessivamente por ordem de classificação, ou ainda procedendo a Administração ao cancelamento do certame, caso prejudicada a finalidade pública da contratação quanto ao prazo e evolução mercadológica.

PARÁGRAFO SEXTO: Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da comissão de fiscalização;

CLÁUSULA VIGÉSIMA — DOS CASOS OMISSOS

PARÁGRAFO ÚNICO: As omissões, dúvidas e casos não previstos neste instrumento, serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei Federal Nº 14.133/21 e suas alterações.

CLÁUSULA VÉGESIMA PRIMEIRA – PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO ÚNICO: A publicação do presente Termo de Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no **prazo de 20 (vinte) dias corridos**, daquela data, correndo as despesas às expensas da **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – MATRIZ DE RISCO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: O Mapa de Riscos, bem como a análise de riscos são apresentadas em Relatório Mapa de Riscos e Análise de Riscos (0055348732), que tem como objetivo definir as áreas de exposição da execução do objeto, advindas de eventos supervenientes à contratação. Dado este relevante, para a identificação, prevenção e respectivas responsabilidades pela eventual ocorrência, bem como para apresentação das propostas pelas licitantes.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada somente poderá solicitar a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro ou aditivo de prazo nas hipóteses excluídas de sua responsabilidade na matriz de risco.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

PARÁGRAFO QUARTO: Os casos omissos na matriz de riscos serão objeto de análise apurada e criteriosa, lastreada em elementos técnicos, por intermédio de processo administrativo para apurar o caso concreto.

PARÁGRAFO QUINTO: A referida matriz de riscos é parte integrante do contrato, pois tais obrigações são de resultado e devidamente delimitadas no instrumento convocatório, que Constituem riscos a serem suportados pelo contratante, Constituem riscos a serem suportados pelo contratado e Constituem riscos a serem compartilhados pelas partes, na proporção de 50 % para a contratante e 50% para o contratado:.

Quadro - Matriz de Riscos				
Categoria de Risco	Risco/Causa do Risco	Consequência(s)	Estratégias de Mitigação	Alocação
Riscos Licitatórios/Contratuais	Interpretação ambígua de cláusulas, divergências nas expectativas	Atraso na entrega das minutas de projeto	Contratos claros e detalhados, mediação prévia	Contratante/Contratada
	Vencimentos anuais da data-base do orçamento referencial estipulado em contrato	Necessidade de reajustamento Contratual	Estabelecimento de cláusulas contratuais para reajustamento quando necessário.	Contratante
	Inadimplência ou atraso de pagamento pela contratante.	Problemas de liquidez do contratado; eventual paralisação dos serviços.	Adequada gestão orçamentária e financeira pelo órgão contratante. Cláusula prevendo que o contratado pode suspender os serviços previstos no contrato após inadimplência superior a 90 dias. Cláusula prevendo o pagamento de atualização financeira sobre as faturas em atraso. Prorrogação do contrato.	Contratante/Contratada
Riscos de Licenciamento	Dificuldades na obtenção de licenças e aprovações	Paralisação do projeto; Multas; Atraso no cronograma;	Iniciar processo de licenciamento o mais cedo possível; colaboração estreita com as autoridades competentes	Contratante/Contratada
	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos devido à multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Contratante
	Fiscalização ineficiente do contrato devido à equipe indicada ser inadequada à fiscalização do contrato, ou não possuir capacitação necessária para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federais, adotando a multidisciplinaridade de funções; Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Contratante

Riscos Executivos	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.	Contratada
	Divergências entre os serviços ou as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.	Contratante/Contratada
	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	Deverá ser exigido a prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tomando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato por não possuir responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação do serviço; Ausência de emissão da ART ou RRT.	No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Contratada
	O Fornecedor é incapaz de iniciar o serviço devida falta da emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Contratante
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere ao cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Não atendimento às cláusulas editalícias/contratuais no que se refere à manutenção das condições de habilitação	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); Aplicação de sanções; Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Contratada
	Demora na mobilização inicial da empresa por situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início da elaboração do serviço. Possível necessidade de aditivo de prazo.	Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; Exigência de garantia contratual; Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções; Acionar o seguro contra riscos de engenharia.	Contratada
	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Contratante

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA — DO FORO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa **CONTRATADA** e a **CONTRATANTE**, decorrentes da execução deste **CONTRATO**, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Para firmeza e como prova do acordado, é lavrado o presente **TERMO DE CONTRATO**, as fls... à ..., do Livro Especial de **CONTRATOS** de Nº..... que depois de lido e achado conforme, é assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, através de processo xerográfico, devidamente certificadas pela **Procuradoria Geral junto ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes – PGE-DER/RO**.

TITULAR DA CONTRATANTE

TITULAR DA CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **martinha aparecida pancoto malfatti, Assessor(a)**, em 11/04/2025, às 12:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059177059** e o código CRC **7AB87C9E**.

Referência: Caso responda este(a) Minuta de Contrato, indicar expressamente o Processo nº 0009.014152/2024-95

SEI nº 0059177059

ANEXO XIII

**DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE CONTRATAÇÃO DE PESSOAS PRESAS
OU EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

A empresa _____ (NOME), com sede na _____ (endereço da
licitante, inclusive com CEP), registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério
da Fazenda - CNPJ/MF sob o nº ____ (número do CNPJ), declara que caso logre êxito na
licitação nº ____ (número da licitação), contratará, em cada contrato firmado, o percentual de
pessoas privadas de liberdade, no regime semiaberto, e egressas do sistema prisional para o
cumprimento dos objetos pactuados, nos percentuais dispostos no parágrafo único do art. 1º da Lei
Estadual 2.134/2009 .

O atendimento aos percentuais previstos está condicionado à disponibilidade de pessoas
privadas de liberdade, em regime semiaberto, ou egressas aptas à execução do trabalho, conforme
disponibilização expressa da Secretaria de Estado da Justiça - SEJUS. Segue anexa a declaração
emitida (s) pelo órgão responsável pela execução penal no estado de Rondônia.

_____ (Local), _____ de _____ de _____.

Representante legal

Nome:

RG:

CPF:

ANEXO XIV

**DECLARAÇÃO DE PESSOAS PRIVADAS DE LIBERDADE, EM REGIME SEMIABERTO
OU EGRESSAS APTAS AO TRABALHO**

Ref.: xxxxxxxxxxxx/ano

Objeto: _____

O (a) _____, órgão responsável pela
intermediação da mão de obra do sistema prisional do estado de _____, em
atenção ao Decreto XXXXXXXX, declara que dispõe de pessoas privadas de liberdade,
em regime semiaberto ou egressas do sistema prisional aptas à execução dos seguintes
serviços:

Serviço (s): _____ (Objeto da Licitação):

Ordem	Nome Completo	CPF	Profissão/Qualificação	Previsão de Término da Pena
1				____/____/____
2				____/____/____
3				____/____/____
...				

ANEXO XV

MATRIZ DE RISCO

(Anexo será disponibilizado no SITE SUPEL e no Portal de Compras)



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Departamento Estadual de Estradas de Rodagem e Transportes - DER
RELATÓRIO

Este documento visa a elaboração do MAPA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS para futuras **CONTRATAÇÕES**, com o intuito de atender o art. 22º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, a qual dispõe sobre a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como o art. 37 e o art. 40 do Decreto Nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024.

Tabela 1: Mapeamento de risco

MATRIZ DE RISCOS E ANÁLISE DE RISCOS												
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM ENGENHARIA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO/EXECUTIVO DE ENGENHARIA DE OBRA DE ARTE ESPECIAL – PONTE EM CONCRETO ESTRUTURAL E ESTUDOS AMBIENTAIS SOBRE O RIO ARARA LOCALIZADO NA RO-494, TRECHO KAPA, KM 18,20 NO MUNICÍPIO DE PRIMAVERA DE RONDÔNIA.												
PROCESSO: 0009.014152/2024-95												
IDENTIFICAÇÃO DE RISCO				NÍVEL DE RISCO			PRIORIZAÇÃO ⁷	RESPOSTA (M, A, T ou E) ⁸	AÇÕES SUGERIDAS ⁹	PLANO DE AÇÃO ¹⁰		
Númeração	Risco ¹	Causa do Risco ²	Consequência(s) ³	P ⁴	I ⁵	(P)x(I) ⁶				Quem?	Quando?	Como?
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO												
R1	Termo de Referência Incompleto ou inadequado	Falhas na elaboração do ETP (requisitos técnicos) ou durante a elaboração no que tange aos requisitos jurídicos e/ou administrativos.	Elaboração de edital inadequado gerando recursos ou impugnação quando da sua publicação, atrasando, assim o procedimento licitatório devido a republicação do edital.	2	2	4	Baixo	M	Fazer Checklists, bem como que todos os envolvidos na elaboração do Termo de Referência trabalhem em conjunto.	GEL e Demandante	Imediato	Revisão do Termo de Referência com inclusão das instruções ausentes.
R2	Quantitativos estimados em excesso ou em quantidade insuficiente.	Levantamento de quantitativos realizado de maneira equivocada ou fator não identificado no anteprojeto.	Surgimento de termos aditivos ao contrato	2	4	8	Média	M	- Justificar adequadamente o quantitativo solicitado; - Tentar validar as quantidades com a área comercial e com a experiência dos fornecedores.	Demandante	Imediato	Recomendar correções e/ou adequações.
R3	Ausência de justificativa para a contratação	Falta de habilidade técnica sobre itens da contratação	Não atendimento ao princípio da motivação	1	3	3	Baixo	M	Apresentar justificativa para contratação conforme necessidades e planejamento estratégico da contratante.	GEL e Demandante	Durante elaboração do ETP	Trabalho em conjunto da equipe de planejamento da contratação
R4	Ausência de critérios para recebimento do objeto	Ausência de informação	Não segregação entre recebimento provisório e definitivo, com consequente não avaliação de outros aspectos contratuais ou recebimento do objeto em desconformidade com as especificações técnicas.	1	4	4	Baixo	E	- Adotar critérios e prazos para recebimento do objeto conforme legislação, estabelecidos no Regulamento Interno.	GEL e Demandante	Na elaboração do Termo de Referência	Definir e indicar a figura do fiscal para as contratações.
R5	Critérios inadequados para medição e pagamento	Ausência de previsão à forma de pagamento	Conflitos e possíveis atrasos entre contratante e contratada; Desperdício de recursos.	1	5	5	Médio	M	- Informar formas de pagamento disponíveis e indicar a que melhor se aplica ao caso.	GEL	Na elaboração do TR	Adequando o TR
R6	Contratação não produzir resultados capazes de atender à necessidade demandada, com consequente desperdício de recursos públicos.	Descrição inadequada do objeto	Não autorização do prosseguimento para contratação	1	5	5	Médio	M	- Descrever adequadamente o objeto de forma clara e objetiva para entendimento de todas as áreas envolvidas.	Demandante	Imediato	Recomendar correções e/ou adequações.
R7	Risco de demora da análise pela área Jurídica e adequações ou recomendações ao edital, provenientes da análise da referida área	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais.	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; Descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	M	- Revisar os documentos de acordo com as recomendações solicitadas pelo Jurídico	GEL e o Demandante	Na análise dos documentos elaborados para contratação	Assessoria Jurídica
FASE DE ANÁLISE: PLANEJAMENTO ORÇAMENTÁRIO												
R8	Estimativa incorreta de preços	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação da planilha quanto as suas especificações.	2	3	6	Médio	M	- Ajustar o escopo. - Realizar o máximo de pesquisas de preços, esgotando todos os meios;	Demandante e Setor de Orçamentos	Imediato	Trabalho em conjunto da equipe de planejamento da contratação
R9	Estimativa incorreta de quantidades	Problemas no escopo; Aplicação incorreta das técnicas	Adequação do projeto quanto as suas especificações.	3	3	9	Médio	M	- Ajustar o escopo; - Analisar criteriosamente os valores apresentados.	Demandante	Imediato	Trabalho em conjunto da equipe de planejamento da contratação
R10	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a atrasos de pagamentos das medições pela Contratante.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços	1	5	5	Médio	M	- A licitação necessita ser iniciada com a previsão de existência de recursos orçamentários para a execução do contrato;	Demandante. As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	Imediato	CPLAN
FASE DE ANÁLISE: LICITAÇÃO												
R11	Acordos entre empresas que atuam no ramo pesquisado	Análise deficiente dos fornecedores dos serviços	Elevação do preço cobrado no mercado sobre o mesmo serviço ou produto.	2	5	10	Médio	M	- Realizar, juntamente com o demandante, análise criteriosa do Quadro Estimativo de Preços.	SUPEL	No momento da aprovação do Quadro Estimativo de Preços	Em conjunto com o demandante
R12	Seleção de prestadores sem condições de cumprir o contrato	Deficiência das exigências referente às habilitações técnicas, econômicas, financeiras, seguro, atestado e sanções	Inexecução do contrato	1	5	5	Médio	E	- Verificar a idoneidade da empresa em outros órgãos da Adm. Pública; - Exigir certificação compatível com o objeto no momento da contratação.	SUPEL	Durante a fase de habilitação e antes da elaboração do contrato	Com os meios de contato disponíveis, certificando nos autos
R13	Licitação Deserta ou pouca probabilidade de negociação de valores acima do T.R.	Deficiência na realização da pesquisa estimativa de preço	Prejuízo na contratação dentro dos prazos previstos; descontinuidade dos serviços.	1	5	5	Médio	E	- Elaborar orçamentos que representem a realidade atual.	Demandante	No momento da elaboração do Quadro Estimativo de Preços	Recomendar correções e/ou adequações.
R14	Risco de existência de número elevado de interposição de recursos ao resultado da Licitação.	Minutas e documentos em desacordo com práticas usuais de modelos de execução	Atraso no processo; Necessidade de mobilização de equipes envolvidas em caráter prioritário.	1	3	3	Baixo	M	- Produzir minutas e documentos de acordo com práticas usuais e modelos de execução e remuneração adequados	SUPEL em conjunto com o demandante	Imediato	Em conjunto com o demandante e equipe de planejamento.
FASE DE ANÁLISE: FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO CONTRATO												
R15	Ausência de pessoal suficiente para a fiscalização de execução de contratos de serviços técnicos.	Multiplicidade de demandas internas aos mesmos profissionais	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	3	4	12	Alto	M	- Definição de equipe de fiscalização alinhada com a equipe de planejamento da contratação; - Definir metodologia interna para o Gerenciamento de prioridades da Fiscalização.	Coordenador e Direção	Fase de execução do contrato	As Chefias Imediatas devem adotar o mapeamento de produção das equipes, com fins a identificar a real possibilidade de execução das demandas
R16	Fiscalização ineficiente do contrato.	Equipe indicada é inadequada à fiscalização do contrato, e falta de capacitação da equipe para fiscalização do contrato.	Fiscalização ineficiente e resultado final de baixa qualidade.	1	5	5	Médio	M	- Definir procedimento interno com vistas a padronizar critérios de seleção de equipe de fiscalização, podendo adotar modelo aprovado por Instruções Normativas Federal, adotando a multidisciplinaridade de funções; - Implementar programa de treinamento em Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores.	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco
R17	Dificuldade de atendimento ao cronograma físico financeiro inicial previsto	Estimativa insuficiente das fases do cronograma físico financeiro.	Necessidade de aditivo contratual de prazo e atraso na entrega dos serviços programados	3	3	9	Médio	M	- Deverá haver rotina de adequação do cronograma com a fiscalização de contrato, ainda na fase de planejamento, de modo a	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	Fase de execução do contrato	Se o evento ainda se materializar, realizar a devida adequação no início da execução

										evitar previsões de serviços físicos, bem como desembolsos financeiros inadequados.			
R18	Divergências nas quantidades a serem executadas na prestação dos serviços	Metodologia de avaliação e quantificação é subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda. Execução incompleta dos serviços por parte da empresa.	Paralisação da execução contratual ou pagamento de serviços não completos.	2	4	8	Médio	M	- A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	Fase de execução do contrato	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	
R19	Divergências entre as quantidades apresentadas pela empresa e pelos fiscais na prestação dos serviços	Metodologia de avaliação e quantificação é subjetiva ou não proporciona mecanismo para quantificar a demanda. Levantamento de quantitativos realizado de maneira equivocada.	Pagamento de serviços em desconformidade com o executado ou previsto.	2	4	8	Médio	M	- A metodologia de análise de medição do contrato deve estar definido no Termo de Referência, através de Índice de Medição, de modo a propiciar a quantificação do serviço pela fiscalização, sempre em conformidade com o Cronograma de Desembolso.	Setor Demandante, Gestores e, em especial, os Fiscais	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	
R20	A contratada não possui liquidez financeira para continuar o contrato.	Desequilíbrio financeiro relacionado a gestão interna da Contratada.	Paralisação do trabalho e rescisão do contrato de prestação de serviços.	2	5	10	Médio	M	- Deverá ser exigido à prestação de garantia do Licitante, que objetiva assegurar que o Contratado efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a rápida reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento; - Deverá ser prevista no instrumento convocatório a necessidade de apresentação da Garantia, bem como outras informações acerca do capital da Licitante.	Setor Demandante	Fase de execução do contrato	Adotar medida estratégica par a utilização da Garantia Contratual e analisar no processo licitatório se há possibilidade de convocar outras licitantes para assumir a execução. Os requisitos legais devem ser analisados para a tomada de decisão.	
R21	O Fornecedor é incapaz de executar o contrato.	Não possui responsável legalmente habilitado na empresa	Paralisação do serviço; Ausência de emissão da ART ou RRT.	1	4	4	Baixo	E	- No planejamento da contratação será indicado o nível de serviço a ser contratado, estabelecendo a necessidade indicação e comprovação de profissional habilitado.	Setor Demandante	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	
R22	O Fornecedor é incapaz de iniciar o serviço.	Não emissão da Ordem de Serviço Inicial.	Necessidade de aditivo contratual de prazo de vigência e atraso na entrega dos serviços programados	1	4	4	Baixo	E	- No planejamento da contratação será indicado o prazo para assinatura da ordem de início.	Setor Demandante	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	
R23	Paralisação do contrato ou diminuição do ritmo de serviço por parte da empresa.	- Demora na entrega das medições por parte da empresa; - Problemas técnicos que não foram previstos e podem surgir no decorrer do Contrato;	-Necessidade de repactuação de cronograma e/ou aditivos de prazo. ; -Aumento dos custos resultando em possíveis necessidades de reajustes contratuais; -Impacto na qualidade do serviço; -Multas e penalidades; -Necessidade de nova licitação;	2	4	8	Médio	M	Acompanhamento periódico efetivo dos fiscais do Contrato em relação aos prazos de entrega e contato direto com o responsável pela elaboração dos projetos.	Demandante em conjunto com a Contratata	Fase de execução do contrato	Reuniões periódicas com equipe e contratada para alinhamento com o objetivo de sanar os problemas relativos a diminuição do ritmo de serviço ;	
R24	Paralisação do contrato	Desacordos Contratuais entre empresa e a Administração.	-Necessidade de repactuação de cronograma e/ou aditivos de prazo; -Aumento dos custos resultando em possíveis necessidades de reajustes contratuais; -Impacto na qualidade; -Multas e penalidades; -Necessidade de nova licitação	2	4	8	Médio	M	Alinhamentos entre equipe técnica de Gestão de Contratos e a Administração.	Demandante	Fase de execução do Contrato	Reuniões entre a Administração e a empresa com o fito de dirimir os desacordos contratuais.	
FASE DE ANÁLISE: MEDIÇÕES DOS PROJETO													
R25	Não atendimento às cláusulas editalicias/contratuais	Não cumprimento das obrigações trabalhistas por parte da empresa	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços.	1	4	4	Baixo	M	-Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); - Aplicação de sanções; -Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Gestores de Contrato	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	
R26	Não atendimento às cláusulas editalicias/contratuais	Não manter as condições de habilitação.	Problemas jurídicos que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e/ou falha na qualidade de entrega dos produtos/serviços da contratada	1	4	4	Baixo	M	-Instauração de Processo Administrativo de Apuração de Responsabilidade (PAAR); - Aplicação de sanções; -Exigir comprovantes de regularização de obrigações trabalhistas, as quais a empresa deve fornecer periodicamente conforme edital/contrato ao DER.	Gestores de Contrato	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização do evento de risco.	
R27	Demora na mobilização inicial da empresa.	Situações alheias pertinentes à contratada.	Alteração no prazo de execução do objeto contratual. Postergação do início do serviço. Possível necessidade de aditivo de prazo.	2	4	8	Médio	M	-Verificar o efetivo início dos serviços dentro do prazo estabelecido em contrato; -Exigência de garantia contratual; -Previsão de rescisão do contrato e aplicação de sanções;	Gestores e Fiscais de Contrato	Fase de execução do contrato	As medidas adotadas são suficientes para evitar a materialização de riscos à entrega da serviço em condições de recebimento.	
R28	Caso fortuito ou força maior	Situações que configurem caso fortuito ou força maior como endemias, pandemias, enxurradas, escorregamentos, desabamentos, alagamentos, incêndios naturais, perda de cimbramentos.	Problemas que possam vir a comprometer o andamento dos serviços e imputar em atrasos na entrega ou de não conformidades; Inviabilização da continuidade do serviço; Aumento de custos.	2	5	10	Médio	M	-Analisar o caso de acordo com sua complexidade a fim de adotar medidas compatíveis com cada situação, verificando a possibilidade de acionar seguros, tendo em vista que são situações de caráter excepcional.	Setor Demandante, Direção, Setor Jurídico, Fiscais e Gestores de Contrato,	Fase de execução do contrato	Trabalho em conjunto dos envolvidos indicados.	
R29	Inclusão ou adição de Controle Tecnológico e/ou Geométrico	Necessidade de execução de ensaios adicionais para caracterizações adicionais imprevisíveis.	Adequação de quantitativos; Aditivo de alteração de quantitativos e de custos.	2	3	6	Médio	A	-Realizar a adequação de quantitativos e aditivo de alteração de quantitativos e custos da Contratada de acordo com a demanda desde que estes visem a garantia da qualidade e segurança do serviço bem como seu devido acompanhamento.	Setor Demandante, Fiscais e Gestores	Fase de execução do contrato	Trabalho em conjunto dos envolvidos indicados.	
R30	Resultados de ensaios inconsistentes;	Inadequação na aprovação dos ensaios por não atingirem a qualidade e periodicidade exigidos pelas Instruções, Normas e Termo de Referência, tais como: resultados apresentados insuficientes e/ou equipamentos não estarem devidamente calibrados.	Surgimento de não conformidades; Patologias precoces quando a obra for executada; Controle Tecnológico/Geométrico deficitários	3	4	12	Alto	M	-Solicitar e acompanhar o refazimento de serviços não conformes sem ônus ao DER.	Gestores e Fiscais de Contrato	Fase de execução do contrato	Necessidade de correção por parte da empresa contratada.	
R31	Modificações de Normas e Instruções de Serviços	A Administração poderá modificar e/ou ampliar especificações de serviço e Normas a serem seguidas a fim de garantir que sejam utilizadas as especificações e normas vigentes.	Possível alteração no prazo, custos e no escopo do objeto.	2	4	8	Médio	A	-Reequilíbrios por meio de aditivos contratuais.	Setor Demandante em conjunto com o gestor de contrato e a contratada.	Fase de execução do contrato	Trabalho em conjunto dos envolvidos indicados.	
R32	Descumprimento das legislações inerentes ao tema	Atualizações na legislação, novas restrições. Não atendimento à diretrizes existentes.	Multas; Atraso no cronograma; Aumento dos custos; Aumento das quantidades.	1	4	4	Baixo	M	Monitoramento constante das regulamentações, ajustes no projeto	Setor demandante, em especial setor ambiental, Fiscais e	Fase de execução do contrato	Trabalho em equipe dos envolvidos, através da emissão de informações por parte do setor ambiental acerca de requisitos da legislação.	

										Gestores de Contrato.		
R33	Modificações das especificações de serviço	A administração poderá modificar especificações de serviço, modificar e/ou ampliar escopo por interesses próprios.	Possível necessidade de aditivo/supressão de prazos e custos.	2	3	6	Médio	E	-Adotar modificações somente quando estritamente necessário para garantir questões de segurança e conformidade com normas e especificações técnicas. -Realizar o Reequilíbrio econômico-financeiro por meio de aditivo contratual (excepcional).	Sector Demandante, Direção, Gestores e Fiscais de Contrato.	Fase de execução do contrato	Trabalho em equipe dos envolvidos.

Legenda das colunas:

- 1: descrição do risco identificado;
- 2: motivo que resultou à ocorrência do risco;
- 3: efeitos que o risco causará no objeto da contratação;
- 4: probabilidade, indicação do peso referente a chance do risco se concretizar conforme a escala de probabilidade;
- 5: impacto, indicação do peso referente ao resultado do evento sobre o objeto conforme a escala de impacto;
- 6: fórmula para calcular o nível do risco;
- 7: identificação do nível conforme escala para classificação de níveis de risco;
- 8: classificação da ação que deverá ser desenvolvida em resposta ao risco, sendo elas Mitigar(M), Aceitar(A), Transferir(T) e Evitar(E);
- 9: ações antecipadas que visa prevenir a ocorrência do risco;
- 10: descrição das medidas que deverão ser tomadas para enfrentamento do evento, no qual deverá ser definido o responsável(quem?), o momento (quando?) e a medida (como?).

As tabelas abaixo apresentam os parâmetros escalares dos níveis de probabilidade e impacto, os quais foram levados em consideração como instrumento de apoio no momento da análise e definição de classificação dos riscos.

Tabela 2: Escala de classificação de probabilidade		
ESCALA DE PROBABILIDADE		
PROBABILIDADE	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixa	1	Em situações excepcionais o evento poderá até ocorrer, mas não há histórico conhecido do evento ou não há indícios que sinalizem sua ocorrência, portanto, é improvável que aconteça.
Baixa	2	O histórico conhecido aponta para baixa frequência, podendo o evento ocorrer de forma inesperada ou casual.
Média	3	Repete-se com frequência razoável ou há indícios que possa ocorrer de alguma forma.
Alta	4	Repete-se com elevada frequência ou sua ocorrência é até esperada, pois os indícios apontam essa possibilidade.
Muito Alta	5	Os indícios indicam claramente que o evento ocorrerá, portanto, é praticamente certo.

Tabela 3: Escala de classificação de impacto		
ESCALA DE IMPACTO		
IMPACTO	PESO	DESCRIÇÃO
Muito Baixo	1	Não altera o alcance do objetivo.
Baixo	2	Compromete em alguma medida o alcance do objetivo, mas não impede o alcance da maior parte do atingimento do objetivo.
Médio	3	Compromete razoavelmente o alcance do objetivo, porém recuperável.
Alto	4	Compromete a maior parte do atingimento do objetivo, sendo de difícil reversão.
Muito Alto	5	Compromete totalmente ou quase totalmente o atingimento do objetivo, de forma irreversível.

Em seguida, é apresentada a matriz de risco e a escala para classificação de níveis de risco que permite a visualização da criticidade de cada risco. Cabe esclarecer que, os riscos foram enquadrados em uma região da matriz de acordo com seu nível. Portanto, caso o risco enquadre-se na região verde (1 a 4), seu nível de risco é entendido como baixo, Caso esteja na região amarela (5 a 10), entende-se como médio; se estiver na região laranja (12 a 16) entende-se como alto e se estiver na região vermelha (20 a 25), entende-se como nível de risco extremo.

Para melhor compreensão, ressalta-se que, as colunas referem-se aos níveis da probabilidade e as linhas são concernentes aos níveis do impacto, devendo ser levado em consideração no momento da elaboração da matriz de risco.

Tabela 4: Matriz de risco (Impacto X Probabilidade)						
MATRIZ DE RISCO						
IMPACTO (I)	Muito Alto 5	5 (RM) - (R5, R6, R7, R10, R12, R13, R16,)	10 (RM) - (R11, R20, R28)	15 (RA)	20 (RE)	25 (RE)
	Alto 4	4 (RB) - (R21, R22, R25, R26, R32)	8 (RM) - (R2, R18, R23, R24, R27, R31)	12 (RA) - (R15, R30)	16 (RA)	20 (RE)
	Médio 3	3 (RB) - (R3, R14)	6 (RM) - (R8, R29, R33)	9 (RM) - (R9, R17)	12 (RA)	15 (RA)
	Baixo 2	2 (RB)	4 (RB) - (R1, R4)	6 (RM)	8 (RM)	10 (RM)
	Muito Baixo 1	1 (RB)	2 (RB)	3 (RB)	4 (RB)	5 (RM)
		Muito Baixa 1	Baixa 2	Média 3	Alta 4	Muito Alta 5
PROBABILIDADE (P)						

Tabela 5: Escala de nível de risco (Impacto X Probabilidade)			
ESCALA PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEIS DE RISCO			
RB (Risco Baixo)	RM (Risco Médio)	RA (Risco Alto)	RE (Risco Extremo)
1 - 4	5 - 10	12 - 16	20 - 25

Porto Velho, RO, data e hora do sistema.

VALÉRIA LOURENÇO DIAS LANG
Assessora Técnica
Gerência de Planejamento de Projetos de Obras de Arte
CPPOO/DER-RO



Documento assinado eletronicamente por VALERIA LOURENÇO DIAS, Assessor(a), em 18/12/2024, às 13:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador 0055348732 e o código CRC 7813F04A.